

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

GABRIEL DOS SANTOS BARBOZA

**HISTÓRIA, MÉTODO E REVOLUÇÃO: A TEORIA DA FORMAÇÃO
ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA NO PENSAMENTO LENINISTA DE
NELSON WERNECK SODRÉ (1956-1964)**

Porto Alegre
2025

GABRIEL DOS SANTOS BARBOZA

**HISTÓRIA, MÉTODO E REVOLUÇÃO: A TEORIA DA FORMAÇÃO
ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA NO PENSAMENTO LENINISTA DE
NELSON WERNECK SODRÉ (1956-1964)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar.

Linha de Pesquisa: Teorias da História e Historiografia

Porto Alegre
2025

CIP - Catalogação na Publicação

Barboza , Gabriel dos Santos
História, método e revolução: a teoria da formação econômico-social brasileira no pensamento leninista de Nelson Werneck Sodré (1956-1964) / Gabriel dos Santos Barboza . -- 2025.
110 f.
Orientador: Temístocles Cezar.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2025.

1. Nelson Werneck Sodré. 2. Historiografia brasileira. 3. Formação econômico-social. 4. Questão nacional. 5. Revolução. I. Cezar, Temístocles, orient. II. Título.

Gabriel dos Santos Barboza

HISTÓRIA, MÉTODO E REVOLUÇÃO: A TEORIA DA FORMAÇÃO
ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA NO PENSAMENTO LENINISTA DE
NELSON WERNECK SODRÉ (1956-1964)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar.

Linha de Pesquisa: Teorias da História e
Historiografia

Aprovado em: 17 de dezembro de 2025

Conceito: A

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Prof.^a Dr.^a Clarice Gontarski Speranza - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli - Universidade Federal do Rio Grande do
Sul (UFRGS)

Aos meus pais, Nilva e Luiz Carlos, que nunca tiveram o direito de estudar, mas cuja paciência, coragem e dedicação ensinaram-me que, no final das contas, o conhecimento se conquista no silêncio das lutas do dia a dia.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, sem dúvida, uma tarefa delicada e, de certa forma, impossível de abarcar completamente. Desde que iniciei minha trajetória acadêmica em 2016, inúmeras pessoas cruzaram meu caminho e deixaram marcas profundas em minha formação. Se, porventura, alguém não for mencionado, saibam que minha gratidão alcança cada um que contribuiu, direta ou indiretamente, para a minha caminhada.

Aos meus pais, Nilva dos Santos Lagasse e Luiz Carlos Barboza, devo a base de tudo que sou. Pelo amor incondicional, pelo exemplo de coragem, pelos esforços silenciosos e pelo empenho incessante para que eu pudesse ter acesso à melhor educação possível, meu agradecimento é eterno. Vocês não tiveram a oportunidade de concluir os estudos formais, mas, graças à dedicação de vocês, tornei-me o primeiro da família a ingressar em uma universidade. Nenhuma palavra seria capaz de expressar completamente minha admiração e reconhecimento.

À minha companheira, Carolina Pfeiffer, minha gratidão transcende o tempo e o espaço acadêmico. Cinco anos de amizade, amor e parceria consolidaram o laço mais importante da minha vida. Carolina, sua crença em meu potencial, seu apoio constante e sua disposição em enfrentar comigo cada desafio foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Este trabalho é, também, fruto da sua presença constante e do incentivo inabalável.

Reconheço, ainda, a relevância do ensino público, gratuito e de qualidade, que me ofereceu oportunidades decisivas. Dedico este trabalho aos professores do Colégio Estadual Piratini, aos docentes dos cursos de Letras e História da UFRGS. Cada gesto de apoio, cada sorriso e cada ensinamento deixaram uma marca indelével no meu percurso.

Agradeço à Escola Vinicius de Moraes (EVM), onde atuo como professor de História, Filosofia, Sociologia e Cultura Religiosa, por todo o acolhimento e incentivo recebido ao longo da minha trajetória. Meu reconhecimento se estende a toda a comunidade escolar – colegas, professores, funcionários e estudantes – que tornaram cada dia de trabalho e convivência uma experiência profundamente enriquecedora. Em especial, expressei minha sincera gratidão aos meus colegas e amigos de profissão – André, Darlene, Diego, Felipe, Gelsa, Giovanni, Juliana, Leonardo, Márcia, Maria Otília, Mateus, Saulo e Vinícius – pelo companheirismo, pelas trocas generosas e pelo apoio

constante. A convivência com cada um de vocês tem sido fonte de aprendizado, inspiração e alegria ao longo desta caminhada.

Aos colegas e professores do PEAC (Programa de Educação Acadêmica Continuada), agradeço pelo espaço de debate, aprendizado e compartilhamento que ampliou meus horizontes acadêmicos e pessoais.

Ao meu orientador de mestrado, Prof. Temístocles Cezar, expresso minha profunda gratidão. Após alguns percalços burocráticos, fui realocado para seu acompanhamento, e você me recebeu de braços abertos. De maneira um pouco inusitada, não o vejo apenas como professor ou mestre, mas como um amigo em quem posso confiar sempre que preciso de um conselho ou de um olhar atento e honesto. Você foi a primeira pessoa, ao longo da graduação, que despertou minha curiosidade genuína pelo campo da Teoria e Metodologia da História. Sou imensamente grato pelas conversas, pelos conselhos, pelo apoio paciente e pela generosidade intelectual, que tornaram esta jornada não apenas inspiradora, mas também memorável.

Por fim, expresso minha profunda gratidão à UFRGS, que foi muito mais do que uma instituição de ensino; foi um verdadeiro lar de aprendizado, convivência e crescimento. Sou grato por todas as oportunidades que me foram oferecidas, pelos desafios superados e pelos momentos compartilhados com colegas, professores e funcionários. Este ambiente de ensino público, gratuito e de excelência foi fundamental não apenas para minha formação acadêmica, mas também para meu desenvolvimento como indivíduo consciente e engajado. Que este trabalho, ainda que modesto, possa servir como um gesto de reconhecimento e de retorno à comunidade que tanto me acolheu e inspirou.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as principais obras historiográficas de Nelson Werneck Sodré (1911-1999), produzidas entre 1956 e 1964, período durante o qual o autor se dedicou ao ensino e participou do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). A pesquisa está estruturada em duas dimensões inter-relacionadas. A primeira, de natureza teórica, busca compreender como Sodré construiu uma interpretação do desenvolvimento histórico brasileiro fundamentada na categoria marxista de “formação socioeconômica”. A segunda, de caráter analítico, examina como essa formulação interagiu com os contextos políticos, intelectuais e institucionais de sua época, particularmente nas relações entre o ISEB e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A análise baseia-se em textos fundamentais de seu período no ISEB, notadamente *Introdução à revolução brasileira* (1958), *A ideologia do colonialismo* (1961), *Formação histórica do Brasil* (1962) e *História da burguesia brasileira* (1964). Como fundamento teórico, o estudo apoia-se no campo do materialismo histórico-dialético, dialogando com as obras de Althusser (2022), Lenin (2021; 2022a; 2022b; 2024a; 2024b), Mariátegui (2010), Marx (2008; 2011; 2017), Poulantzas (2019) e Zedong (2011; 2018), entre outros. A partir desse referencial, é possível identificar nos escritos de Sodré (1964; 1978; 1984; 1990) os fundamentos de categorias centrais como “coetaneidade do não coetâneo”, “feudalismo”, “imperialismo”, “povo” e “revolução democrático-burguesa”. Portanto, ao longo desta dissertação, argumenta-se que, durante esse período, apoiando-se no método marxista-leninista, Nelson Werneck Sodré sistematizou uma reflexão totalizante sobre as contradições, continuidades e rupturas que articularam o passado, o presente e o futuro da questão nacional, culminando no processo histórico da chamada “revolução brasileira”.

Palavras-chave: Nelson Werneck Sodré; historiografia brasileira; formação econômico-social; questão nacional; revolução.

ABSTRACT

This study aims to analyze the major historiographical works of Nelson Werneck Sodré (1911-1999) produced between 1956 and 1964, during a period in which the author engaged in teaching and was a member of the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). The research is structured along two interrelated dimensions. The first, of a theoretical nature, seeks to understand how Sodré constructed an interpretation of Brazilian historical development grounded in the Marxist category of “socio-economic formation”. The second, of an analytical character, examines how this formulation interacted with the political, intellectual, and institutional contexts of its time, particularly in the relations between ISEB and the Brazilian Communist Party (PCB). The analysis draws on key texts from his ISEB period, notably *Introdução à revolução brasileira* (1958), *A ideologia do colonialismo* (1961), *Formação histórica do Brasil* (1962), and *História da burguesia brasileira* (1964). As its theoretical foundation, the study relies on the field of historical-dialectical materialism, engaging with the works of Althusser (2022), Lenin (2021; 2022a; 2022b; 2024a; 2024b), Mariátegui (2010), Marx (2008; 2011; 2017), Poulantzas (2019), and Zedong (2011; 2018), among others. From this framework, it is possible to identify in Sodré’s writings (1964; 1978; 1984; 1990) the foundations of central categories such as “coevalness of the non-coeval”, “feudalism”, “imperialism”, “people”, and “democratic-bourgeois revolution”. Therefore, throughout this dissertation, it is argued that during this period, and grounded in the Marxist-Leninist method, Nelson Werneck Sodré systematized a totalizing reflection on the contradictions, continuities, and ruptures that articulated the past, present, and future of the national question, culminating in the historical process of the so-called “Brazilian revolution”.

Keywords: Nelson Werneck Sodré; Brazilian historiography; socio-economic formation; national question; revolution.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: O PROJETO NACIONAL-DEMOCRÁTICO E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE NELSON WERNECK SODRÉ NO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB), NO CONTEXTO DE 1956 A 1964.....	16
1.1. Do sabre à pena: trajetória intelectual e engajamento político de Nelson Werneck Sodré até o golpe civil-militar de 1964.....	17
1.2. Os isebianos e o ideário nacional-desenvolvimentista	24
1.3. As obras historiográficas de Sodré no ISEB	29
1.4. O programa nacional-democrático do PCB.....	49
1.5. Apontamentos para o debate	59
CAPÍTULO 2: EM BUSCA DAS RAÍZES HISTÓRICAS DA REVOLU�O BRASILEIRA: O CONCEITO DE “FORMA�O ECONÔMICO-SOCIAL” NA HISTORIOGRAFIA LENINISTA DE NELSON WERNECK SODRÉ	63
2.1. O conceito de forma�o econômico-social em Marx	64
2.2. O conceito de forma�o econômico-social em Lênin:.....	68
2.3. O conceito de forma�o econômico-social em Sodré.....	73
2.4. O problema do dualismo estrutural e da regressão histórica: algumas considera�es sobre Celso Furtado e Ignácio Rangel	81
2.5. A questão nacional e o ISEB	90
2.6. Apontamentos para o debate	95
CONSIDERA�ES FINAIS	100
BIBLIOGRAFIA SELECIONADA (NELSON WERNECK SODRÉ).....	103
BIBLIOGRAFIA SELECIONADA	104

INTRODUÇÃO

A presente investigação dedica-se ao exame das obras historiográficas de Nelson Werneck Sodré (1911-1999), buscando compreender as interpretações que o autor elaborou acerca da formação econômico-social brasileira entre 1956 e 1964, período em que integrou o corpo docente do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Parte-se da hipótese de que, ao adotar uma perspectiva inspirada no marxismo-leninismo¹, Sodré construiu uma concepção particular da nossa formação econômico-social, por meio da qual procurou explicar as contradições estruturais que condicionaram o desenvolvimento nacional. Essa abordagem, marcada pela indissociabilidade entre reflexão teórica e compromisso político, reflete o empenho de um “intelectual militante” (Toledo, 2001, p. 42) em formular uma leitura totalizante da realidade brasileira à luz do materialismo histórico.

Em primeiro lugar, minha aproximação com o tema desta dissertação não se deu apenas por razões estritamente acadêmicas, mas também por um percurso intelectual que, ao longo da graduação e do mestrado, passou a gravitar de maneira cada vez mais consistente em torno do campo do marxismo e de suas diversas interpretações acerca da formação histórica das sociedades. Nesse contexto, o interesse pelos chamados “intérpretes do Brasil” surgiu como um desdobramento quase natural dessa trajetória de pesquisa, sobretudo na medida em que muitos desses autores procuraram compreender os processos históricos nacionais a partir de categorias analíticas inspiradas no materialismo histórico. Entre eles, a obra de Nelson Werneck Sodré

¹ No folheto *Sobre os fundamentos do leninismo* (1924), Stálin (2018, p. 20, grifo nosso) dizia que “o leninismo é o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária”. A nosso ver, essa conceituação restringe, até certa medida, o peso teórico e prático de Lênin. Nesta dissertação, entenderemos o conceito de “marxismo-leninismo” com base nos esclarecimentos fornecidos por Florestan Fernandes (2012, p. 232-233, grifo do autor): “Sem subestimar a contribuição teórica de Lênin (crucial em vários pontos para o enriquecimento e o aprofundamento do marxismo, como no estudo da penetração do capitalismo na agricultura, das condições e efeitos do desenvolvimento desigual ou do imperialismo, na explicação da guerra e da revolução, na sistematização das explicações marxistas do Estado e da própria utopia marxista, tão mal representada e conhecida antes dele etc.), é no terreno da prática que se acha o eixo da transmutação leninista do marxismo. [...] Esse modelo desloca o âmago do marxismo para a reflexão política, ou seja, para as condições concretas da ação política e da transformação política, quando se focalizam dialeticamente as relações de classe como relações de poder (a luta de classes como um processo que conduz à formação e ao controle do Estado que mantém a ordem, ou à constituição de um Estado que a destrói e a instaura a transição para o socialismo). Antes de Lênin, semelhante elemento político estava incluído no marxismo como uma previsão e, também, como um momento da vontade política. Com Lênin, esse elemento converte-se no ponto central da indagação marxista e do próprio marxismo como movimento político”.

ocupa um lugar singular. Militar, historiador e intelectual público, Sodré produziu uma interpretação sistemática da formação social brasileira que buscava articular história, política e teoria social em uma perspectiva fortemente influenciada pelo marxismo. Revisitar sua obra no presente, portanto, revela-se particularmente relevante por diferentes motivos. Na verdade, porque parte significativa de sua produção foi, durante décadas, marginalizada ou reduzida a leituras excessivamente esquemáticas, frequentemente associadas apenas a determinados debates político-ideológicos do século XX. Além disso, porque muitas das questões que atravessam sua reflexão – como a natureza do desenvolvimento capitalista brasileiro, as especificidades da formação social do país e o papel das classes sociais nos processos históricos – continuam a ocupar um lugar central nas discussões historiográficas e nas ciências sociais. Logo, revisitar Sodré também significa recolocar em debate um momento importante da tradição intelectual marxista no Brasil, contribuindo para compreender tanto seus limites quanto suas potencialidades analíticas no esforço de interpretar a história nacional.

Em segundo lugar, outro elemento que contribuiu decisivamente para a consolidação deste interesse foi a experiência de mobilidade acadêmica realizada durante o curso de mestrado, por meio de um período de estudos na Universidad Nacional de Córdoba (UNC), na Argentina, em 2024. O contato com o ambiente acadêmico argentino representou um momento particularmente formativo, não apenas pela oportunidade de frequentar disciplinas, dialogar com pesquisadores e ampliar referências bibliográficas, mas também pela possibilidade de observar, a partir de outra perspectiva, a circulação e a recepção de autores brasileiros no exterior. Nesse contexto, chamou atenção o fato de que diversos pesquisadores argentinos demonstravam um interesse significativo pelos chamados intérpretes clássicos do Brasil – entre eles, o próprio Nelson Werneck Sodré – frequentemente valorizando esses autores como parte importante de um patrimônio intelectual latino-americano. Tal percepção produziu um efeito duplo: por um lado, reforçou a importância de revisitar criticamente essas tradições interpretativas; por outro, evidenciou um contraste com certa tendência presente no próprio ambiente acadêmico brasileiro, onde, não raro, esses autores são lidos de forma fragmentada ou relegados a um segundo plano em relação a debates teóricos mais recentes. Minha experiência na Argentina, portanto, contribuiu para aprofundar a convicção de que revisitar a obra de Sodré não significa apenas retomar um autor do passado, mas também reabrir um campo

de reflexão sobre a tradição do pensamento social brasileiro e sobre as possibilidades de sua atualização no debate historiográfico contemporâneo.

Por último, outra particularidade que motiva esta pesquisa emerge das curiosidades em torno do pensamento social brasileiro e das reflexões produzidas sobre o ISEB, instituição que se destacou, nos anos 1950, como um dos núcleos mais relevantes de formulação do ideário nacionalista e desenvolvimentista. Inserido nesse ambiente de intensa vitalidade intelectual, Nelson Werneck Sodré consolidou-se como uma das principais vozes do nacionalismo, articulando, em uma produção de notável amplitude – composta por aproximadamente sessenta livros, centenas de artigos e vasta correspondência –, uma interpretação que se insere no movimento das chamadas “redescobertas intelectuais do Brasil” (Netto, 2011, p. 37).

Dito isso, a dissertação estrutura-se em torno de dois eixos centrais. O primeiro consiste em investigar de que modo Sodré, sob influência do leninismo, concebeu a história do país e sistematizou um método histórico-dialético próprio. O segundo busca examinar como essa concepção se concretiza em quatro de suas obras publicadas no período de atuação no ISEB – *Introdução à revolução brasileira* (1958), *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro* (1961), *Formação histórica do Brasil* (1962) e *História da burguesia brasileira* (1964). Esses textos constituem o núcleo analítico da pesquisa, representando momentos distintos, ainda que interligados, de um mesmo projeto historiográfico.

Define-se, como eixo conceitual, a categoria de “formação econômico-social”, considerada o instrumento analítico fundamental do pensamento sodreano. Essa noção permite observar a maneira pela qual o autor interpretou o processo de constituição da sociedade brasileira, evidenciando as tensões entre diferentes modos de produção e as contradições que emergem das relações de classe. Tal categoria também revela o esforço de Sodré em articular teoria e prática, vinculando sua leitura da história nacional ao programa nacional-democrático do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O primeiro capítulo dedica-se à contextualização da trajetória intelectual de Sodré e do ambiente político e institucional do ISEB, situando sua produção no panorama mais amplo das disputas ideológicas e historiográficas do período. O capítulo inicia-se com um panorama biográfico que destaca sua formação militar, a aproximação gradual com o pensamento marxista e a consolidação de sua identidade como historiador e militante comunista, analisando

como esses elementos se inter-relacionam em sua produção intelectual. Em seguida, aborda-se o universo isebiano e o ideário nacional-desenvolvimentista, com ênfase nas divergências entre diferentes projetos de nação e nas leituras acerca do papel das classes sociais no processo de modernização brasileira. Nesse contexto, são examinadas obras fundamentais como *Introdução à revolução brasileira* (1958), em que Sodré propõe uma leitura marxista da revolução nacional e da luta anti-imperialista; *A ideologia do colonialismo* (1961), que aprofunda o debate sobre a dependência cultural e ideológica; *Formação histórica do Brasil* (1962), marcada por um esforço de síntese teórico-metodológica; e *História da burguesia brasileira* (1964), que encerra esse ciclo ao analisar os limites do projeto nacional-desenvolvimentista diante das transformações políticas da década de 1960. O capítulo também examina o programa nacional-democrático do PCB, ressaltando as convergências e tensões entre as formulações partidárias e o pensamento sodreano, cuja reflexão alia rigor analítico e engajamento político. A seção final, intitulada “Apontamentos para o debate”, sintetiza as principais problematizações emergentes dessa etapa, sobretudo quanto à circulação do marxismo no Brasil, às influências teóricas que moldaram o autor e às contradições existentes no contexto isebiano.

O segundo capítulo aprofunda a síntese conceitual e metodológica do pensamento sodreano, tendo como núcleo interpretativo a categoria de “formação econômico-social” e sua aplicação à leitura da história nacional. Parte-se das formulações de Karl Marx, para quem a história resulta das contradições entre forças produtivas e relações de produção, e de Vladimir Lênin, cuja perspectiva introduz o componente político e estratégico da revolução, articulando economia, ideologia e poder de classe. Com base nesses fundamentos, examina-se como Sodré reelabora essa categoria em suas obras, especialmente em *Formação histórica do Brasil* (1962), ao interpretar o desenvolvimento nacional como fruto da combinação desigual entre feudalismo, escravismo e capitalismo, propondo uma leitura dialética das especificidades da formação brasileira e de suas contradições de classe. Em seguida, discute-se o debate entre dualismo estrutural e regressão histórica, destacando o esforço do autor em superar visões dicotômicas e evolucionistas, compreendendo o “atraso” não como mera herança colonial, mas como expressão concreta das contradições internas do capitalismo dependente. Nessa síntese, são considerados os diálogos de Sodré com autores como Lênin, Celso Furtado, Ignácio Rangel e Alberto Guerreiro Ramos, cujas ideias contribuíram para a formulação de seu pensamento.

Por fim, o capítulo retoma a questão nacional e o papel do ISEB, evidenciando seu esforço em articular a defesa da soberania nacional a um horizonte de transformação social pautado pelo materialismo histórico.

A seção final de cada um dos dois capítulos, chamada “Apontamentos para o debate”, reúne as principais problematizações teóricas dessa fase – entre elas, a reelaboração do marxismo-leninismo, a interpretação da formação nacional e o lugar de Sodré nas disputas intelectuais e políticas de seu tempo –, consolidando o percurso analítico que fundamentará as considerações finais da pesquisa. As reflexões apresentadas ao longo desta dissertação permitem compreender, de maneira integrada, os fundamentos teóricos e as interpretações históricas que compõem o pensamento de Nelson Werneck Sodré, situando-o no contexto das disputas intelectuais e políticas que marcaram o ISEB e o Brasil entre as décadas de 1950 e 1960. Tal percurso analítico evidenciará o empenho do autor em articular teoria e prática, nacionalismo e revolução, ao construir uma leitura do processo histórico brasileiro guiada pelo materialismo histórico-dialético e orientada por um projeto de transformação social. Procurou-se, ao longo da pesquisa, destacar tanto a originalidade e a coerência de sua proposta historiográfica quanto as tensões e limites que a atravessam, ressaltando a importância de sua contribuição para a consolidação de uma tradição crítica no pensamento social brasileiro.

O objetivo central deste trabalho, portanto, é oferecer uma contribuição introdutória ao estudo da obra de Nelson Werneck Sodré, identificando a forma como suas concepções sobre a formação econômico-social refletem uma tentativa de compreender as contradições estruturais da história nacional à luz do pensamento marxista-leninista. Assim, por último, no tópico das “Considerações finais”, serão retomados os principais resultados alcançados, com vistas a refletir sobre as implicações teóricas e metodológicas desta investigação e sobre os caminhos que ela sugere para futuras pesquisas no âmbito da história intelectual e da historiografia marxista brasileira.

**CAPÍTULO 1: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: O PROJETO NACIONAL-
DEMOCRÁTICO E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE NELSON WERNECK
SODRÉ NO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB), NO
CONTEXTO DE 1956 A 1964**

Com o intuito de compreender de modo mais aprofundado o processo de consolidação das ideias marxista-leninistas de Nelson Werneck Sodré, este capítulo dedica-se a examinar o período compreendido entre 1956 e 1964. Tal recorte temporal abrange desde o início do curso *Formação histórica do Brasil*, ministrado por Sodré no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), até a ruptura da ordem democrática com o golpe civil-militar, que levou à ilegalidade diversos setores de esquerda no país, especialmente aqueles vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Netto, 2011; Gaio, 2015).

Para desenvolver essa síntese, partimos do exame das principais referências teóricas mobilizadas por Sodré – marxistas ou não – e de como essas leituras contribuíram para a formulação de uma interpretação ampla do passado, do presente e do futuro do Brasil. Em seus escritos, observa-se uma concepção de tempo histórico que se aproxima da noção braudeliana de longa duração, articulada à compreensão das transformações estruturais provocadas pela expansão do sistema capitalista (Del Roio, 2016, pp. 85-86).

Considerando que a modernidade introduziu novas formas de percepção do tempo – marcadas pelas ideias de transformação e revolução –, dialogamos aqui com a perspectiva de Reinhart Koselleck (2006), segundo a qual a experiência histórica passa a vincular-se a um horizonte de expectativas futuras. À luz desse debate, buscamos compreender como a proposta historiográfica de Sodré se inscreve em uma tradição materialista e dialética, voltada à investigação das particularidades econômicas, sociais e culturais da formação nacional, de modo a fundamentar o conceito de “Revolução Brasileira” (Cunha, 2002; Netto, 2011).

Nos principais trabalhos do autor, a estrutura socioeconômica da América Latina – e, por extensão, do Brasil – é entendida como herança persistente do passado colonial (Oliveira Filho, 2011; Gaio, 2015). Essa herança se manifesta, sobretudo, na articulação entre o latifúndio agroexportador e os mecanismos de dominação imperialista das potências centrais, o que perpetua desigualdades regionais e compromete a autonomia do desenvolvimento nacional. Tal diagnóstico, compartilhado também por outros intelectuais isebianos, como Celso Furtado,

Ignácio Rangel e Alberto Guerreiro Ramos, revela uma leitura estrutural da dependência latino-americana (Toledo, 2001; Oliveira Filho, 2011).

O percurso teórico de Sodré até 1964 – culminando na publicação de *História da Burguesia Brasileira* – destacou-se pela síntese da consolidação da burguesia enquanto classe dirigente na história do país (Netto, 2011, p. 69). Para isso, discutimos as propostas historiográficas de Sodré (1957a; 1957b; 1960; 1962; 1967; 1984; 1990) que foram planejadas e publicadas no âmbito do ISEB. Essas formulações revelam um esforço de maturação intelectual que ultrapassa o campo estritamente teórico, evidenciando o compromisso do autor com a construção de uma consciência histórica nacional. Em vez de apenas interpretar o passado, Sodré procurou dotar a história de uma função ativa no presente, entendendo-a como instrumento de emancipação e de crítica às estruturas de dominação ainda vigentes. Nesse processo, sua reflexão historiográfica consolidou-se como uma síntese entre o pensamento marxista e as particularidades da formação brasileira, apontando para um projeto intelectual orientado pela transformação social e pela afirmação de um desenvolvimento autônomo e nacional.

1.1. Do sabre à pena: trajetória intelectual e engajamento político de Nelson Werneck Sodré até o golpe civil-militar de 1964

Antes de mais nada, pensamos que é necessário recuperar alguns episódios significativos da trajetória de Sodré, relatados em sua memorialística – especialmente nos capítulos de *Memórias de um escritor* (1970). Nessa obra encontra-se a passagem citada a seguir, na qual o autor relata as circunstâncias em que seus postulados começaram a ganhar forma e conteúdo:

Nasci em 1911; tinha 3 anos ao irromper a Primeira Guerra Mundial; 6, quando surgiu a Revolução de Outubro; 7, quando terminou a guerra; 11, quando o Brasil completou um século de vida independente (sendo, entretanto, tão dependente ainda). Vivi o tempestuoso período entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial, com todas as suas manifestações de renovação econômica, política, social, artística, e também as de desespero, a busca angustiada da originalidade em arte e a violenta luta pelo poder; vivi o mundo em que viveram o Kaiser Guilherme II, da Alemanha, o imperador Francisco José, da Áustria-Hungria, Clemenceau, Poincaré, Chamberlain, Lloyd George, o presidente Wilson, Sun Yat Sen, Lênin, para chegar à fase em que viveram Hitler, Mussolini, Roosevelt, Stálin. No Brasil, atravessei justamente o tempestuoso período do tenentismo, na agonia da República Oligárquica; do Modernismo, em literatura e nas artes; da Revolução de 1930, do movimento de 1932, do levante de

1935, da ditadura do Estado Novo, do putsch de 1938, da Segunda Guerra Mundial e da nossa participação nela; da reconstitucionalização e das lutas políticas subsequentes, com os golpes e tentativas de golpe de 1945, 1955, de 1961, de 1964, da ditadura militar então instaurada (Sodré, 1970, p. 15).

A passagem acima revela a maneira como Sodré constrói sua própria narrativa de vida, estruturando-a a partir dos grandes acontecimentos políticos e militares do século XX. Sua trajetória pessoal é apresentada como se estivesse inteiramente condicionada pelas conjunturas históricas, especialmente aquelas vinculadas à esfera pública e à vida política. Trata-se de uma forma de autobiografia marcadamente masculina e intelectual, na qual o sujeito se concebe a partir do entrelaçamento com os eventos da “grande História”, relegando a segundo plano dimensões consideradas menores – como a origem de classe, as experiências familiares, a socialização escolar e as redes de sociabilidade que compuseram sua formação intelectual. Assim, o relato memorialístico privilegia o homem público, em detrimento de aspectos cotidianos que também contribuíram para a constituição de seu pensamento e de sua trajetória.

Ao recuperar essas dimensões silenciadas por sua própria narrativa, é possível reconstruir de modo mais amplo o percurso social e intelectual de Sodré. Nascido em 27 de abril de 1911, na capital do Rio de Janeiro, era filho do advogado paulista Heitor de Abreu Sodré, proveniente de uma conhecida família de cafeicultores em bancarrota, e de Amélia Werneck Sodré, cujas origens sociais se assemelhavam às de Nelson Werneck Sodré. Ao longo de sua prolífica jornada, Sodré cultivou duas vocações notavelmente distintas: “a das armas e a das letras” (Netto, 2011, p. 14). Em suma, para Sodré:

Revela-se desde cedo, com isso, uma tensão entre as duas dimensões de sua biografia, resolvida mediante o aparente descaso pela do militar. Werneck Sodré diz ter sido aluno negligente na Escola Militar e jovem oficial muito crítico do formalismo ali transmitido, bem como dos procedimentos em grande parte inúteis, impostos por práticas tradicionais a que todos deviam e prestavam obediência irrestrita. De fato, escreve suas críticas literárias nos jornais ao tempo em que é tenente; seus primeiros livros, como capitão. [...] Fiel à herança do tenentismo, Werneck Sodré o transpõe a seu modo, encontrando na tradição marxista o passo conseqüente para a necessária revolução das condições sociais e políticas do Brasil” (Grespan, 2007, pp. 198-9).

Em 1924, ingressou no Colégio Militar – “ano em que também se iniciava como escritor, atuando como ficcionista. Em 1931, vai para a Escola Militar do Rio de Janeiro até se formar no ano de 1933, como Oficial da Artilharia” (Gaio, 2015, p. 10). Nesse período, tornou-se colaborador da *Revista da Escola Militar*, integrando seu núcleo dirigente. Já como primeiro-

tenente, em 1934 – aos 22 anos –, Sodré “recebe um inesperado convite para colaborar no jornal *Correio Paulistano*, que naquele momento estava na oposição. Essa colaboração duraria um quarto de século” (Cunha, 2002, p. 79). A partir daí, inicia-se sua atuação sistemática na imprensa, experiência que o colocaria em contato direto com debates políticos e literários da época. Em 1937, aos 26 anos, prepara seu primeiro livro, *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*, publicado no ano seguinte, cujo objetivo era aplicar o materialismo histórico à reconstituição do desenvolvimento das letras nacionais (Netto, 2011, pp. 15-16). No mesmo período, retorna ao Rio de Janeiro, “permanecendo ali por pouco tempo, sendo logo depois transferido para Mato Grosso, como ajudante de ordem do General José Pessoa” (Gaio, 2015, p. 17).

A movimentação entre diferentes estados – Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso – indica não apenas deslocamentos geográficos, mas também a transição de posições sociais e institucionais que marcaram sua trajetória nesse momento de formação. Durante a década de 1930, Sodré esteve simultaneamente engajado nas esferas militar, jornalística e literária. Contudo, mais do que uma tentativa de conciliar campos distintos, trata-se de um período em que essas atividades se entrelaçavam num mesmo horizonte de práticas e valores, próprio de um contexto em que o campo intelectual brasileiro ainda não possuía autonomia consolidada. Assim, sua atuação revela a complexa articulação entre vida militar, produção cultural e intervenção política que caracterizaria, mais tarde, o perfil do intelectual isebiano.

No ano de 1942, “Sodré é promovido a capitão e transferido para uma recém-criada unidade de artilharia que seria sediada em Salvador” (Cunha, 2002, p. 183). Foi para lá que se dirigiu em agosto do mesmo ano, permanecendo até o início de 1944. Paralelamente, surgem as primeiras inflexões centrais em seus pontos de vista. Entendemos que ali estaria, “[...] nessa mobilidade de casernas militares, o ponto de partida de sua rotação à esquerda e a incorporação de novos referenciais teóricos marxistas, que pavimentariam a sua leitura e a reavaliação dessas teses como também do período em questão” (Cunha, 2002, p. 181). Com tal cenário, “no caso do autor, é na Bahia que ele depara com o mais forte movimento de massas organizado do país, composto por médicos, intelectuais, operários, comerciários” (Cunha, 2002, p. 201). Vale destacar, nessa equação, outro aspecto que chama atenção: “Sodré sugere a apreensão da política como compromisso moral e, nesse caso, podemos perceber nesse período que ele

estabelece uma concepção de política como ruptura que é, na verdade, ruptura com continuidade” (Cunha, 2014, p. 87, grifo do autor). Essa formulação, embora aparentemente paradoxal, expressa a ideia de que a virada política e intelectual de Sodré não implicou uma negação absoluta de suas referências anteriores, mas sim uma reelaboração delas à luz do marxismo, preservando determinados elementos de continuidade em meio à transformação de seu pensamento².

Diante do que já foi exposto, desenha-se um campo para a explanação das hipóteses mencionadas no parágrafo anterior, considerando que:

[...] a tradição marxista no Brasil era limitada quanto às obras e à reflexão teórica, ainda que fossem crescentes as edições de literatura marxista no pós-43. Por outro lado, o proletariado, que andava um tanto anestesiado ao longo daqueles anos, já demonstrava, nesse momento, inquietações reivindicativas com caráter político. Em face desse novo despertar, em face do prestígio das vitórias soviéticas na guerra e, sem dúvida, em face de uma certa oxigenação daquela tradição começou a surgir possibilidades outras de alteração em sua atuação como movimento organizado de esquerda no país. Havia há muito, nessas possibilidades de desenvolvimento nacional ou localizadas, um cenário de exceção, a Bahia, onde já era uma realidade o debate teórico e político marxista, que contava com um dinâmico movimento de oposição ao Estado Novo, ao que parece, caso único no país, apresentando, inclusive, ramificações militares organizadas pelo PCB na marinha e na aeronáutica. Era na Bahia que o autor se encontrava, e ao que parece, foi lá que encontrou um espaço singular para o exercício de sua vocação intelectual. [...] O marco delineador dessa etapa, e que podemos entender como uma das mais decisivas colaborações daquele período de sua vocação, apresenta-se quando o encontramos colaborando intensamente, a partir de 1943, no *Diário de notícias* (Cunha, 2002, pp. 187-8).

A citação anterior evidencia que, entre 1943 e 1944 – período que coincide com sua estadia na Bahia e o posterior regresso ao Rio de Janeiro – as aproximações de Sodré com o Partido Comunista do Brasil (PCB) tornaram-se mais visíveis. Embora não tenha sido membro formal da organização, passou a atuar como “simpatizante” ou “colaborador próximo”, participando das redes e atividades vinculadas ao partido. É importante observar que a condição de comunista ou membro do PCB nunca foi admitida publicamente pelo autor. Segundo Cunha,

² Por sua vez: “Como foi dito, a Bahia era, na ocasião, o maior centro de agitação comunista no Brasil, com intensa atividade intelectual e panfletária, contando, inclusive, com a única seção reconstruída e organizada do PCB que se manteve na vanguarda da organização e na condição de um movimento de massas disseminado por quase todos os segmentos. Essa seção foi a única reconhecida pela Internacional Comunista no país. [...] No exercício de suas atividades intelectuais, foram muitos os contatos em que estavam presentes intelectuais de vários matizes, particularmente de esquerda. Na Bahia, se encontrava Jorge Amado, já então no PCB, amigo do autor e recém-chegado do exílio, e, também, se encontrava exilado o escritor comunista alagoano Alberto Passos Guimarães” (Cunha, 2002, pp. 202-3).

isso se explica principalmente pelo fato de que Sodré era antes de tudo nacionalista e patriota, mas, diante da polarização ideológica nas Forças Armadas a partir de 1935 e, em especial, do contexto da Guerra Fria, essa posição ideológica deveria permanecer discreta, inclusive por razões de segurança (Cunha, 2002, p. 205). Essa experiência prática permitiu-lhe analisar a questão nacional de forma mais crítica, superando interpretações do nacionalismo que o reduziam a um simples reflexo da identidade cultural do país (Cunha, 2002, p. 181).

Assim, neste estudo, denominamos como “questão nacional” as contradições geradas pela opressão dos povos subjugados ao domínio do capital (Pinsky, 1980). Trata-se da dialética entre o “imperialismo” (proeminência do capitalismo externo) e a “revolução” (lutas libertação nacional que visam à modificação radical das estruturas sociais). Neste sentido, Jorge Enea Spilimbergo (2002) evidencia que, para Marx e Engels – os fundadores do materialismo-histórico –, a verdadeira solidariedade se situa na união do proletariado mundial, e não em todos os elementos de uma nacionalidade ou de um Estado nacional; assim, há uma convergência entre os interesses sociais e nacionais. Com os impasses da II Internacional,

“[...] Rosa Luxemburgo e Pannekoek, por exemplo, negavam a validade do nacionalismo dentro do marxismo. Lênin briga aqui contra o Bund e Rosa, buscando o tênue equilíbrio entre o chauvinismo e direitos nacionais e sabendo que não conseguiria organizar de forma satisfatória um Estado se não satisfizesse os mínimos anseios de nacionalidades historicamente oprimidas” (Pinsky, 1980, p. 14).

Mais tarde, em 1914, Lênin (2024b) continua as formulações enunciadas por Josef Stálin, em *O marxismo e a questão nacional* (1913), para redigir o artigo “Sobre o direito das nações à autodeterminação”, no qual justifica a legitimidade das lutas revolucionárias e anticoloniais no continente africano, americano e asiático. Ora, foi pela via do marxismo-leninismo e da “[...] aplicação do internacionalismo na guerra de libertação nacional” (Mao, 2011, p. 322) que as resistências populares e revolucionárias das nações oprimidas se firmaram, predominantemente, na segunda metade do século XX – sobretudo nos movimentos de descolonização/independência dos países da África e da Ásia, já em meio à desestruturação do imperialismo neocolonial.

Ao mesmo tempo, “[...] foi através da práxis que Sodré pôde perceber um novo significado teórico de massas” (Cunha, 2002, p. 202). Além de suas atividades jornalísticas, suas viagens pelo território baiano contribuíram diretamente para a elaboração de sua obra

Formação da sociedade brasileira, publicada após seu retorno ao Rio de Janeiro, em 1944 (Cunha, 2002, p. 193). No contexto, essas experiências amadureceram suas reflexões sobre a “luta de classes”, tema que se tornaria cada vez mais central em seus escritos, sobretudo ao longo da década de 1950. A expressão “postura alienada” refere-se à etapa inicial em que sua síntese permanecia limitada a interpretações formais ou institucionalizadas da realidade brasileira, sem considerar plenamente as relações de poder, classe e os movimentos de massas. Ao superar essa visão inicial, Sodré passou a articular reflexão teórica e experiência concreta, enfrentando em seguida duas grandes provações que definiriam os rumos de sua trajetória: uma na esfera militar e outra no campo intelectual, conforme sugere José Paulo Netto (2011, p. 29): “a primeira foi seu envolvimento nas eleições para o Clube Militar e a segunda a sua inserção no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)”.

Com o fim do Estado Novo (1937-1945), o processo de abertura democrática introduziu novas expressões no panorama político-cultural nacional (Gaio, 2011, pp. 19-20). Ademais, os binarismos da Guerra Fria e as disputas nas eleições para o Clube Militar deixaram muitos nervos à flor da pele nos quartéis. Nesse contexto, “Sodré, ainda na Escola do Estado-Maior, foi convidado – e aceitou com reticências – a participar da chapa encabeçada pelos generais Newton Estillac Leal e Júlio Caetano Horta Barbosa, que reunia os setores constitucionistas, democráticos e nacionalistas do Exército” (Netto, 2011, p. 29). Tratava-se, portanto, de uma votação longe de ser comum. Os embates pela direção do Clube Militar refletiam controvérsias mais amplas em curso nas Forças Armadas, dado que “as duas chapas concorrentes representavam dois grupos ideológicos distintos” (Hippolito, 2011, p. 202). Sob a liderança dos generais Estillac Leal e Horta Barbosa, o primeiro grupo passou a ser identificado como “nacionalistas”; em contraste, a segunda chapa, conduzida por generais conservadores e reacionários, como Cordeiro de Farias e Riba Júnior, tornou-se conhecida popularmente pelo epíteto de “entreguistas” (Netto, 2011, p. 17).

Ao triunfar o bloco de orientação nacionalista, Sodré foi designado diretor do Departamento Cultural da instituição, ficando encarregado da supervisão editorial da *Revista do Clube Militar* (Cunha, 2014, pp. 89-90)³. Esse período marcou o início de seu envolvimento

³ No entanto, os vencedores não iriam ter um dia sequer de paz e tranquilidade: “O mandato da chapa nacionalista foi tumultuado pelas reações golpistas dos membros da chapa derrotada. Um artigo publicado no número 107 da *Revista do Clube Militar*, intitulado ‘Considerações sobre a guerra na Coreia’, assinado pelo Capitão X (até hoje

mais direto na articulação político-intelectual do Exército, consolidando sua experiência em publicações e debates internos. Entre 1946 e o início da década de 1950, Sodré participou ativamente de cursos, palestras e eventos organizados pelo Clube Militar, mantendo-se engajado nas discussões ideológicas e na formação de quadros, o que contribuiu significativamente para sua maturidade intelectual e militante (Netto, 2011, pp. 17-18).

É nesse contexto que, no início da década de 1950, “começa a se delinear o caminho que Nelson Werneck Sodré percorre para se converter em um militar militante” (Hippolito, 2011, p. 202), impulsionando sua transição de “intelectual tradicional” para “intelectual orgânico”, conceito este criado por Antonio Gramsci (2022). Já como tenente-coronel, “em 1956, Sodré é eleito um dos diretores da Biblioteca do Exército e inicia a docência no ISEB” (Oliveira, 2021, p. 121).

A importância do ISEB para Sodré transcende o simples espaço acadêmico. Como observa Conte (2010, p. 22), “no caso de Nelson Werneck Sodré, a principal rede de sociabilidade era o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)”. Ou seja, no ISEB, Sodré buscava construir e afirmar sua identidade intelectual, engajando-se em disputas ideológicas e exercendo ativamente seu papel por meio de cursos, grupos de estudo, atividades coletivas e publicações. Por meio dessas atividades – pesquisas, cursos, palestras e oficinas – Sodré “[...] alcançará a audiência nacional que o consagrará na década de 1960” (Netto, 2011, p. 18).

Entre 1961 e 1962, a atuação intelectual de Sodré e suas posições políticas geraram atritos com setores conservadores do Exército, levando a cúpula militar a deslocá-lo para Belém. O desfecho ocorreu com sua passagem para a reserva, em novembro de 1961, no posto de general, permitindo que, a partir de 1962, ele se dedicasse integralmente ao trabalho acadêmico, às pesquisas e à publicação de seus livros (Netto, 2011, p. 19). Ainda no ISEB, ao examinar as totalidades sociais e econômicas do Brasil, Barbosa observa que: “O desempenho de Sodré como historiador consistiu, desde então, em associar a interpretação leninista da

não se conhece o autor do artigo), foi o estopim da crise que se instalou. A chapa derrotada organizou uma campanha contra a diretoria, argumentando que o conteúdo do referido artigo era político, comunista, contrário à orientação tradicional do clube que nunca se envolveu em questões políticas, sempre cuidando dos assuntos estritamente militares” (Gaio, 2015, p. 20). E, como desfecho: “Os derrotados pressionaram a cúpula militar e conseguiram desarticular a direção vitoriosa, transferindo seus membros para unidades distantes. Nelson Werneck Sodré foi demitido das funções de instrutor da Escola do Comando e Estado-maior do Exército (Eceme), onde chefiava o curso de História Militar, e transferido para uma unidade de Cruz Alta (RS) em junho de 1951, onde cumpriu um ‘exílio’ de quatro anos” (Hippolito, 2011, p. 203).

história com a linha política militante do PCB. [...] Para ele, o fato histórico era exclusivo, único, diferente e, por isso mesmo, determinado” (Barbosa, 1999, p. 173).

Em 31 de março de 1964, enquanto trabalhava no ISEB, Sodré tomou conhecimento da mobilização de tropas para depor o Presidente João Goulart (Gaio, 2015, p. 29). Com o golpe de Estado, seus direitos políticos foram cassados e, “depois de quase dois meses de clandestinidade, ele foi preso em Fernandópolis (SP), trazido para o Rio de Janeiro e encarcerado por 57 dias” (Netto, 2011, p. 19). Seguiu-se uma sucessão de Inquéritos Policial-Militares (IPMs) cujo objetivo era perseguir tanto o autor quanto o ISEB: “um processo sui generis, quando Sodré era ouvido como testemunha num processo em que também constava como réu, pois pesava sobre o Instituto a acusação de ter sido um ‘satélite’ de Moscou no Brasil” (Gaio, 2015, p. 32).

Assim, tendo seus livros apreendidos e censurados, “em função das perseguições sofridas, Sodré teve que recusar muitos pedidos para palestras e encontros em que ele seria homenageado, com o receio de prejudicar aqueles que o convidavam” (Gaio, 2015, p. 33). Somente em dezembro de 1966, a ditadura militar permitiu-lhe relativa liberdade (Hippolito, 2011; Netto, 2011). Durante esse período, Sodré manteve sua produção intelectual, publicando livros e artigos até a implementação do Ato Institucional nº 5 (13 de dezembro de 1968), constantemente ativo no debate crítico sobre a realidade política brasileira (Cunha, 2002). No âmbito da colaboração cultural, participou da consolidação de uma frente democrática na Revista *Civilização Brasileira*, iniciativa de Ênio Silveira e animada por Moacyr Félix, atuando como colaborador relevante (Netto, 2011, pp. 19-20). Mesmo sob as restrições impostas pela ditadura, o “general do povo e da cultura”, como Sodré era chamado por amigos e colegas próximos, manteve diálogo com seus colaboradores, ajustando-se às condições do período, com o objetivo de preservar sua produção intelectual.

1.2. Os isebianos e o ideário nacional-desenvolvimentista

O período da redemocratização, inaugurado em 1945 e encerrado com o golpe civil-militar de 1964, detém grande importância para a história cultural, econômica, política e social do Brasil. Durante esse curto espaço de tempo, o dia a dia do povo brasileiro passou a ser cada vez mais “politizado”, visto que “inúmeros projetos econômicos e sociais foram elaborados e

debatidos pelos partidos e frentes partidárias, movimentos e sindicatos de trabalhadores (industriais e rurais), pelas associações patronais, por movimentos de intelectuais e de estudantes, etc.” (Toledo, 2001, p. 41).

Em outras palavras, nos anos 1950, as atividades culturais e intelectuais se expandiram aceleradamente, alavancadas pelo próprio desenvolvimento industrial do país. Naquela época, as circunstâncias econômicas e sociais estavam pautadas e agrupadas “[...] pela ideia de reversão do quadro de subdesenvolvimento, assim como pela superação do *status* de país periférico” (Oliveira Filho, 2011, p. 245). Simultaneamente, as proposições disseminadas pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) guiavam as políticas governamentais aplicadas nos Estados capitalistas – dependentes e periféricos – do nosso continente (Oliveira Filho, 2011; Toledo, 2001; Wasserman, 2017).

Para isso, segundo Claudia Wasserman (2017, p. 30), “o processo de industrialização ganhou impulso, concorrendo para uma urbanização acelerada, o aumento do êxodo rural, acompanhado do crescimento do proletariado e da necessidade de explicar essas transformações”. Parece que, de repente, como por um “passe de mágica”, os investimentos de capitais estrangeiros nos setores de transportes, comunicações e na indústria petroquímica se acentuaram. Éramos vistos como uma grande promessa, a tal “nação do futuro”. Diante desse contexto, vislumbrava-se o panorama descrito abaixo:

O início da produção de aço pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) abriu perspectivas para o desenvolvimento industrial do país, já que o aço constitui a matriz para vários ramos ou tipos de indústria. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criado em 1952, impulsionou grandes empreendimentos industriais e obras de infraestrutura. [...] A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) havia sido constituída em 1948 a partir dessas expectativas. No Brasil foram criados, em 1952, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) e, mais tarde, em 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), ambos com o objetivo de discutir e projetar os rumos do desenvolvimento nacional. De outra parte, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) fundara, em 1954, a Liga de Emancipação Nacional para dar unidade às diversas manifestações de defesa da soberana nacional e luta anti-imperialista no Brasil (Wasserman, 2017, p. 31).

A ideia de que o subdesenvolvimento econômico poderia ser superado foi acompanhada por perspectivas otimistas, de acordo com a autora acima. Na mesma direção, ao analisar as redes de intelectuais brasileiros após 1945, Daniel Pécaut (1990, p. 97, grifo nosso) alega, para exemplificar, que “o debate intelectual girava em torno da questão da *democratização*”. Foi

nessa conjuntura que Nelson Werneck Sodré e outros pensadores ganharam notoriedade, pois, naquele ambiente de controvérsias, “o tema democrático estava subordinado ao tema nacional” (Pécaut, 1990, p. 99). Entre as entidades e os núcleos que se notabilizaram nos anos 1950-60, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) é retratado como um dos principais espaços responsáveis pela formulação e difusão do ideário “nacional-desenvolvimentista” no país (Pécaut, 1990, p. 103; Toledo, 2001, p. 42; Conte, 2010, p. 37).

A origem do ISEB remonta ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que já reunia um seleto grupo de pensadores – entre os quais Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos e outros –, que, depois, constituíram o núcleo fundador do ISEB (Pécaut, 1990; Toledo, 2001; Bielschowsky, 2004). Criado em julho de 1955, durante o governo Café Filho (1954-1955), o ISEB aparece como uma iniciativa de intelectuais, técnicos e burocratas, com sede na cidade do Rio de Janeiro (Pécaut, 1990). Atuando com recursos provenientes do Ministério da Educação e Cultura (MEC), esse órgão público foi sendo descrito como “um centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário, tendo por objetivos explícitos o estudo, o ensino e a divulgação das Ciências Sociais” (Toledo, 2001, p. 42). Embora tivesse como finalidade a aplicação crítica dos dados e das categorias sociológicas às realidades latino-americanas, o ISEB se diferenciava dos demais ambientes acadêmicos e de pesquisa ao concentrar seus esforços na “[...] elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional” (Toledo, 2001, p. 42). Entre os fundadores do ISEB, ressaltam-se estes intelectuais:

Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, além de figuras renomadas, como Celso Furtado, Ignácio Rangel, Roberto Campos, Anísio Teixeira e outros que tiveram uma atuação mais episódica ou circunstancial na vida e no pensamento da instituição (Toledo, 2001, p. 43).

Desde sua origem, é conveniente exprimir que o ISEB atravessaria duas temporadas decisivas. Ao decorrer de ambas, os departamentos foram liderados por Álvaro Vieira Pinto (Filosofia); Alberto Guerreiro Ramos e, após, Júlio Barbosa (Sociologia); Cândido Mendes de Almeida e, em seguida, Nelson Werneck Sodré (História); Hélio Jaguaribe e, posteriormente, Cândido Mendes (Ciência Política); e Ewaldo Correia Lima, sendo este substituído por Ézio Távorá (Economia). A direção geral foi encabeçada por Roland Corbisier na primeira fase e por

Vieira Pinto já na segunda. Para Toledo (2001) e Bielschowsky (2004), a passagem entre essas fases foi assinalada por certas divergências internas que culminaram nas saídas de Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe.

No primeiro momento, denominado como o “nacional-desenvolvimentista” (1956-1960), foi “quando se distinguia, o nacionalismo progressista de Vieira Pinto, NWS, R. Corbisier ao lado do nacionalismo de orientação burguesa de Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. Correspondeu exatamente ao governo de Juscelino Kubitschek” (Toledo, 2001, p. 43). O segundo estágio, o das chamadas “reformas sociais” (1961-1964), ocorreria “quando se destacou a militância política do ISEB em defesa das reformas de base e da legalidade democrática ameaçada desde a renúncia de Jânio Quadros, com apoio aberto ao governo Goulart” (Toledo, 2001, p. 43).

Diferentemente do primeiro ciclo, a segunda fase distinguiu-se por ter representado um instante de “politização/esquerdização” da maioria dos isebianos (Bielschowsky, 2004), no qual a divisão se dava entre uma esquerda mais “radical”, geralmente associada aos quadros do PCB, e uma esquerda ligeiramente mais “moderada”, alinhada às diretrizes políticas do então presidente João Goulart. Àquela altura, desde 1959, o ISEB já tinha mais a participação de intelectuais vinculados à liderança de Hélio Jaguaribe, que havia sido desligado da instituição. Com isso, formaram-se dois grupos: de um lado, o da “esquerda radical”, representado por acadêmicos como Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins e Álvaro Vieira Pinto; do outro, o da “esquerda moderada”, ilustrado pela figura de Nelson Werneck Sodré (Toledo, 2001, p. 43).

Michel de Certeau (2020, p. 60) nota que “a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade”. Ainda, para ele, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico e cultural. [...] Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos” (Certeau, 2020, p. 47). Ora, “a instituição não dá apenas uma estabilidade social a uma ‘doutrina’. Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina” (Certeau, 2020, p. 53). Dessa forma, foi com a intermediação do ISEB que:

A obra historiográfica de Sodré notabilizou-se pela interpretação que fez da *história da formação social brasileira*. Juntamente com outros intelectuais marxistas (entre eles, Alberto Passos Guimarães e Ignácio Rangel), sustentou a tese da presença de

relações feudais no Brasil. Para Sodré, o feudalismo teria penetrado no país desde a fase colonial, ocupando extensas parcelas do território. No decorrer dos tempos, as fazendas escravistas – voltadas para a exploração – foram sendo envolvidas por relações de natureza feudal. Ampliou-se a dominação feudal no campo, fazendo do “vasto mundo da servidão no campo um espetáculo dos nossos dias no Brasil”. Assim, a oposição entre senhores e escravos foi progressivamente substituída pela contradição entre senhores e servos, existente até recentemente em nossa história (Toledo, 2007, p. 322-323, grifo nosso).

A partir do vínculo que integra uma “sociedade de estudos” e a definição de saberes, “é, pois, impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente” (Certeau, 2020, p. 55). A leitura de Sodré acerca da formação social brasileira, assentada na permanência de “relações feudais”, reflete não apenas uma construção teórica que se baseava nos interesses e inquietações de seu tempo, mas também os posicionamentos da intelectualidade que circundava as esferas institucionais do ISEB.

É certo que no caso de Sodré, este “fora atraído para o ISEB porque essa instituição tinha como ideias centrais a luta anticolonialista e a revolução nacional” (Oliveira Filho, 2011, p. 245). Ao mesmo tempo, Sodré e os outros “isebianos de esquerda”⁴ queriam implementar e difundir uma “ideologia do desenvolvimento nacional”, com o intuito de concluir, definitivamente, a industrialização brasileira (Toledo, 2001; Bielschowsky, 2004), algo consoante às teses dos cepalinos⁵. Em conformidade com Pécaut (1990, pp. 125-6), um dos desafios centrais do ideário nacional-desenvolvimentista, para os isebianos (seja na esquerda ou na direita), consistiria discernir aquilo que era considerado “velho” e aquilo que seria tido como “novo” – melhor dizendo, as continuidades e rupturas – na história da formação econômico-social do Brasil. Vamos explorar esse tema a seguir, tendo em conta suas implicações na obra sodreana.

⁴ Tal como em Toledo (2001), concebemos que termo esse termo diz respeito à fusão das duas alas já indicadas (moderados e radicas), gerando as parcelas denominadas como “progressistas” dentro do ISEB, abrangendo comunistas, sociais-democratas, trabalhistas e segmentos afins. Esses se opunham a uma terceira ala, instituída por isebianos que apoiavam a entrada de capitais estrangeiros em ramos da economia brasileira, como, por exemplo, Hélio Jaguaribe e Roberto Campos.

⁵ Aqui, torna-se vital frisar que: “O pensamento isebianos completa o cepalino, já que para a Cepal a superação do quadro periférico viria com a industrialização, ao passo que, para os isebianos, tal superação se daria com uma atuação deliberada na superestrutura. Tal ruptura era considerada um ato de vontade, daí que salientassem os aspectos políticos, institucionais, culturais e ideológicos” (Oliveira Filho, 2011, p. 247).

1.3. As obras historiográficas de Sodré no ISEB

A partir de 1956, Nelson Werneck Sodré inicia sua trajetória como professor no ISEB, assumindo a disciplina “Formação Histórica do Brasil”, que mais tarde serviria de fundamento para a elaboração de sua obra homônima, publicada em 1962 (Del Roio, 2007, p. 93; Oliveira, 2021, p. 121). Nesse contexto, ao eleger a questão da “totalidade histórica” como eixo central de reflexão, é que suas produções “perscrutam, com base nos pressupostos da teoria social marxista, *a formação do Brasil*” (Oliveira, 2021, p. 125, grifo nosso).

Inserindo-se no ISEB, “Sodré encontrou, num ambiente de estudos e pesquisas, condições para avançar em suas formulações e em seu magistério, interagindo com pensadores de posições teóricas e ideológicas muito diferenciadas e com um público com o qual ele nunca contactara antes” (Netto, 2011, p. 35-36), o que lhe possibilitou expandir ainda mais seu repertório bibliográfico. É dali que derivam textos nos quais “encontra-se a preocupação em fazer da reinterpretação do passado histórico uma arma na luta ideológica do presente” (Silva, 2008, p. 409), implicando, antes de qualquer coisa, na execução de um longo e detalhado processo de (re)construção historiográfica em torno das etapas colonial, imperial e republicana do Brasil. No final das contas, essas três fases iriam desembocar em um último ciclo: a revolução brasileira.

Para tanto, na proposta levada a cabo por Sodré, as oito produções que listaremos a seguir compõem a síntese dessas múltiplas determinações e, por isso, a unidade teórica dos traços formativos e estruturais do Brasil enquanto nação: *As classes sociais no Brasil* e *O tratado de Methuen* (ambos de 1957), *Introdução à revolução brasileira* (1958), *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro* (1959), *A ideologia do colonialismo* (1961), *Quem é o povo no Brasil?* e *Formação histórica do Brasil* (ambos de 1962) e, ao final, *História da burguesia brasileira* (1964).

Ao longo desta exposição, recorreremos à quarta edição de *Introdução à revolução brasileira* (1978), a qual integra trechos de quatro trabalhos anteriores de Sodré: *As classes sociais no Brasil* (1957), *O tratado de Methuen* (1957), *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro* (1959) e *Quem é o povo no Brasil?* (1962). Cada um desses textos explorava dimensões essenciais da formação social e econômica do Brasil, desde a estruturação das classes e os legados coloniais até os desafios da industrialização do país no período pré-

revolução. Em 1963, o autor incorporou segmentos dessas produções à segunda edição de *Introdução à revolução brasileira*, daí reorganizando-os em um único corpo textual (Conte, 2010, p. 15), e, na terceira edição (1967), ele acrescentou o excerto “Perspectivas”, com o propósito de propor uma síntese crítica sobre o golpe civil-militar de 1964 e seus desdobramentos. Diante disso, ainda que a edição de 1978 reúna todo esse conjunto de materiais, optamos, nesta parte da dissertação, por apresentar e analisar cada escrito individualmente, a fim de apreender com maior clareza os elementos que sustentam o pensamento histórico e a metodologia empregada por Sodré.

Pensado inicialmente como um folheto, *As classes sociais no Brasil* era parte do programa de uma disciplina ministrada por Sodré no ISEB a partir de 1956; entretanto, “posteriormente, transforma-se em artigo ampliado e publicado pela mesma instituição como parte de seu empenha pela emancipação cultural do país” (Maza, 2008, p. 32). Alguns anos mais tarde, já em 1963, essa obra passa a integrar a primeira seção do livro *Introdução à revolução brasileira*, recebendo o título de “A evolução da sociedade”. Conforme observa Fábio Maza (2008, p. 34), o plano editorial do ISEB tinha como objetivo examinar minuciosamente os problemas da população brasileira e, para isso, “na área da história, intitulada ‘Textos de história do Brasil’, coube a Werneck Sodré, com *As classes sociais no Brasil*, inaugurar a série”.

Sodré (1957a) traz sua argumentação em dois eixos – o primeiro denominado “Formação e desenvolvimento” e o segundo intitulado “Posição histórica e situação atual” – com o objetivo de evidenciar as particularidades econômicas e sociais de Portugal. A partir disso, o autor procuraria explicar as transformações ocorridas na estrutura política e na hierarquia de classes do país, estabelecendo, portanto, os “males de origem” da sua maior colônia no continente latino-americano, o Brasil (Maza, 2008, p. 34).

Ao identificar o regime feudal em Portugal, Sodré (1957a) discute a influência do medievalismo e das burguesias mercantis, que acabaram impulsionando o capital comercial entre o final do século XV e o início da Modernidade. Também, considerando a origem de classe dos primeiros colonizadores, o autor nos remete às controvérsias presentes na historiografia brasileira, sobretudo às questões relacionadas à “natureza da colonização” (Sodré, 1957a, p. 31-45). Nessas páginas, por exemplo, percebe-se um certo tom de

“desaprovação” sobre “[...] os que, com base na legislação existente, atribuem ao período do sistema de capitânias hereditárias a vigência de relações feudais” (Maza, 2008, p. 35). Posteriormente, em *Formação histórica do Brasil e História da burguesia brasileira*, compreende-se que Sodré revisa suas posições acerca da existência do “feudalismo” nas Américas.

Na sequência do texto, por meio do trecho “Posição histórica e a situação atual”, constata-se que:

Na verdade, o historiador tinha como escopo a preocupação de identificar prováveis mudanças na estrutura econômica e social, do Brasil no terceiro século, que permitissem enxergar, em um futuro próximo, a constituição de novos grupos sociais e, com eles, a formação de uma economia nacional desvinculada dos ranços coloniais (Maza, 2008, p. 36).

Outro elemento preponderante para a estrutura de classes no Brasil está dado na produção da riqueza, que no meio rural se manifesta com a dominação exercida pelos proprietários de grandes latifúndios. Ora, em *As classes sociais no Brasil*, denota-se, pela primeira vez na obra de Sodré, uma síntese minuciosa das razões e fatores que explicam a manutenção do caráter colonial da produção brasileira, as quais, mesmo diante de transformações nos regimes políticos, tendem a preservar um setor voltado à exportação agrícola. Para Sodré (1957a, p. 46-47), “essas circunstâncias perdurariam até com a Revolução de 1930, pois correspondiam ao controle político dos proprietários rurais”. Portanto, esse intervalo de tempo diz respeito ao período no qual emerge uma burguesia com traços tipicamente nacionais⁶.

Paralelamente, convém apontar que, na verdade, “o momento em que escreveu *As classes sociais no Brasil* nos parece um instante de confluência entre as teses do Partido Comunista do Brasileiro (PCB) e a ideologia nacional-desenvolvimentista que se expressa no ISEB” (Maza, 2008, p. 38). A luta de classes, na medida em que passa a adquirir novos contornos, evidencia as contradições entre a estrutura colonial/controlada imperialista e as reivindicações populares, capazes de modificar o destino da nação (Sodré, 1957a, p. 49-50).

⁶ Porém, nesse evento: “Para Werneck Sodré, a formação de uma burguesia nacional ligava-se a uma questão teórica e política importante, pois esse fato poderia promover o rompimento com a estrutura econômica colonial e transformá-la em estrutura econômica nacional. Apesar de não tocar na palavra revolução, o que estava em jogo eram os caminhos que ela tomaria no Brasil: a revolução brasileira deveria possuir um ‘caráter nacionalista’, reunindo o proletariado, o campesinato e a burguesia nacional” (Maza, 2008, p. 38).

Com o primeiro esboço da “revolução democrático-burguesa” já pronto e delineado, essas ideias adquiriram ainda mais espaço nas publicações subsequentes de Sodré.

Alguns meses mais tarde, ainda em 1957, Sodré publicaria *O Tratado de Methuen*. Nessa obra, ele estuda os acordos firmados entre Inglaterra e Portugal no século XVII⁷, oferecendo reflexões valiosas sobre as condições necessárias à industrialização brasileira na década de 1950. Aqui, sua abordagem a respeito do capitalismo mostra-se crucial para a formulação de metas voltadas à esfera nacional-desenvolvimentista. Ao decorrer de poucos capítulos, a problemática que Sodré (1957b) busca solucionar é a seguinte:

[...] até que ponto um acordo econômico tem o poder de alterar os destinos de uma economia? A resposta de Werneck Sodré a essa questão deriva de sua visão da economia da época moderna e do desenvolvimento do capitalismo, e de sua percepção do papel que acabou reservado a Portugal em razão do seu modo de inserção em ambos os processos, que, entre outras, coisas, deriva do fato de que Portugal, para ele, não era capitalista à época das descobertas e que, apesar de sua origem atípica, o feudalismo português ainda era dominante no século XVIII (Silva, 2008, p. 410).

Podemos visualizar determinados objetivos políticos na escolha desse tratado como objeto de estudo. A discussão referente à desigualdade entre os países carrega consigo os percalços vividos pelo Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Quando Sodré (1957b, p. 40-41) afirma que o tratado não poderia ser responsabilizado por provocar o atraso econômico português e a submissão do país à economia inglesa, a título de exemplificação, ele está dialogando com o debate que tangencia os impedimentos estruturais à industrialização completa. Após o término da Segunda Guerra Mundial, o predomínio estadunidense substituiu o britânico; todavia, o impasse gerado pelos tratados internacionais à época – pautados por trocas desiguais entre as nações hegemônicas e aquelas ainda fortemente dependentes da agroexportação de produtos primários – permanecia inalterado.

⁷ O Tratado de Methuen ganhou notoriedade por conta de seu grande idealizador, o diplomata inglês John Methuen. Dois tratados foram combinados entre Portugal e Inglaterra: um em 10 de maio de 1703, de cunho político, assinado por Paul Methuen, filho do diplomata; e outro em 17 de dezembro de 1703, de natureza econômica, que foi assinado pelo afamado “João Methuen”, como era popularmente conhecido pelos portugueses. É em relação a este último documento que Sodré (1957b) tece suas ponderações. Pela crítica da economia política revela-se os termos em que a indústria têxtil enfrentou a crise do século XVII, tal como a maior parte da Europa, com exceção de nações como a Inglaterra e a Holanda. Em resumo, segundo Sodré (1957b), o Tratado de Methuen é enxergado como a alavanca principal do declínio de Portugal e, por consequência, de sua subalternidade nas trocas comerciais da Idade Moderna.

Sob a ótica de sua argumentação, “o problema de fundo não estava na assinatura de tratados preferenciais, mas na estrutura de produção que condenava alguns países a ocupar um lugar subordinado no comércio internacional” (Silva, 2008, p. 412). Ao tratar desses fatores, como o protecionismo, Sodré (1957b) dirigia-se àqueles que defendiam a industrialização brasileira, argumentando que, historicamente, o pensamento nacionalista propugnou uma redução das importações, de modo a alavancar o avanço da indústria, além de fomentar o equilíbrio da balança de pagamentos (Silva, 2008, p. 413-414). Sodré (1957b, p. 27) enquadraria o protecionismo dentro do tema da formação nacional, tendo como eixo vital a ideia de fortalecimento e integração completa do mercado interno. Logo, a preocupação de Sodré (1957b) quanto ao acordo firmado em 1703, séculos atrás, torna-se algo digno de referência, pois os desdobramentos do presente têm suas raízes diretas no passado ou encontram, ao menos, paralelos em ocorrências análogas.

Já no final dos anos 1950, Sodré redimensiona e aprofunda seus conhecimentos no campo da teoria marxista (Netto, 2011, p. 51). Naquele instante, o tópico da “revolução brasileira” (sinônimo de revolução democrático-burguesa ou de revolução nacional e democrática) foi alvo de diversas disputas. Com o livro *Introdução à revolução brasileira* (1958), o autor delinearía diferentes quadros históricos do país desde o século XVI até a segunda metade do século XX. Então, [...] foi calcado nessa vasta análise da história que Werneck Sodré discutiu o caráter da revolução burguesa no Brasil, seus agentes, entraves e possíveis desdobramentos” (Segatto, 2008, p. 219). Por exemplo, nas primeiras linhas do prefácio à quarta e última edição (1978), objetivamente, Sodré (1978, p. 7) realiza esta confissão: “[...] reuni em livro algumas conferências pronunciadas entre 1954 e 1956, apreciando a evolução da sociedade, a evolução da economia e a evolução da cultura brasileira, incluindo a evolução racial, no que se refere à contribuição do negro em nossa formação”. Resumidamente,

Introdução à revolução brasileira é um conjunto de ensaios organicamente encadeados, reunindo materiais preparados nos anos imediatamente anteriores e apresentados em conferências e aulas. Na sua primeira edição, difere da segunda (1963) – nesta, Sodré retirou um ensaio sobre a evolução militar, tema a que voltaria exaustiva e posteriormente na *História militar do Brasil*, e acrescentou dois outros – tratando do *nacionalismo* e da categoria *povo* no país – e também da terceira (1967, que pode ser tomada como a definitiva), quando lhe após um texto (‘Perspectivas’) referido ao quadro posterior a 1964. Em 1958, Sodré se propõe a um exame da história

brasileira, do século XVI a meados do século XX – história na qual encontra três cortes: a Independência, a República e a “revolução brasileira”, aberta com o movimento de 1930, que ele caracteriza como uma revolução “democrático-burguesa de tipo novo”. Ele enfatiza o caráter *diferente* dessa revolução, o seu “tipo novo” comparativamente às revoluções burguesas “clássicas”, assinalando as condições específicas em que ela se processa (num país dependentes, com o capitalismo já entrado em seu estágio monopolista – vale dizer, imperialista). Para ele, pesa fortemente nesta especificidade o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, resultado seja da estreiteza do mercado interno (cujo alargamento é travado também pelas sequelas do regime escravista outrora imperante), seja da exploração imperialista (Netto, 2011, p. 54-55, grifo do autor).

Nessa fase histórica, o processo revolucionário se encaminhava para uma situação bastante distinta: a de um país “dependente”, já amplamente submetido à interferência econômica das potências imperialistas, em especial do governo estadunidense. Para Sodré (1978, p. 130), o imperialismo⁸ – junto a seus aliados internos, como os latifundiários e a burguesia comercial e usurária – era responsável por “travar” o desenvolvimento das forças produtivas e das rela es de produ o, de maneira quantitativa e qualitativa. Esse bloqueio vinha impedindo a expansão do mercado interno e da indústria nacional por conta da apropria o do excedente agrícola e da descapitaliza o pela transferência de lucros para o exterior (Segatto, 2008, p. 220). A chamada “tese do feudalismo” – motivo de muitas controvérsias que renderam a Sodré numerosos ataques e injustiças –   anunciada bem discretamente no livro. Na verdade, Sodré (1978, p. 168) refere-se apenas às rela es semifeudais como “resquícios do colonialismo escravista” que impediriam a efetiva o do mercado nacional (quer dizer, interno). Para que adentr ssemos no primeiro estágio da revolu o brasileira, seria imprescindível eliminar, de uma vez por todas, os obstáculos e as

⁸ No terreno do marxismo, o conceito de “imperialismo” obt m em Lênin seu maior expoente, sendo definido como uma etapa (monopolista) do capitalismo, indicada pela expansão e pela acumula o de capital em escala mundial. Em *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* (1917), a teoria do imperialismo de Lênin (2021) busca analisar os mecanismos dessa acumula o no cenário de um mercado global, que emerge da própria natureza progressiva do desenvolvimento capitalista. Sua abordagem respalda-se na “teoria da acumula o” de Marx (2017), contrapondo-se às explica es baseadas no subconsumo. Por meio de seu célebre folheto sobre o imperialismo, Lênin identificou algumas características do fenômeno: 1) a concentra o da produ o e a exporta o de capitais a patamares nunca antes alcançados, resultando no surgimento de monopólios e oligopólios, além da conversão do “capital bancário” em “capital industrial”, que d  vida ao “capital financeiro”; 2) após a crise de 1873, durante a fase de amadurecimento dos cartéis, as potências colonialistas (Alemanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Japão, Rússia, entre outros) instauram novas divisões do globo terrestre, criando zonas de mercado cujos interesses estariam subordinados ao expansionismo eurocêntrico nas periferias do modo capitalista de produ o; 3) por fim, já com o encerramento do século XIX e a crise de 1900 a 1903, os cartéis firmam-se como um dos pilares da economia internacional, o que assinalou a transi o capitalismo para o imperialismo (Lênin, 2021, pp. 36-41 e 94).

incongruências entre o povo, de um lado, e o imperialismo, de outro (Sodré, 1978, p. 41). Destarte, o ponto nevrálgico era superar a “contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e o monopólio da terra que as entravava” (Segatto, 2008, p. 220).

Com efeito, em *Introdução à revolução brasileira*, Sodré procurou não apenas a afirmação da nacionalidade, mas também a criação dos pressupostos para um capitalismo autônomo, sem ser subalterno ao imperialismo, capaz de superar nossos atrasos seculares, à medida que conseguiríamos remover as relações semifeudais e outros tipos de opressão (Segatto, 2008, p. 219). Almejou-se um movimento sociopolítico democrático que, concretamente, seria o promotor da revolução burguesa com a participação do povo e, naturalmente, do proletariado. Foi nessa tentativa que ele sintetiza, recorrendo a citações e arcabouços conceituais do campo marxista-leninista, uma ideia que, à época, sofreu contestações por grande parte da esquerda, mas que, com o passar do tempo, viria a ser devidamente valorizada, ao apoiar a tese de que “não há muralhas entre as reformas e a revolução: aquelas são etapas necessárias desta” (Sodré, 1978, p. 91).

O estudo sobre a temática do nacionalismo – elaborado à luz de uma de suas conferências ministradas no ISEB em 1959 – buscou avaliar as origens desse fenômeno na própria história brasileira; mais precisamente, “distinguindo-o do nacionalismo emergente na Europa do primeiro pós-guerra (no que, aliás, retomava um procedimento de Mariátegui, expresso num escrito de 1925), via nele o instrumento para barrar a ação predatória imperialista” (Netto, 2011, p. 56, grifo do autor). Já em 1960, com a publicação da segunda edição de *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, temos, no encerramento do seu “Prefácio”, os comentários extraídos desta passagem:

Em obediência a uma praxe estabelecida no ISEB, cabe-me pronunciar a aula inaugural, iniciando o contato com os estagiários neste novo ano de atividades regulares. Decidiu a Congregação, e me parece que acertadamente, versasse esta palestra matéria pertinente ao curso que me cabe desenvolver e atendesse ao interesse generalizado que o *Nacionalismo* vem despertando entre nós. Qualquer que seja a posição face a esse fenômeno central da vida política brasileira, nos dias que correm, não há dúvida que representa um fato de importância indiscutível, *configurando um quadro em que essa posição deixa de ser indiferente para ser militante*. Só os fenômenos cuja grande se traduz por semelhante generalidade e profundidade podem tornar-se divisores de águas. O *Nacionalismo*, no Brasil, atingiu tal magnitude. Cumpre, pois, *analisar as suas raízes*, uma vez que, na vida das coletividades, nada acontece por acaso, tudo tem o seu momento próprio e decorre de *condições concretas*. A tarefa que me cabe, pois, resume-se em demonstrar, *pela análise histórica*, que o *Nacionalismo* não só tem raízes profundas entre nós, como ainda, o

que é fundamental, *só poderia ter ocorrido agora, e não antes*, e não poderia deixar de apresentar-se, nesta fase, com a força que não lhe podem negar, mesmo os seus mais ferrenhos adversários (Sodré, 1960, p. 9, grifo nosso).

Nesse sentido, “Werneck Sodré teve o mérito inegável de, inclusive nessa aula de abertura, tentar formular uma síntese do nacionalismo fundada, por um lado, em uma teoria das classes sociais e, por outro, em uma extraordinária erudição acerca da história brasileira” (Almeida, 2008, p. 357). De modo geral, em *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, Sodré pretendia autenticar duas colocações: 1) no Brasil, o nacionalismo é profundamente “enraizado”; 2) apenas naquele momento dos anos 1950 e 1960 – e não anteriormente – tal assunto poderia ostentar tamanha pertinência e/ou visibilidade. Sob o impacto da Revolução Cubana, em 1959, Sodré (1960) dispunha de inúmeros motivos e argumentos que dessem embasamento para eleger essa pauta, uma vez que o nacionalismo assumiu a condição de “fenômeno central da vida política brasileira” e, em face disso, não cabiam indiferenças ou mesmo mesquinhas: restava somente o posicionamento “militante”.

Tendo em vista que corresponde a instâncias reais, a importância de algo como a “questão nacional”, em conformidade com Sodré (1960), decorre do fato de que ela “traduz uma verdade – a verdade do quadro histórico, e a verdade é sempre concreta”; como resultado, isso “revela que o nacionalismo é popular, o que não pode surpreender a ninguém, uma vez que só é nacional o que é popular” (Sodré, 1960, p. 29-30, grifo nosso). Mas, pode restar uma dúvida: por que tratar do “nacionalismo”? O autor defende sua escolha deste jeito:

Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o país. Realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica subordinada a interesses externos, corresponde a uma tarefa em muitos pontos idênticas a que os países europeus realizaram, no alvorecer da Idade Moderna, com a derrota dos remanescentes feudais e o avanço da capitalização. O que, para eles, eram as relações feudais, antepondo-se ao desenvolvimento, é, para nós, tudo o que reflete ainda o passado colonial. O Nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação (Sodré, 1960, p. 30-31).

O nacionalismo, dessa forma, passa a adquirir seu propósito, sua historicidade. Entretanto, se olharmos as teorizações e os raciocínios de Sodré (1960) um pouco mais atentamente, em concordância com o diagnóstico exercido por Almeida (2008, p. 353), avistaremos “[...] uma concepção de história fortemente evolucionista, uma contraposição dos processos de desenvolvimento capitalista europeu e brasileiro demasiado rígida, e uma

periodização do nosso processo histórico, fundada em uma abordagem de classes ainda muito insuficiente”. Isso também nos transporta a outros indicativos passíveis de questionamento:

É provável que a maior fragilidade do texto seja sua impressionante concordância com as principais posições que os nacionalistas defendiam naquele momento, não visando a uma futura luta pelo socialismo, mas sim considerando a ‘emancipação nacional’ (a industrialização capitalista e dependente) como um fim em si mesmo. Aliada à ausência de tentativas de teorizar a nação e o(s) nacionalismo(s), essa concordância talvez tenha bloqueado, na análise efetuada por Werneck Sodré, o exame mais rigoroso das diferentes apropriações sociais do nacionalismo” (Almeida, 2008, p. 357).

Em Sodré (1960), tais eixos indicam os pilares do país, remetendo-nos aos eventos da Independência, da República e da Revolu o Brasileira. Tratava-se de expor com nitidez e veemência o que   antigo e o que   novo; o que ainda se mant m parasitariamente às custas do passado e o que formar  o futuro, a prosperidade e a soberania desta na o e de seu povo (Sodré, 1960, p. 34-35). Ainda, nessa altura dos acontecimentos, as novidades materialmente importantes foram o crescimento numérico e a tomada de consciência política em “[...] representa es ponderáveis da classe média, daquilo que se convencionou chamar de *burguesia nacional*” (Sodré, 1960, p. 30, grifo nosso). Afinal de contas, ao desenvolver-se o modo capitalista de produ o nos países dependentes da América Latina, entrar mos em plena contradi o com os resquícios advindos do colonialismo (Sodré, 1960, p. 31). Se o Brasil quisesse se locupletar como na o, era imprescindível transpor tais resquícios.

De acordo com Domenico Losurdo (2020, p. 20-21), para a tradi o leninista do marxismo, o estudo da questão colonial sempre esteve vinculado   compreensão total das estruturas internas e externas da etapa imperialista do capitalismo. Apesar das crises enfrentadas pelos impérios espanhol e português e do surgimento de novos países na América do Sul e na região caribenha, os mecanismos coloniais de explora o do capital foram conservados e, em muitos casos, até reforçados. Já pela segunda metade do século XIX, a subserviência ao mundo metropolitano europeu foi sendo, então, “[...] substituída pelo imperialismo de livre comércio exercido pela Inglaterra” (Silva, 2011, p. 123). Contudo, revestidas sob uma máscara supostamente científica, as ideologias engendradas pelo colonialismo haver m de servir   eterna perpetua o de estereótipos, preconceitos e mitos, como, por exemplo, “o efeito do clima, a inferioridade da raça e a inadequa o para a civiliza o” (Silva, 2011, p. 123-124).

Ao mesmo tempo, o problema do colonialismo foi praticamente ignorada nos primeiros congressos da II Internacional. Diferentemente da sua predecessora, a III Internacional, estabelecida em 1919, procedeu em busca da desvinculação de contingências eurocêntricas em torno do processo revolucionário global. Seguindo essa orientação, ao submeter a exame dos camaradas o “Esboço inicial das teses sobre os problemas nacional e colonial (para o II Congresso da Internacional Comunista)”, publicado em 14 de julho de 1920 no décimo primeiro número da revista *A Internacional Comunista*, o líder dos bolcheviques explana este ponto de vista:

No terreno das relações dentro do Estado, a política nacional da Internacional Comunista não pode ficar circunscrita a um simples reconhecimento formal – puramente declarativo e que, na prática, não obriga a nada – da igualdade das nações, coisa que fazem os democratas burgueses, apresentados sem véu como tais ou encobertos pelo títulos de socialistas, à semelhança dos socialistas da II Internacional. Não basta com que em todo trabalho de agitação e propaganda dos partidos comunistas – tanto desde a tribuna parlamentar como fora dela – se denunciem implacavelmente as contínuas violações da igualdade das nações e das garantias dos direitos das minorias nacionais em todos os Estados capitalistas, a despeito de suas constituições ‘democráticas’. Além disso, é preciso: 1) explicar de maneira constante que apenas o regime soviético proporciona verdadeiramente direitos iguais para todas as nações, unindo primeiros os proletários, e depois toda a classe dos trabalhadores, na luta contra a burguesia; e 2) que todos os partidos comunistas ofereçam uma ajuda direta ao movimento revolucionário das nações dependentes ou que não gozam de igualdade de direitos (por exemplo, na Irlanda, entre os negros dos EUA, etc.) e nas colônias. Sem esta última condição, de suma importância, a luta contra a opressão das nações dependentes e das colônias, bem como o reconhecimento do seu direito de se separarem e formarem um Estado separado, continuam a ser um palavrorio falacioso, como vemos nos partidos da II Internacional (Lênin, 2024b, p. 330-331).

Por isso, com o uso dos exemplos reportados no domínio do pensamento leniniano, há tanto as polêmicas raciais que envolvem a população negra – à época segregada – norte-americana quanto o direito à autodeterminação das massas oprimidas nas colônias e nos territórios “emancipados” – embora tenham suas economias dependentes e atreladas ao imperialismo. Ambos estão circunscritos no âmago das questões nacionais, de acordo com as tendências da alçada marxista-leninista.

Assim, imbuído pelas lutas anticoloniais de libertação nacional, é em 1961 que desponta, através do serviço editorial prestado pelo ISEB, os ensaios de *A ideologia do colonialismo*. Sodré (1984) – ao debater a vida e as obras de pensadores como Azeredo Coutinho, José de Alencar, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana – rechaça explicitamente qualquer tentativa de legitimação ou validação, por mais improvável que

pudesse parecer, da chamada “ideologia do colonialismo”. Ele descreve esse conceito no fragmento a seguir:

Toda ideologia é justificatória por definição e, gerando-se de condições concretas e, portanto, sendo constituída *a posteriori*, pretende sempre apresentar-se como apriorística. Por *ideologia do colonialismo* se entende, aqui, o conjunto de ideias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua dominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles. Surgiu e cresceu com a fase mercantilista e consolidou-se com o acabamento do processo que colocou o capitalismo como modo de produção predominante, desembocando na fase imperialista a que assistimos. Sumariamente, nos fins do século XIX, tal ideologia reunia tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização. Sob o clima tropical não seria possível forma adiantada de organização social, econômica ou política; a raça negra seria inferior e, como tal, destinada apenas ao trabalho, influenciando negativamente nos cruzamentos em que concorresse, como, de resto, seriam por si mesmos negativos os cruzamentos; as técnicas avançadas de organização política, como de produção, não poderiam ser adaptáveis a povos coloniais, onerados pelo clima e pela raça – tais foram, entre outras menos importantes, formas muito difundidas de uma ideologia que, no fundo, pretendia apenas coonestar a justificar a exploração colonial. Pela difusão dessa ideologia nas áreas coloniais, tornando as suas elites intelectuais suportes de sua vigência, responde a estrutura social nelas dominante, quando a classe senhorial tinha os seus interesses profundamente associados, ainda que subsidiários, da classe que emergia vitoriosa no processo histórico que culminou com a Revolução Industrial (Sodré, 1984, p. 98-99, grifo nosso).

Caso prestássemos atenção às descrições dadas por Sodré, podemos ver que a disseminação da “ideologia do colonialismo” é atribuída, substancialmente, aos feitos da chamada “transplantação cultural”. No Brasil, seja formal ou informalmente, o respaldo à racialização por parte da elite econômica branca, alinhada aos anseios das burguesias imperialistas, foi algo espantosamente robusto, posto que “a justificativa necessária à manutenção dessa situação era produzida também – e sem dúvida de modo mais eficaz – internamente” (Silva, 2011, p. 123). Em seguida, com o trecho abaixo, trazemos esta denominação outorgada por Sodré:

Aqueles que, internamente, permitiram a vigência da ideologia do colonialismo, veiculando as suas teses e contribuindo para manter os seus preconceitos e absurdidades, começaram por aceitar a postulação externa, supondo-a universal. Aceitavam-na, inclusive, porque isso distinguiu, isto é, assinalava uma qualificação intelectual. Daí a tendência, que logo se generalizou, a copiar os modelos externos, em literatura, em política, em economia. A transplantação correspondia a introduzir, em organismo colonial, aquilo que convinha aos organismos metropolitanos e, por isso mesmo, configurava uma deformação cultural em que o autêntico, o local, o

nacional eram inteiramente deslocados. E isso aconteceu precisamente porque a classe dominante na área colonial era mandatária da classe dominante no exterior, nas áreas economicamente metropolitanas. Não foi por acaso que a nobreza de títulos passou a ser substituída, entre nós, por outra espécie de nobreza, a do diploma e do anel de grau. Formar-se, ostentar um diploma, era distinguir-se. Escrever, dar-se às letras, era outra forma de qualificar-se o indivíduo. Disso resultou o timbre aristocrático que o talento ainda conserva, no Brasil, e que é um ranço do colonialismo (Sodré, 1984, p. 10).

No tocante aos nuances da transplantação em uma formação econômico-social dependente, averigua-se o fato de que a distância entre os donos do poder e as camadas populares não diminuiu com a Independência – e nem mesmo depois – já no Estado republicano; ao contrário, se caminhássemos pelo país do litoral para o interior, ia-se do presente ao passado (Sodré, 1984, p. 11). Embora fossem anacrônicas, as características e aspectos arcaicos de produção se mesclavam com traços da atualidade, o que geraria antagonismos. Para abarcar essa realidade, Sodré (1984) introduz a expressão nomeada “coetaneidade do não-coetâneo”, à qual corresponde às implicações do que ainda restaria do legado colonial na formação social brasileira. Como uma das poucas saídas frente ao subdesenvolvimento, “era preciso em primeiro lugar liquidar os resquícios dessa herança, liquidar os *traços feudais* no interior da *formação social brasileira* e livrar a consciência nacional dos *resquícios do colonialismo*” (Silva, 2011, p. 132, grifo nosso). Para que a revolução nacional superasse as limitações que há muito se tornaram obsoletas, era indispensável que o povo assumisse a vanguarda e os rumos do processo histórico.

Outra pesquisa historiográfica de Sodré que merece destaque é *Quem é o povo no Brasil?*, publicada em 1962. Nela, ao examinar os movimentos populares, Sodré (1962) coloca o problema do “agente revolucionário” em evidência. Sua síntese buscava articular uma aliança entre as camadas “populares”, englobando pequena e média burguesias, classes médias e proletariado, de modo a viabilizar a derrota da alta burguesia e dos latifundiários. Esta última – constantemente vinculada ao imperialismo – era percebida como hesitante e tolerante em relação à transferência das riquezas internas às potências centrais e dominantes, às quais o Brasil esteve historicamente submetido, seja em períodos coloniais, imperiais ou republicanos (Sodré, 1962, p. 28). Nesse contexto, desde o momento em que se submeteram a Portugal, depois à Inglaterra e, por fim, aos Estados Unidos, acabaram por ser “[...] excluídos do povo, pois, nesta fase histórica, e agora para sempre, enquanto classes, os latifundiários, a alta

burguesia e a média comprometidos com o imperialismo, como os elementos da pequena burguesia que o servem” (Sodré, 1962, p. 32). Entretanto, quem compunha o “povo” no Brasil daquela época? Ao longo das décadas de 1950 e 1960, influenciado pelo nacionalismo revolucionário marxista-leninista, Sodré propõe a seguinte resposta para esse dilema:

São as partes da alta e da média burguesia que permanecem fiéis ao seu País, é a pequena burguesia que, salvo reduzidas frações corrompidas, forma com os valores nacionais e democráticos, é o numeroso campesinato que acorda para a defesa de seus direitos, é o semiproletariado e, principalmente, o proletariado, que se organiza amplamente e comanda as ações políticas. É este o povo que vai realizar a Revolução Brasileira (Sodré, 1962, p. 51).

Ainda assim, Sodré (1962, p. 10) alerta que a categoria “povo” deve ser compreendida segundo contextos específicos, refletindo diferentes agrupamentos e configurações sociais de acordo com cada situação concreta. Não se trata de um conceito fixo ou imutável. Entretanto, existe um traço constante que atravessa essas definições, algo que se mantém independentemente das circunstâncias: “em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive” (Sodré, 1962, p. 10, grifo do autor). Com a definição do que constitui o “povo” brasileiro, surge uma nova questão: “Qual a tarefa progressista e revolucionária, na atual etapa da vida brasileira?”. Sodré responde a esse dilema desta maneira:

A Independência e a República, com efeito, foram tarefas progressistas, mas não foram tarefas revolucionárias: a classe dominante permaneceu a mesma, embora, no segundo caso, tivesse, depois da mudança do regime, repartido o poder com a nascente burguesia, continuando hegemônica. Agora, trata-se de liquidar, definitivamente, a classe latifundiária, tornada anacrônica pelo desenvolvimento do País. Trata-se de substituí-la. Trata-se, ainda, de quebrar a aliança que a vincula ao imperialismo, derrotando também a este e barrando-lhe a ingerência no processo nacional (Sodré, 1962, p. 26).

Com esse direcionamento em mente, ressalta-se a evidente orientação de Sodré pelos fundamentos filosóficos, práticos e metodológicos do marxismo-leninismo, que, após 1956, encontrariam em Mao Zedong um de seus principais representantes, fonte de referência e instrumento de difusão ideológica. Em 1949, durante as celebrações do XXVIII aniversário do Partido Comunista da China (PCCh), o líder revolucionário proferiu o discurso “Sobre a ditadura democrática popular”, posteriormente incorporado a um dos capítulos do quarto

volume de sua coletânea de obras selecionadas. Nesse contexto, Mao Zedong questionava: “Que se entende por povo?”. E ele próprio oferecia a resposta:

Na China, *na presente etapa*, entende-se por *povo* a classe operária, a classe camponesa, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional. Dirigidas pela classe operária e pelo Partido Comunista, essas classes unem-se, formam o seu próprio Estado, elegem o seu próprio governo e exercem a ditadura sobre os lacaios do imperialismo, quer dizer, sobre a classe dos senhores de terras e a burguesia burocrática, assim como sobre os seus representantes, os reacionários do Kuomintang e seus cúmplices, reprimem-nos, só lhes permitem atuar na forma devida e não lhes toleram que saiam dos limites, nem por palavras nem por atos. Se saem dos limites numa ou noutra forma, reprimem-se e castigam-se imediatamente. A *democracia* pratica-se no seio do povo, o qual goza das liberdades de palavra, reunião, associação, etc. Só o *povo* goza do direito de voto e não os reacionários. A combinação destes dois aspectos, *democracia* para o povo e *ditadura* para os reacionários, constitui a *ditadura democrática popular* (Mao, 1979, p. 635-636, grifo nosso).

Tal como nos trechos anteriores, Sodré (1962) circunscreveu o conceito de “povo” a contextos históricos e temporais específicos, reconhecendo que seu significado pode variar conforme novas circunstâncias se apresentam. Partindo do mesmo universo conceitual, Sodré também concebeu a “democracia” como elemento estruturante do processo revolucionário em âmbito nacional⁹. Ambos os autores empregam terminologias semelhantes: no caso chinês, Mao (2011, p. 566, grifo nosso) defende “um tipo novo de revolu o democrático-burguesa”; de forma análoga, Sodré (1962, p. 32, grifo nosso) afirma que seria necessário realizar “[...] uma

⁹ De maneira ainda bem atual, no que concerne   luta pela democracia, Sodré (1962, p. 29-30) diz que: O avultamento do problema democrático deriva de que a manuten o das liberdades democráticas permite o esclarecimento político, e o esclarecimento político permite a tomada de consciência pelo povo, e a tomada de consciência pelo povo permite a execu o das tarefas progressistas que a fase histórica exige. Manter as liberdades democráticas, significa, pois, inevitavelmente, ter de enfrentar aquelas tarefas e resolvê-las, segundo a correla o de forças, quando as forças populares são muito mais poderosas do que as que estão interessadas na manuten o de uma estrutura condenada. Para mantê-la, entretanto, torna-se indispensável suprimir as liberdades democráticas. O clima democrático asfixia progressivamente as forças reacionárias, que se incompatibilizaram definitivamente com ele, pedem, imploram um governo de exce o, um golpe salvador, uma poderosa tranca na porta a impedir a entrada do progresso. Tentam, com a frequência determinada pelas circunstâncias, a sinistra empresa, perdem sucessivamente todas as oportunidades, sendo levadas ao desespero. Mas procuram recuar em ordem, sempre, sacrificando alguns quadros de mais evidência, substituindo-os, recondicionando-os, e seguem outro caminho, o de apresentar uma fachada democrática que esconda o fundo antidemocrático. Buscam, por todos os meios, organizar uma democracia formal em que seja estigmatizado como subversivo tudo o que fere o poder exercido pelos latifundiários e pela alta burguesia em liga o com o imperialismo, em que seja punível qualquer pensamento contra o atraso e a violência de classe. Essa ânsia exasperada em deter a marcha inevitável da história, em sustar o processo político, ameaça o País com a guerra civil, pois as forças antinacionais não recuar o ante ato algum que lhes prolongue o domínio. Assim como no campo internacional o imperialismo preferiria conflagrar o mundo, com a guerra at mica, a ceder as suas posi es, no campo nacional aquelas forças preferem conflagrar o País a ver derrotados os seus interesses. Poderão chegar a isso, ou não, entretanto, na conformidade com a correla o de forças sociais”.

revolução democrático-burguesa, mas de tipo novo, em que a componente burguesa não terá condições para monopolizar os proventos da revolução”. Dessa forma, a exclusividade dos benefícios da revolução à burguesia seria eliminada, pois, segundo Sodré (1962, p. 48), “o imperialismo, os latifundiários e a alta burguesia não têm mais condições, no Brasil, apesar da grande e da pequena corrupção, para viver sob regime democrático, ainda que débil. Suas possibilidades para isso chegaram ao fim”. Com o surgimento desse novo sujeito político, as tarefas revolucionárias assumem uma configuração distinta das experiências históricas anteriores, uma vez que a minoria da classe dominante cede lugar à totalidade que constitui o povo (Sodré, 1962, p. 33).

Na produção sodreana, as ideias desenvolvidas entre 1958 e 1962, como já assinalado, encontram-se intimamente ligadas à sua investigação e ao exercício docente no ISEB. Desse conjunto de pesquisas surgiram textos de circulação inicialmente restrita, como *O tratado de Methuen e As classes sociais no Brasil*, que, embora pouco difundidos à época, constituíram a base de suas teorizações sobre a realidade brasileira, sendo posteriormente explicitadas, conforme observa José Paulo Netto (2011, p. 58). É a partir da síntese desses conhecimentos acumulados, “[...] mais os avanços que realizou no domínio da teoria marxista, que Sodré formula o essencial da sua teoria do Brasil no livro que dá a público em 1962, verdadeira matriz de todo o seu pensamento maduro: *Formação histórica do Brasil*” (Netto, 2011, p. 61, grifo do autor).

Ao entendermos que *Formação histórica do Brasil* resulta da síntese de múltiplas determinações, “a obra em questão foi considerada pelo próprio autor sua maior, mais ambiciosa e mais bem-sucedida tentativa de interpretar a formação social brasileira desde sua gênese até o início da década de 1960” (Gaio, 2008, p. 110, grifo nosso). O que aqui denominamos como a teoria do Brasil – ou, de forma mais precisa, a visão elaborada por Sodré sobre o desenvolvimento histórico nacional – compõe uma tentativa de compreender e analisar os fenômenos brasileiros à luz do materialismo histórico. Estruturada em sete capítulos, incluindo uma extensa introdução, a obra examina os marcos históricos que evidenciam descontinuidades políticas e administrativas, abrangendo os períodos da Colonização, Independência, Império e República (Sodré, 1990). Para fundamentar sua argumentação, o

autor recorre a dados estatísticos e tabelas relativos a preços de produtos, exportações, estrutura fundiária, remessas de lucros, entre outros indicadores. Quanto às fontes utilizadas:

[...] Werneck Sodré valeu-se principalmente dos livros de autores que estudaram os períodos históricos supracitados, brasileiros e estrangeiros, aqueles que já eram considerados clássicos, procurando, todavia, incluir as informações neles encontradas para fundamentar sua interpretação; no campo marxiano, citou largamente *O capital* de Karl Marx, na tradução francesa; os autores marxistas José Carlos Mariátegui, Sérgio Bagú e Caio Prado Jr. compareceram com suas mais importantes obras e fundamentaram muitos pontos de vista sodreanos, bem como Lenin, que, embora pouco citado, o inspirou na hipótese – foi o primeiro a utilizá-la no Brasil – de que o modelo de constituição do capitalismo brasileiro se aproximava daquele denominado por Lenin de “via prussiana”. Mas o autor em que Werneck Sodré mais se apoiou foi Celso Furtado, presente em todos os capítulos do livro, sendo a obra clássica do economista, *Formação econômica do Brasil* (publicada originalmente em 1959) a única referência (Gaio, 2008, p. 111).

Na introdução de sua obra, Sodré (1990) expõe o método adotado – o materialismo histórico – e apresenta uma perspectiva própria sobre sua aplicação. Ao longo dos capítulos, os conceitos de regime de produção e modo de produção são empregados de maneira intercambiável. Destaca-se, ainda, a ênfase atribuída às forças produtivas em detrimento das relações de produção, de modo que a síntese se concentra, sobretudo, no grau de desenvolvimento dessas forças e em seus efeitos sobre as relações entre classes, bem como sobre a organização política e social. A parte inicial do livro é também dedicada a contestar a caracterização do período colonial realizada por Caio Prado Jr., que o havia classificado como capitalista. Com precisão e rigor, Sodré (1990) distingue mercantilismo e capitalismo, evidenciando que a confusão conceitual entre esses termos deu origem àquilo que ele considera a “interpretação equivocada” do historiador paulista acerca da economia colonial.

Ainda no que se refere ao período colonial, outro ponto que suscitou controvérsias na recepção da obra foi a suposta caracterização do Brasil a partir do modo feudal de produção. Em nossa avaliação, Sodré foi alvo de críticas injustas ao ser acusado de reproduzir um esquema stalinista. Na realidade, já nas primeiras páginas de seu livro, o autor propõe a hipótese de que o caso brasileiro se distingue pela coexistência, ao longo do tempo, de diferentes regimes ou modos de produção, conceito que ele denomina como “coetaneidade do não-coetâneo” (Sodré, 1990, p. 4). O feudalismo, quando abordado, surge simultaneamente ao escravismo ou, em outra perspectiva controversa, como uma regressão resultante da decadência econômica, como ocorre no contexto da mineração. Longe de se tratar de afirmações simplistas, essas hipóteses são

audaciosas e provocam reflexão, abrindo caminhos para investigações futuras. Convém ressaltar, porém, que o eixo central da obra permanece a síntese do desenvolvimento do capitalismo e de seus efeitos sobre a formação social brasileira.

Ao tratar dos últimos anos do Império e do período republicano, Sodré (1990) apresenta suas teses mais relevantes. Segundo Gaio (2008, p. 112, grifo do autor), ao articular a questão nacional com a síntese das contradições entre classes sociais, “o autor procurou revelar o processo histórico tormentoso que originou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Tivemos uma revolução burguesa peculiar porque ocorreu na fase imperialista do capitalismo”. Essa peculiaridade foi determinante, uma vez que, ao contrário das revoluções burguesas clássicas, a estrutura colonial ou dependente da economia brasileira foi preservada, gerando repercussões significativas no processo de capitalização econômica e no exercício pleno da soberania (Gaio, 2008, p. 113). Sodré (1990, p. 327) denomina esse conjunto de transformações iniciadas com a Revolução de 1930 como a “Revolução Brasileira”. Nesse contexto, sua síntese concentra-se em duas questões centrais: 1) a posição das diferentes classes sociais frente à industrialização nacional, determinando o caráter progressista ou conservador de sua atuação; e 2) as estratégias das classes dominantes, em articulação com o imperialismo, para controlar o ritmo das mudanças e permitir a incorporação seletiva de setores “populares” ao processo político.

O capítulo final da obra, intitulado “Revolução”, oferece uma síntese detalhada da situação econômica do Brasil após o suicídio de Getúlio Vargas, bem como do panorama político delineado nesse período. Nessa seção, são examinadas as dificuldades enfrentadas pela “burguesia nacional” e, diferentemente dos capítulos anteriores, em que as convicções ideológicas de Sodré se apresentavam de forma mais contida, elas se revelam com intensidade marcante. O imperialismo, caracterizado pelo autor como um verdadeiro “monstro”, permeia a narrativa e exerce influência determinante sobre os acontecimentos e os protagonistas analisados. Cabe ainda destacar que os aspectos relativos à interação entre burguesia e imperialismo serão retomados em 1964, na obra que consolida a teoria de Sodré sobre a formação econômico-social brasileira. Neste momento, basta ressaltar que *Formação histórica do Brasil* sintetiza a teoria do país elaborada pelo autor, resultado do projeto intelectual que temos mencionado ao longo deste estudo.

Segundo José Paulo Netto (2011), *História da Burguesia Brasileira*, publicada em 1964, com suas 418 páginas e uma bibliografia cuidadosamente revisada ao longo do tempo, consolidou a teoria de Sodré sobre o Brasil. Estruturada em cinco seções, precedidas por um breve prefácio, a obra constitui um esforço exemplar – sustentado por profundo domínio das categorias marxistas – para reconstruir a trajetória da “burguesia nacional” desde suas origens até a década de 1960. Trata-se de um trabalho pioneiro, tanto na síntese da classe burguesa brasileira quanto na detalhada investigação do desenvolvimento do capitalismo no país, já que “a obra apreende a particularidade da formação histórica da nossa sociedade” (Netto, 2011, p. 69, grifo do autor).

Em Sodré (1967), essa singularidade, que caracteriza o Brasil na primeira metade do século XX, é explicada por dois fenômenos interligados. O primeiro diz respeito à inserção econômica da colônia no nascente modo de produção capitalista: conduzida por grupos mercantis da metrópole, ainda subordinados à nobreza feudal portuguesa, a atividade colonial apoiou-se na escravidão. Contudo, a partir de meados do século XVII, em áreas de pastoreio no sertão nordestino e em regiões mais ao sul, consolidou-se um regime de relações feudais que se estendeu a localidades onde o escravismo já apresentava sinais de declínio, como em Minas Gerais – um retrocesso que perdurou até o início do século XX. Somente com a entrada do capitalismo em sua fase imperialista, por volta de 1870/1880, as relações estritamente capitalistas (distintas das mercantis, presentes anteriormente) passaram a ter relevância no Brasil. Nesse contexto – e aqui se insere o segundo fenômeno –, a burguesia brasileira assumiu uma configuração singular, sem paralelo nas burguesias das nações capitalistas centrais: trata-se de uma classe que não se formou, como na Europa, pela expropriação direta dos produtores imediatos (no Brasil, eram escravos e não camponeses ou artesãos) e que nasceu dependente do imperialismo, sem estabelecer alianças diretas com os proprietários monopolizadores da terra (os latifundiários).

Ademais, Sodré (1967) evidencia que essa burguesia fragilizada buscou afirmar suas pretensões já nos primeiros anos da República, mas somente a partir do movimento de 1930 – fruto de uma coalizão política de forças heterogêneas na qual esteve envolvida – passou a consolidar sua presença institucional, manifestada, por exemplo, na modernização do aparelho estatal. Com o avanço da industrialização, setores distintos da burguesia desenvolveram-se com

objetivos muitas vezes conflitantes com os interesses do latifúndio e do imperialismo, que atuavam como obstáculos à consolidação de sua posição. Para atingir seu pleno desenvolvimento, contudo, a burguesia dependia do apoio do proletariado, sua principal força antagonista. Nesse cenário, a classe dominante brasileira, em meados do século XX, deparava-se com um dilema central:

[...] ou mantinha seus vínculos com o latifúndio e o imperialismo, travando o processo da “Revolução Brasileira”, ou inseria-se nele, aliando-se ao bloco de forças populares centralizado pelo proletariado – esta alternativa não parecia improvável para Sodré, que apostava que nela poderia pesar fortemente o interesse da fração burguesa que tinha compromissos nacionais (a ‘burguesia nacional’) (Netto, 2011, p. 71).

Ao contrário do que sustentam diversos críticos, Sodré não demonstrava incerteza quanto às contradições entre burguesia e proletariado. Nas páginas finais de *História da Burguesia Brasileira*, ele afirma explicitamente:

A contradição entre a burguesia e o proletariado, assim, tem importância indiscutível para a luta de que o Brasil é teatro e para o conjunto de transformações que já foi consagrado como constituindo a Revolução Brasileira. Só pode ser entendida, convém repetir, em sua conexão com outras contradições. Tomada isoladamente, leva às posições do tipo da burguesia, quando, impulsionada pelo imperialismo, vê no proletariado o inimigo principal, ou a posições do tipo da extremada e sectária, de outro lado, que induz o proletariado a ver na burguesia o inimigo principal, contra o qual se deve concentrar o fogo. Esta última posição funda-se numa análise teórica e numa visão prática deformadas: repouse na suposição de que o fortalecimento da burguesia, contra o imperialismo e o latifúndio, em casos como o do Brasil e na atual etapa histórica, possa levar a uma situação semelhante àquela que sucedeu às revoluções burguesas clássicas, quando a classe minoritária que tinha a hegemonia do processo, conquistado o poder, preferiu assegurar à classe feudal vencida alguns de seus privilégios, voltando-se contra o proletariado e o campesinato, que lhe haviam fornecido a base política. Ora, a situação histórica e particular é, hoje, totalmente diversa e parece fácil concluir que a revolução burguesa de que são exemplo os países subdesenvolvidos do tipo do Brasil já se consumaram e o processo de emancipação é a sua etapa posterior e natural, sendo inviável solução que permeia à burguesia auferir todas as vantagens, com exclusão das classes e camadas sociais que com ela cooperaram. Essa visão deformada da história corresponde, no fim de contas, de um lado, a uma ausência total de historicismo, e, de outro lado, a uma absoluta falta de confiança nas forças mais interessadas nas transformações da estrutura brasileira, o proletariado e o campesinato, falta de confiança muito mais frequente em representantes não proletários da frente comum. Só o perfeito entendimento do caráter dialético dessa frente, de unidade e luta de contrários, e a exata compreensão dos dados que a realidade apresenta, por vezes, com aspectos contundentes, poderá dissipar tais dúvidas, fazendo-as desaparecer das interpretações subjetivos do quadro. O papel do proletariado e do campesinato será principal no processo, por força das próprias condições que a realidade apresenta, não devendo isso induzir ao fatalismo e à crença nos resultados espontâneos, porque a história também ensina que a existência de condições para que ocorra determinada transformação pode não levar à passagem da possibilidade à necessidade se não houver a intervenção, sempre indispensável, das

ações humanas, sob forma organizada, e isso é que constitui a política, em sua essência (Sodré, 1967, p. 377-378).

Na citação apresentada, evidencia-se que a contradição entre burguesia e proletariado é central para compreender as transformações que definem a Revolução Brasileira. Contudo, é preciso frisar que essa contradição não deve ser analisada isoladamente, pois tal abordagem pode levar a extremos problemáticos: de um lado, a perspectiva burguesa, influenciada pelo imperialismo, que enxerga o proletariado como principal adversário; de outro, a visão sectária, que considera a burguesia o inimigo prioritário. Segundo Sodré, ambas as posturas derivam de uma síntese distorcida, que negligencia a complexidade das relações sociais e econômicas.

Nesse sentido, tanto Sodré (1967) quanto Mao (2018), em especial em *Sobre a Contradição* (1937), reconhecem a lei da contradição nos fenômenos – ou a lei da unidade dos contrários – como princípio fundamental da dialética materialista. No caso brasileiro, torna-se, portanto, imprescindível compreender a dialética entre unidade e luta de contrários que caracteriza essa frente pluriclassista, bem como interpretar os dados concretos da realidade. Ao estudar o desenvolvimento de um fenômeno – como a “burguesia nacional” – a concepção materialista-dialética de Sodré adota os princípios do conteúdo interno e de suas interações com outras circunstâncias: “ou seja, deve considerar-se o desenvolvimento dos fenômenos como sendo seu movimento próprio, necessário, interno, encontrando-se, aliás, cada fenômeno, no seu movimento, em ligação e interação com outros fenômenos que o circundam” (Mao, 2018, p. 44).

Com base nessa perspectiva, Sodré (1967) argumenta que as contradições internas entre o proletariado e as pequenas e médias burguesias permaneciam em aberto, uma vez que a resolução desses conflitos poderia impulsionar o processo revolucionário nacional. Em suma, na concepção do autor, a história do Brasil ainda estava por ser escrita, e cada decisão podia traçar caminhos distintos para o país. No entanto, os acontecimentos posteriores demonstraram que, em 1964, a burguesia se alinhou abertamente ao golpe. Seja por esperança ou ingenuidade – um fator que talvez não fosse evidente à época, dada a natureza instável da política –, a noção de uma “burguesia nacional” possuía, em certa medida, sua própria fundamentação.

Conforme vimos ao longo deste tópico, as investigações historiográficas de Nelson Werneck Sodré entre 1956 e 1964 fundamentaram-se em um exame aprofundado da infraestrutura e da superestrutura brasileiras. No âmbito do ISEB, o autor conseguiu abordar

uma ampla gama de processos históricos a partir de uma perspectiva de longa duração, considerando tanto os fatores internos quanto externos, bem como suas desigualdades e repercussões. É nesse contexto que se consolida a “teoria da formação econômico-social brasileira” de Sodré, especialmente em *Forma o Histórica do Brasil*, sua obra mais extensa e ambiciosa. Amparado nos clássicos do marxismo, o historiador dedicou-se   chamada “questão nacional” – a tensão entre o imperialismo e a emancipa o revolucionária do país –, formalizando uma interpreta o das especificidades brasileiras   luz do marxismo-leninismo. Com sucesso ou não,   possível concluir que Sodré demonstrou notável coragem ao enfrentar tal desafio, algo que poucos intelectuais se dispõem a empreender atualmente.

1.4. O programa nacional-democrático do PCB

Na sua investiga o acerca da história do marxismo na América Latina, apresentada em *A teoria marxista: categorias de base e problemas atuais* (1987), o sociólogo equatoriano Agustín Cueva critica e rejeita severamente a no o de uma “dependência irrestrita” dos partidos comunistas latino-americanos diante da Internacional Comunista (IC). Para Cueva (2021), a ideia de “sujei o”, defendida por Michael L wy na periodiza o introdutória de *O marxismo na América Latina. Uma antologia desde 1909 aos dias atuais* (1980), deve ser duramente contestada, pois não leva em considera o que o intervalo de 1930 a 1959   a ocasião inaugural das explica es e dos debates calcados no marxismo em nosso continente.

A partir disso, Cueva (2021, pp. 240-1) afirma que “  justamente a partir dos anos 30 que toma corpo um movimento intelectual inspirado no marxismo, que de tanto vigor e envergadura poderia ser considerado como o fundamento de toda a cultura moderna da América Latina”. Em seguida, o marxista e sociólogo equatoriano ainda pede que prestemos aten o a estes detalhes:

Convém destacar que através dessa pl iade de criadores o marxismo se funde indissolavelmente com o nacional e o popular na medida em que: (a) se recuperam as raízes populares subjacentes étnicos oprimidos:  ndios, negros, mulatos, mestiços etc.; (b) se reinterpreta nossa história e nossas tradi es; (c) se cria, a partir do elemento anterior, um novo repertório simbólico e até uma nova linguagem; e isso (d) sem cair no folclorismo e alocando essas imagens e representa es na perspectiva de constru o de uma cultura nacional até então inexistente, ou pelo menos atrofiada pelo caráter estamental da sociedade oligárquica e pela domina o imperial; e (e) destacando as múltiplas tensões e contradi es, inclusive de classe, que cercam a vida

de nossas rações. Ao participar decisivamente na conformação dessa visão de mundo, o marxismo adquire carta de cidade latino-americana uma vez que esta região se “marxifica”. Mais adiante, será o continente mais impregnado do marxismo: ninguém pode traçar a história contemporânea de suas atividades vitais deixando de fora esse ingrediente que encontramos não apenas na política, mas também na literatura, nas artes plásticas, na música neofolclórica ou na canção-protesto, nas ciências sociais ou na própria teologia (Cueva, 2021, pp. 241-2).

Com efeito, de acordo com a passagem apresentada, a questão estaria mal formulada. O verdadeiro empecilho a ser considerado – na América Latina, desde a Revolução Russa de 1917 até, aproximadamente, em meados dos anos 1960 –, é que: “[...] se vê um notório desenvolvimento desigual do marxismo: hegemônico em muitas áreas da cultura, mas muito menos no plano orgânico-partidário (que pese a existência de PCs e afins) e de lenta penetração nas massas” (Cueva, 2021, p. 242). Ora, tais observações, vale sublinhar, são feitas para que possamos adentrar nas situações específicas do marxismo no Brasil, dado que muitos dos apontamentos que foram (re)produzidos nas últimas cinco décadas se justifica com base em algumas dessas perspectivas.

Porém, neste item, não pretendemos fazer uma reconstituição detalhada do movimento comunista brasileiro. Apenas revisitaremos certos elementos que são fundamentais entre 1954 e 1964, período este em que o PCB sofreu variadas transformações teóricas, políticas e organizativas. Logo, como nos mostra Conte (2010), Dória (2007) e Moraes (2007b), essas mudanças teriam sido causadas por alguns fatores: 1) da relativa estabilidade democrática e dos arranjos capitalistas dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek; 2) dos impactos provocados pelo XX Congresso do PCUS, em 1956; 3) das suas próprias falhas orgânicas e internas, acumulando-se ainda mais após 1958; 4) das linhas ideológicas divergentes que, fatalmente, culminaram em uma cisão que oportunizou o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1962; 5) do desmantelamento de uma ordem institucional e democrática, desencadeado pelo golpe militar de 1964, que levou à clandestinidade milhares de militantes de organizações opostas às interferências de companhias multinacionais – sobretudo norte-americanas –, além do próprio regime ditatorial em ascensão no Brasil.

Diante de todas essas casualidades, os pecebistas tiveram suas formulações problematizadas e questionadas por outros estudiosos do campo marxista¹⁰. É nesse mesmo

¹⁰ O caso mais “emblemático” foi o de Caio Prado Jr. Filiado e crítico do PCB, suas contribuições historiográficas partiam da premissa de que a formação econômico-social do Brasil tem como um dos componentes fulcrais

momento de promoção da ideologia nacional-desenvolvimentista, durante o segundo lustro dos anos 1950, que o mote da “revolução brasileira” recebeu novas interpretações. As resoluções acatadas pelo IV Congresso do PCB (1954-1955) revelaram, mais do que nunca, “que o tom da defesa da URSS era diretamente proporcional ao ataque aos EUA, e que a revolução brasileira precisava ser essencialmente anti-imperialista, antifeudal, democrática e popular” (Conte, 2010, pp. 27-8, grifo nosso).

Historicamente, no plano marxista, a ideia de uma revolução democrático-burguesa repousa sobre três colunas. Em primeiro lugar, até o final da década de 1840, de acordo com Marx e Engels (2010), o “atraso” de certos países europeus, que não haviam completado suas respectivas revoluções burguesas, combinava-se às primeiras manifestações da “civilização capitalista em desenvolvimento” e, por isso, à incipiente luta de classes entre grupos sociais antagônicos: o proletariado e a burguesia. Assim, em contextos nos quais o mercado interno se mostrava mais fraco, a burguesia não se limitava à eliminação de barreiras alfandegárias e à ampliação de mercados consumidores em potencial, mas priorizava, acima de tudo, seus próprios interesses, os quais, nessa etapa histórica (ou seja, na primeira metade do século XIX), ainda poderiam coincidir com os do restante da população. Para isso, a revolução agrária seria capaz de proporcionar grandes transformações nacionais, uma vez que “a revolução assumia um caráter de massas quando o camponês se assomava a ela através de seus próprios objetivos imediatos: a divisão das terras” (Spilimbergo, 2002, p. 64).

Em segundo lugar, com o Ensaio Geral (pré-revolucionário) de 1905, Lênin (2022b, p. 146) argumenta que “o caráter burguês da revolução democrática” se demonstra, entre outras coisas, pois há uma série de classes, grupos e camadas sociais, que se posicionam e reconhecem “o terreno da propriedade privada e da economia mercantil”, e que são incapazes de ultrapassar seus limites. Pela força dessas circunstâncias, eles passam a reconhecer a “a inutilidade da autocracia” e de “todo o regime de servidão em geral”, aderindo às reivindicações de liberdade e democracia popular. Diante disso, no folheto *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, Lênin (2022b) trouxe uma síntese da situação econômica e social, interpretando

“estruturas mercantis capitalistas” desde os primórdios da colonização lusitana. Ao se diferenciar dos prognósticos oficiais do Partido, Caio Prado Jr. era contrário à crença de que seria necessário superar os “resquícios feudais” das zonas rurais, onde a sociedade brasileira teria adquirido traços análogos aos do modo de produção feudal europeu. Por esses motivos, ele não reconhecia a imprescindibilidade da “revolução democrático-burguesa” nem a suposta presença da tal “burguesia nacional” (Wasserman, 2017, p. 54).

a natureza burguesa do processo revolucionário de 1905, que abriria caminho para o desenvolvimento capitalista da Rússia. Paralelamente, também ficou evidente que não se tratava de uma “revolução burguesa aos moldes clássicos”, como havia ocorrido na França, porque a burguesia russa não tinha total capacidade para dominar as demais classes sociais, seja por receio do proletariado ou devido a compromissos firmados com os agentes da autocracia czarista. À luz deste contexto histórico, para Lênin (2022b), a Revolução de 1905 serviria para apreender as especificidades da formação econômico-social russa e, em razão disso, formular corretamente as táticas e estratégias de uma organização que pretenda assumir compromissos efetivamente revolucionários.

Por fim, em terceiro lugar, sob a influência das indicações de Stálin em *O marxismo e a questão nacional*, os comunistas chineses, liderados por Mao Zedong, adotaram uma estratégia frequentemente descrita como sendo “etapista”. Nessa abordagem, os modos de produção suceder-se-iam sequencialmente: por exemplo, do feudalismo para o capitalismo e deste para o socialismo. No caso dos “países semicoloniais” com relações de produção ainda feudais, como a China, propunha-se, inicialmente, não uma “revolução socialista”, mas uma “revolução democrático-burguesa”, o que envolveu alianças momentâneas com a “burguesia nacional” (o Kuomintang) para suprimir as classes feudais (vistas como atrasadas), representadas pelos senhores de terras (latifundiários) e pela burguesia compradora/mercantil (imperialista). Acerca desta política de orientação democrático-burguesa, no artigo “Sobre a Democracia Nova” (1940), Mao constata que:

A revolução chinesa nesta primeira etapa (com as suas várias sub-etapas) constitui, pela própria natureza social, um tipo novo de *revolução democrático-burguesa* que, não sendo já uma revolução socialista-proletária, há muito se converteu em parte da revolução mundial socialista-proletária, constituindo agora uma parte muito importante e um grande aliado dessa revolução mundial. O primeiro degrau ou etapa nessa revolução não é, seguramente, nem pode ser, o estabelecimento duma sociedade capitalista sob ditadura da burguesia chinesa, mas sim o estabelecimento duma sociedade de democracia nova sob ditadura conjunta de todas as classes revolucionárias da China, encabeçada pelo proletariado chinês, o que termina a primeira etapa. A revolução avançará então para a segunda etapa, aquela em que se estabelecerá uma sociedade socialista na China”. E, ao fim, adverte-se que: A tarefa atual da revolução na China é combater o *imperialismo* e o *feudalismo*, o socialismo está, pois, fora de questão até que essa tarefa se conclua. A revolução chinesa não pode deixar de desdobrar-se nesses dois passos, que são, primeiro, a democracia nova e, depois, o socialismo (Mao, 2011, p. 584, grifo nosso).

É com esses pressupostos teóricos do marxismo-leninismo hegemônico na sua época – entre os quais se destacam Marx, Engels, Lênin, Stálin e Mao – que Nelson Werneck Sodré captou o sentido “nacional, popular e democrático” da revolução brasileira. Do mesmo modo que Sodré, Marcos Del Roio (2007, p. 91, grifo nosso) informa que, particularmente desde o governo Vargas (1950-54), o PCB já vinha justificando o seguinte: “a ênfase no combate ao imperialismo obscurecia as possibilidades institucionais presentes no processo político da *formação social brasileira*”.

Alguns anos mais tarde, em passagens do tópico “As contradições da sociedade brasileiro e o caráter da atual etapa da revolução”, o V Congresso do PCB (agosto/setembro de 1960) decide que:

A revolução no Brasil, na sua atual etapa, é *anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática*. São suas tarefas essenciais: a inteira libertação econômica e política da dependência com relação ao *imperialismo*, o que exige a eliminação da exploração dos monopólios estrangeiros, principalmente norte-americanos; a transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra, *das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe*; o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional em todas as suas esferas; a democratização radical da vida política, a fim de que venha a refletir, em primeiro plano, as reivindicações das grandes massas trabalhadoras e populares. [...] *A revolução brasileira tem, por conseguinte, na sua atual etapa, objetivos de caráter nacional e objetivos de caráter democrático* (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 287, grifo nosso).

No caso brasileiro, em meio à crise generalizada, “essas mudanças seriam consubstanciadas no documento denominando Declaração de Março de 1958 e consolidadas na Resolução do V Congresso em 1960” (Segatto, 2003, p. 126). Ao intensificar suas “inclinações reformistas” com a Declaração de Março de 1958, a chamada “nova política do PCB” (1958-1960) aponta para a urgência da formação de uma “frente ampla nacional e democrática”, endossando, na prática, ainda mais as prescrições do PCUS, como a ênfase colocada no combate ao imperialismo estadunidense. À medida que “a política de frente única anti-imperialista ganha forças dentro da orientação internacional dos Partidos Comunistas em diferentes partes do mundo, sobretudo nos países em desenvolvimento” (Conte, 2010, p. 45), a teoria da revolução pecebista, tática e estrategicamente impactada pelo movimento terceiro-mundista de orientação marxista-leninista, foi planejada em etapas principais, fundamentais e secundárias:

Definida a estratégia (equivalente de etapa) como anti-imperialistas e antifeudal, nacional e democrática, à tática cabia a definição da organização das lutas e da intervenção política momentânea ('soluções positivas') – a tática incluía também a luta pela instauração de um governo nacionalista e democrático, passível de ser conquistado nos “marcos do regime vigente”. Paralelamente, a superação da contradição principal (entre a nação e o imperialismo e seus aliados internos) e fundamental (entre o monopólio da terra e o desenvolvimento das forças produtivas) permitiria a realização de uma revolução “democrática burguesa de novo tipo”. Esta, por sua vez, seria um empreendimento a ser executado por uma frente única nacionalista e democrática (composta pelo proletariado, trabalhadores rurais, pequena-burguesia, burguesia nacional), na qual a classe operária, organizada e dirigida pela sua vanguarda (o partido), deveria deter a hegemonia. (Segatto, 2003, p. 127).

João Quartim de Moraes (2007b, p. 167) diz que um programa realmente revolucionário se diferencia “tanto pelo que procura negar quanto pelo que anuncia”. Naquela época, a negação constitutiva do PCB era dupla: contra o latifúndio e o imperialismo. Nos anos 1960, “a grande preocupação da corrente vitoriosa no V Congresso era conferir caráter prioritário à luta eleitoral e à aliança com a burguesia nacional” (Moraes, 2007b, p. 168)¹¹. Sem contar que:

Somente após a consolidação do capitalismo industrial é que as forças revolucionárias e de esquerda deveriam, então, buscar organizar política e ideologicamente as massas populares e os trabalhadores para a superação/destruição da ordem burguesa. No estágio em que se encontrava a *formação social subdesenvolvida brasileira*, era prematura, irrealista e inviável a luta por uma ordem social anticapitalista e não-burguesa. Tratava-se, pois, no estágio existente, de realizar a chamada *revolução democrático-burguesa* no Brasil, afirmavam invariavelmente os documentos do PCB, nos anos 60 (Toledo, 2001, p. 47, grifo nosso).

Por um lado, na verdade, desde 1928, o VI Congresso Mundial da Terceira Internacional, realizado em Moscou, já havia prescrito as mesmas diretrizes que, posteriormente, foram levadas a cabo pelo PCB. A proposição que saiu vencedora, escolhida pelos soviéticos no final da década de 1920, introduziu a tese de que o continente latino-americano seria uma área “semicolonial” e, por isso, a revolução democrático-burguesa teria de ser respaldada pela luta dos camponeses contra o “latifúndio feudal” (Prado Jr., 2014, pp. 65-6). Por outro lado, com o objetivo de reacender a revolução-democrático burguesa que fora

¹¹ Entretanto, torna-se imperativo frisar o fato de que essas questões não levariam, necessariamente, às transformações programáticas, devido que: “A luta pela legalidade e pelos direitos eleitorais, como qualquer outra forma de luta, constitui, na teoria leninista, uma questão de *tática* e não de princípio. Mudar de tática é adequar as forças da revolução a uma situação nova. Persistir na mesma tática numa conjuntura distinta é passividade, inércia. A dificuldade, em 1961-1962, estava na avaliação da mudança de conjuntura, se era suficiente para exigir mudança de tática, como sustentava o PCB, ou se, ao contrário, uma relativamente pequena mudança na situação política estava servindo de pretexto para o abandono da perspectiva revolucionária, como sustentava o PCdoB” (Moraes, 2007b, p. 168-169, grifo do autor).

interrompida no Brasil, os pecebistas passaram a defender com ainda maior ênfase uma linha ideológica conciliatória com os setores políticos não-revolucionários (Carone, 1982; Moraes, 2007b). Por buscarem reformas sociais dentro dos marcos da democracia liberal-burguesa, essas fundamentações teóricas ficaram conhecidos como “*o programa nacional-democrático da revolução brasileira*” (Moraes, 2007b, p. 161 grifo nosso).

Cabe salientar algo fundamental a respeito da linha nacional-democrática pecebista, conforme João Quartim de Moraes (2007b, p. 162): “as expressões teóricas mais completas do programa encontram-se nos textos de Nelson Werneck Sodré”, sobretudo em *Introdução à revolução brasileira*, *Formação Histórica do Brasil* e *História da burguesia brasileira*. A vasta obra de Sodré inclui estudos nos quais a primazia do raciocínio econômico e o foco na evolução histórica a longo prazo não implicam em “reduções despretensiosas da Política à Economia”. Pelo contrário, em Sodré (1978; 1967; 1990), a categoria “nação” está correlacionada, por exemplo, ao caráter burguês do processo revolucionário em andamento no Brasil.

Seguindo esse mesmo direcionamento em suas principais pesquisas historiográficas no ISEB, Sodré (1967; 1978; 1984; 1990) interpretou a formação socioeconômica do capitalismo brasileiro como fruto do imperialismo britânico da segunda metade do século XIX. Com o latifúndio e o imperialismo obstruindo o desenvolvimento da nação, as frações da “burguesia nacional”, empenhadas no crescimento autônomo e soberano, estariam dispostas a instigar uma revolução. Esses foram os mesmos critérios adotados pelo PCB, em que “a fundamentação teórica do programa nacional-democrático efetuou-se, coerentemente, na análise e na história das relações econômicas constitutivas da sociedade brasileira” (Moraes, 2007b, p. 171). Embora jamais tenha se filiado oficialmente ao PCB, como disseram Cunha (2002) e Netto (2011) no capítulo introdutório desta dissertação, as teorias de Sodré exerciam grande influência no marxismo brasileiro e, reciprocamente, alinharam-se às interpretações do Partido até 1964. No “ajuste de contas” da esquerda após o golpe militar, as críticas ao programa nacional-democrático do PCB voltaram-se para estes pontos:

[...] a) o monopólio “feudal” da terra, ou, para evitar termos polêmicos, as formas pré-capitalistas de extorsão da renda da terra pelos latifundiários, constituíam obstáculo ao desenvolvimento; b) a burguesia nacional, agente do progresso econômico, estava objetivamente interessada em aliar-se com as forças progressistas partidárias das “reformas de base” (Moraes, 2007b, p. 197).

Olhando retrospectivamente, hoje, nos parece evidente que a história deu o benefício da dúvida a Caio Prado Jr. Em *A Revolução Brasileira* (1966), a título de exemplo, o autor assevera que, ao contrário da Rússia czarista, os países latino-americanos não possuíam “economias puramente camponesas”, o que, por si só, já refutaria a necessidade da tão sonhada “reforma agrária nos moldes antifeudais”¹². Os fatos mostram que a aliança com a “burguesia nacional” se detinham em sínteses excessivamente otimistas, “mas não, como pretendem seus detratores, que fabricaram uma versão caricatural do significado dessa aliança, intrinsicamente ‘oportunista’, ‘reboquista’, ‘populista’, ou coisa pior” (Moraes, 2007b, p. 198).

Para Sodré (1967), as contradições entre uma burguesia dominada e o imperialismo dominante não deveriam ser descartadas. A confluência das forças populares com a “burguesia nacional” representava interesses compartilhados pela expansão livre e anti-imperialista do modo de produção capitalista brasileiro. As vacilações e concessões da alta burguesia perante o imperialismo estadunidense, expostas no último capítulo de *História da burguesia brasileira*, decorreriam da correlação de forças (externas ou internas) que a envolvem (Sodré, 1967, pp. 364-5). Mesmo que a burguesia acabasse optando pela conciliação com o mais forte (o imperialismo dos Estados Unidos) a encarar frontalmente o elo mais fraco (o povo brasileiro), suas posições dependiam, “essencialmente, portanto, das classes que enfrentam o imperialismo de forma consequente, porque não têm nenhum interesse em conciliar com ele, só têm a perder com isso” (Sodré, 1967, p. 365).

¹² Ademais, segundo ele: “Além da relativa insignificância dessas regiões, tanto econômica como demograficamente, no panorama geral da economia agrária brasileira, e mesmo no do Nordeste unicamente, as circunstâncias em que aí se propõe e desenrola a reivindicação pela terra não se enquadram, no fundamental e essencial, em nada que se poderia legitimamente associar a relações feudais ou semifeudais de produção e trabalho. O que ocorre ou ocorreu em passado recente nessas áreas, e que tão dramaticamente atraiu as atenções do país e repercutiu mesmo no plano internacional, é a luta dos foreiros (arrendatários) que já tradicionalmente ocupam as terras da região contra os proprietários dessas terras que procuram desalojá-los a fim de dar um destino mais vantajoso e lucrativo a terras e propriedades que, nos últimos anos, se vêm valorizando consideravelmente. Daí o conflito, que não diz respeito, como se vê, a relações de produção, e não gira em torno de formas alternativas e diferentes de exploração do trabalho, como seria o caso se se tratasse de um processo no qual estivessem em jogo uma transformação estrutural e a transição de um tipo de estrutura (feudal ou semifeudal) para outro nível econômico e social superior e mais evoluído. Note-se bem que não estou aqui negando que a agitação dos pequenos produtores foreiros do Nordeste, e de Pernambuco em particular, seja reflexo de profundas contradições econômicas e sociais que têm suas raízes na questão agrária e giram em torno da ocupação e posse da terra. O que afirmo, e os fatos estão aí para confirmá-lo, é que não há nessas contradições nada que diga a respeito a ‘restos feudais’, nem que a luta represente um episódio ou aspecto de suposto processo revolucionário antifeudal, como sem maior análise e consideração daqueles fatos vem sendo sustentada pelos exegetas da teoria revolucionária consagrada: a da revolução agrária democrático-burguesa e antifeudal” (Prado Jr., 2014, p. 51).

Ao mesmo tempo, os militantes do Partido e os isebianos de esquerda viam a real possibilidade das camadas mais poderosas do empresariado brasileiro não aderirem ao golpismo declarado ou à contrarrevolução aberta:

Até às vésperas do golpe de 64, os documentos do PCB – retirando a formulação esquemática e simplista das resoluções da Internacional Comunista para os chamados “países dependentes” e “semicoloniais” – admitiam que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no Brasil estava fortemente obstaculizado por uma “minoría reacionária”, constituída de latifundiários improdutivos em íntima associação com os grandes capitalistas dependentes brasileiros do imperialismo (sabe-se que a partir dos anos 50, estes textos passam a mencionar exclusivamente o imperialismo norte-americano como inimigo principal). O objetivo central e imediato de todas as forças progressistas e populares consistiria na realização da chamada *Revolução nacional e democrática*. A constituição de uma grande frente única anti-imperialista e antifeudal foi assim uma das tarefas políticas prioritárias a que se dedicou o PCB em quase toda a sua existência (Toledo, 2001, p. 51, grifo nosso).

Sodré (1967; 1990) e os diagnósticos do PCB não deixaram de reconhecer a possibilidade da burguesia brasileira assumir um comportamento vacilante e/ou conciliador. Diante da ameaça do proletariado, a “burguesia nacional” aceitaria subordinar-se ao imperialismo como um apêndice do capital estrangeiro, em vez de colocar em risco sua hegemonia já conquistada¹³. Na visão do PCB, “apenas os voluntaristas e esquerdistas irresponsáveis (pequena burguesia radicalizada) poderiam postular – diante de nosso capitalismo incompleto – a bandeira do socialismo” (Toledo, 2001, p. 52). Com a união de todas as forças capazes de integrar as parcelas anti-imperialistas e antifeudais, o “bloco no poder” deve especificar a articulação revolucionária e popular, apresentando “[...] *a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com uma forma particular do Estado capitalista* (Poulantzas, 2019, pp. 240-1, grifo nosso). Por conseguinte, ao englobar as práticas políticas, “no caso do bloco do poder, constata-se uma *extensão relativa da unidade* – logo, sacrifícios mútuos – a todos os níveis da luta de classe: unidade econômica, unidade política e, aliás, frequentemente, unidade ideológica” (Poulantzas, 2019, p. 247, grifo do autor).

¹³ Ainda, é assim que, dentro da luta de classes, o conceito de “hegemonia”, tal como formulado por Gramsci (2022), poderia ser aplicado: “Essa classe ou fração hegemônica constitui, com efeito, o elemento *dominante* da unidade contraditória das classes ou frações politicamente ‘*dominantes*’, fazendo parte do bloco no poder” (Poulantzas, 2019, pp. 234-4, grifo do autor).

Nas suas operações historiográficas mais consagradas, entre 1956 e 1964, no ISEB, Sodré foi um dos grandes fomentadores das esquematizações pecebistas, ratificando a existência de segmentos da burguesia brasileira com inclinações genuinamente nacionais, democráticas, anti-imperialistas e antifeudais (Toledo, 2001; Bielschowsky, 2004; Moraes, 2007b; Netto 2011; Gaio, 2015). Inclusive, alguns chegaram a escrever que Sodré teria feito uma teorização da história do Brasil visivelmente articulada com a do PCB, “que estava ligado à III Internacional, ao comunismo soviético, ao marxismo stalinista. Nos anos 1950, ele elaborou de forma teórica as intuições e repetições dogmáticas do marxismo-leninismo dos militantes do PCB” (Reis, 1999, p. 152).

Ao longo desta pesquisa, interessa-nos evitar o uso de certos chavões e estereótipos, muitas vezes já clichês, para qualificar alguém, como o emprego das palavras “stalinista” e “dogmático”. Porém, o fato é que “o ‘esquerdismo’ do pré-64 também atingiria o ‘último ISEB’, levando-o a cometer mais erros do que acertos” (Toledo, 2011, p. 53). À imagem e semelhança das interpretações de Lênin (2022b; 2024a) e Mao (2011), a obra de Nelson Werneck Sodré e o PCB condenaram os “radicalismos de esquerda” que viam uma transição direta para o socialismo, em virtude de que tais supostas imprecisões eram idealistas e desconsiderariam, na luta de classes brasileira, “[...] as condições que a realidade apresenta e que se modificam constantemente, no sentido quantitativo, e para cuja modificação contribuem os atos e os pensamentos dos homens, em relação dialética” (Sodré, 1978, p. 241). Em sintonia com as deliberações da Declaração de Março de 1958 e com as resoluções do V Congresso do PCB em 1960, observa-se que “Werneck Sodré é um marxista nos limites do marxismo de seu tempo” (Conte, 2010, p. 139).

Verdade seja dita, embora haja diversos entrecruzamentos entre os posicionamentos defendidos pelo ISEB e pelo PCB, compreende-se que, no fim das contas, “os motivos destes pontos de contato podem ser identificados pela própria conjuntura política” (Conte, 2010, p. 60), condicionada pelo ideário nacional-desenvolvimentista. Segundo Sodré (1978, p. 198), “cada fase coloca os problemas quando esboça ou alcança as condições para resolvê-los”. Assim, levando em consideração que, “nas obras que produziu no período isebiano, “encontra-se a preocupação em fazer da reinterpretação do passado histórico uma arma na luta ideológica do presente” (Silva, 2008, p. 409), Nelson Werneck Sodré participou das maiores disputas de

seu tempo, nas quais, para ele, não haveria fronteiras entre as reformas e a revolução: aquelas seriam etapas incontornáveis para o estabelecimento desta.

1.5. Apontamentos para o debate

Conforme Adolfo Sánchez Vázquez (2011, p. 158), Marx e Engels, ao desenvolverem sua concepção materialista dos processos históricos em *A Ideologia Alemã*, acabaram identificando “o fio condutor mais importante da história das sociedades”: a contradição entre, de um lado, as “forças produtivas” e, do outro, as “relações de produção” – ou, em outras palavras, a “luta de classes”. A partir disso, emerge uma compreensão de como se deu as transformações sociais ao longo de diferentes épocas. Usando tal princípio para estudar a forma de organização social capitalista, Marx, em *O capital*, compreendeu a seguinte lei: estruturalmente, o capitalismo se fundamenta na divergência entre a natureza coletiva da produção e o caráter privado dos meios utilizados para produzir mercadorias.

Quaisquer que sejam as relações sociais de produção, na perspectiva de Marx (2017), o “modo de produção” é a base que condicionará tanto o rumo das forças produtivas quanto a distribuição do excedente e, de igual maneira, pois, “como a sociedade pode ou não pode mudar suas estruturas, e como, em momentos oportunos, poderá ou não ocorrer a transição para outro modo de produção” (Hobsbawm, 2013, p. 231). Por esse conjunto de critérios, Marx e Engels (2007) já tinham classificado os diversos modos de produção em ordem ascendente, sem, contudo, organizar uma sucessão cronológica rígida ou unilinear. Com isso, para ambos, “observa-se que em todos os estágios que não os mais iniciais (hipotéticos) do desenvolvimento humano houve *coexistência e interações de diferentes modos de produção*” (Hobsbawm, 2013, p. 232, grifo nosso). Em suma, para ser mais exato:

Um modo de produção corporifica um programa particular de produção (uma maneira de produzir na base de uma determinada tecnologia e divisão produtiva do trabalho) e também “um conjunto específico e historicamente determinado de relações sociais mediante o qual o trabalho é alocado para arrebatar energia da natureza por meio de ferramentas, habilidades, organização e conhecimento” em uma dada fase de seu desenvolvimento e por meio das quais o excedente socialmente produzido é circulado, distribuído e utilizado para acumulação ou alguma outra finalidade. Uma história marxista deve considerar ambas as funções (Hobsbawm, 2013, p. 232).

A influência de Marx sobre os historiadores, não se restringindo apenas aos historiadores marxistas, baseia-se, a saber, no método interpretativo adotado, o materialismo histórico, caracterizado por “suas observações concretas, relativas a aspectos, períodos e problemas específicos do passado” (Hobsbawm, 2013, p. 224). Portanto, no que se refere ao “método”, “o materialismo histórico marcou época justamente porque conseguiu ver esses modos de produção aparentemente independentes, fechados e autônomos como simples aspectos de um todo abrangente e porque conseguiu superar sua autonomia aparente” (Lukács, 2018, p. 424).

No caso brasileiro, de acordo com Moraes (2007a) e Konder (2009), o marxismo – fosse do ponto de vista teórico ou prático – esteve por muito tempo sob a égide do “leninismo” de Stálin, amplamente difundido pela Terceira Internacional Comunista (Comintern). Um dos principais nomes da história do marxismo no Brasil, Nelson Werneck Sodré, por exemplo, é um produto específico de sua época, resultante das implicações teórico-metodológicas de uma conjuntura em particular: no período, acreditava-se firmemente que as iniciativas capazes de romper com a dominação imperialista poderiam emanar das chamadas “lutas de libertação nacional dos povos coloniais”, como se veria na Argélia, em Cuba, no Vietnã, na Palestina, na China etc. Ademais, neste contexto, “ser leninista, nos anos 60, implicava reconhecer o deslocamento das contradições mais acirradas para os países neocolonizados” (Moraes, 2007a, p. 147). Este “deslocamento” para o elo mais fraco da cadeia imperialista sustentaria uma espécie de “recriação do pensamento marxista-leninista” por toda a América Latina, com seus erros e acertos, tomando como referência os textos e as reflexões de Stálin, Mariátegui, Gramsci, Mao, Lukács, Guevara, entre outras figuras proeminentes.

Comparado a Marx, um dos avanços teóricos mais significativos de Lênin – tanto em termos quantitativos quanto qualitativos – consistiu no desenvolvimento da noção de “formação social” em articulação com a categoria dos “modos de produção” (Sereni, 2013; Lefebvre, 2020). Nesse sentido, com os debates e as contribuições dos marxistas brasileiros na segunda metade do século XX, pode-se afirmar que a influência do pensamento leninista manifestou-se de forma particular: “o que o pensamento social brasileiro fez, a partir da década de 1960, foi interpretar o desenvolvimento da formação social no país pela lógica da via prussiana” (Rodrigues, 2020, p. 279, grifo nosso).

Por um período considerável, “o pensamento marxista interpretou o Brasil como uma formação social que precisaria superar instituições arcaicas e os resquícios do modo de produção feudal” (Rodrigues, 2020, p. 282, grifo do autor). Conseqüentemente, caso essa leitura da realidade estivesse correta, a estratégia política adequada demandaria uma “ampla coalizão antifeudal e anti-imperialista” que impulsionasse uma revolução democrático-burguesa no país. Nesse quadro interpretativo, certos setores da “burguesia nacional” foram concebidos, sobretudo pelos marxistas vinculados ao PCB, como possíveis aliados nesse processo (Toledo, 2001; Conte, 2010; Netto, 2011). Com o desenrolar dos acontecimentos, contudo, essa expectativa revelou-se insustentável: a burguesia mostrou-se incapaz de assumir um papel progressista, limitando o alcance transformador do projeto nacional-democrático e contribuindo para a crise dessa perspectiva teórica. A partir de 1964, essa concepção passou a ser duramente questionada, sobretudo pelas sínteses de Caio Prado Jr., que problematizaram o caráter etapista e a leitura feudalizante da formação social brasileira.

Em 1964, com o golpe civil-militar, os fluxos da história comprovaram as suspeitas de Caio Prado Jr. em relação ao “programa nacional-democrático” pecebista: nas circunstâncias da luta de classes, a “alta burguesia” – latifundiários, banqueiros, industrialistas e demais representantes do imperialismo – não recuaria nenhum milímetro diante das exigências do restante da população. Ora, por mais “marxista-leninista” que, de fato, pudesse ser a argumentação de Sodré (1967; 1978; 1984; 1990) e do PCB no que diz respeito à história da formação econômico-social brasileira – e, em decorrência disso, aos padrões mais adequados para o processo revolucionário nacional –, bem como nas indicações de Stálin (2018; 2019), o mesmo erro gravíssimo é repetido: o reducionismo simplista e, por vezes, até ingênuo, que “consiste justamente na complementariedade do objetivo nacional e do objetivo democrático” (Moraes, 2007a, p. 151), subordinando mecanicamente a teoria ou o programa à ação política.

De todo modo, é preciso reconhecer que Sodré não foi simplesmente “influenciado” ou “instigado” pelas ideias hegemônicas ou em ascensão no período – em larga medida, ele próprio representava e consolidava essa hegemonia intelectual. Nesse sentido, suas formulações teóricas e historiográficas dialogavam diretamente com os debates marxistas de seu tempo, inserindo-se em um campo de produção que buscava articular, de modo sistemático, o pensamento social brasileiro às matrizes internacionais do marxismo.

Até aqui, tudo indica que, enquanto ministrava aulas, cursos e desenvolvia pesquisas no ISEB, entre 1956 e 1964, Sodré manteve interlocução com autores associados à vertente do chamado “marxismo estrutural”, como Louis Althusser e Nicos Poulantzas. Esses dois marxistas europeus, por sua vez, foram fortemente impactados pelos movimentos e pelas lutas anticoloniais no interior do pensamento marxista-leninista, incorporando teses de Mao Zedong (2011; 2018) relativas à dialética e ao uso de determinadas noções, como as de “bloco histórico”, “povo” e “revolução democrático-burguesa”.

Todos esses elementos serão examinados com maior profundidade no próximo capítulo desta dissertação. Por ora, importa sublinhar que Sodré figurou entre os primeiros historiadores brasileiros a recorrer sistematicamente às formulações de Mao Zedong como fundamento conceitual, historiográfico e metodológico de sua obra, revelando, assim, não apenas a amplitude de suas referências, mas também o papel central que desempenhou na constituição de uma hegemonia marxista no pensamento social brasileiro da época.

CAPÍTULO 2: EM BUSCA DAS RAÍZES HISTÓRICAS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: O CONCEITO DE “FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL” NA HISTORIOGRAFIA LENINISTA DE NELSON WERNECK SODRÉ

O presente capítulo tem como propósito examinar a concepção de “formação econômico-social” no interior da tradição do materialismo histórico, tomando como eixo central as formulações teóricas de Nelson Werneck Sodré. A investigação parte das concepções fundadoras de Karl Marx (2008; 2011; 2017), que definem a formação social como uma totalidade concreta das relações humanas estruturadas sobre determinadas condições materiais de produção, e avança para a ampliação metodológica proposta por Vladimir Ilitch Lênin (2022a; 2024b), para então concentrar-se na leitura particular de Sodré (1967; 1978; 1984; 1990) acerca da realidade brasileira. Ao percorrer esse itinerário teórico, busca-se compreender de que modo a categoria foi apropriada, reinterpretada e aplicada à síntese da formação nacional, em um contexto marcado por intensas disputas ideológicas e transformações políticas profundas.

Em Marx (2011), a noção de “formação econômico-social” emerge como sendo uma categoria destinada a apreender o movimento histórico das sociedades, fundada na interação dialética entre forças produtivas e relações de produção. Essa formulação estabelece o vínculo entre a base material e a superestrutura política, jurídica e ideológica, revelando a história como processo determinado pelas condições concretas de produção. A leitura marxiana oferece, assim, os fundamentos de uma teoria capaz de compreender o desenvolvimento histórico como um fenômeno dinâmico, estruturado pela contradição e pela mudança.

Lênin (2024a; 2024b), ao aplicar esse arcabouço ao estudo da Rússia de fins do século XIX, aprofunda o caráter histórico-concreto da categoria e demonstra que as formações sociais não se desenvolvem de forma linear ou homogênea, mas segundo combinações específicas de modos de produção, atravessadas por fatores políticos, econômicos e internacionais. Sua reflexão amplia o alcance metodológico do materialismo histórico ao evidenciar que as estruturas econômicas coexistem em temporalidades distintas, marcadas por desigualdades e antagonismos que constituem a própria base dos processos revolucionários.

É a partir dessa tradição que Nelson Werneck Sodré reelabora sua própria concepção de *formação econômico-social*, adaptando-a às particularidades da história brasileira e dialogando

com autores como Celso Furtado (2007), Ignácio Rangel (2012) e Alberto Guerreiro Ramos (2024). Inserido no ambiente intelectual do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), Sodré reformula o instrumental marxista-leninista para compreender o desenvolvimento do país a partir da intera o entre o latifúndio agroexportador, o capitalismo dependente e as contradi es de classe inerentes a essa estrutura (Netto, 2011, p. 42). Sua formula o da dualidade estrutural da economia nacional – a coexistência de formas arcaicas e modernas de produ o articuladas   lógica imperialista – expressa o esforço de superar o determinismo e o etapismo que marcaram certos setores do marxismo de sua época.

Em Sodré (1967; 1978; 1984; 1990), essa concep o adquire uma dimensão política, convertendo-se em fundamento para uma teoria do desenvolvimento nacional e para a defesa de um projeto revolucionário de caráter democrático e popular. Este capítulo, portanto, busca evidenciar a originalidade dessa apropria o, demonstrando como a reflexão sodreana se insere em uma linhagem intelectual que articula teoria, método e engajamento político. A partir disso, pretende-se compreender de que modo o pensamento de Sodré contribuiu para ampliar os horizontes da historiografia marxista no Brasil e para repensar as rela es entre estrutura social, dependência e soberania nacional.

2.1. O conceito de forma o econômico-social em Marx

No âmbito da tradi o do materialismo histórico, a compreensão das condi es materiais de existência e das rela es de produ o constitui um elemento central para a síntese dos processos de transforma o social. O método investigativo inaugurado por Karl Marx e Friedrich Engels pressupõe o estudo dos fenômenos sociais e econômicos a partir das múltiplas rela es de produ o, articuladas   dialética dos fluxos históricos (Lukács, 2018, pp. 64-65). Nesse sentido, cabe destacar as palavras do próprio Marx em seu prefácio   *Contribui o   crítica da economia política* (1859):

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produ o social da própria existência, os homens entram em rela es determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas rela es de produ o correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas rela es de produ o constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e   qual correspondem formas sociais

determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (Marx, 2008, pp. 47-8).

Em conformidade com a práxis (prática) marxiana, o método fundamenta-se, essencialmente, na apreensão inteligível da aparência e/ou essência dos objetos dentro de uma totalidade em constante movimento (Lukács, 2018, pp. 78-79; Sánchez Vázquez, 2011, pp. 172 e 176). Assim, tudo é relativo, tudo flui, tudo se transforma. Considerando que a “teoria social” de Marx e Engels não surgiu de descobertas repentinas ou intuições milagrosas – muito pelo contrário, originou-se de observações demoradas, sempre avançando aos poucos, com base em dados acumulados por décadas –, a contribuição mais significativa de ambos para as ciências humanas consistiu no rigoroso estudo das diferentes formações econômicas e sociais, estruturas históricas concretas nas quais se organizam os modos de produção.

Embora Marx e Engels tenham explorado uma ampla gama de temas, concentraram-se nos antecedentes e nas especificidades de uma formação em particular: o modo de produção capitalista, entendido como a forma histórica específica de organizar as forças produtivas e as relações de produção dentro de uma formação social determinada. Em *A ideologia alemã* (1845-1846), surge a primeira referência à noção de “forma de sociedade” ou “forma social”, vinculada a uma perspectiva materialista dos processos históricos. Anos depois, no prefácio da primeira edição do Livro I de *O Capital* (1867), Marx retomaria a temática ao descrever seu procedimento avaliativo, “que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural” (Marx, 2017, p. 80, grifo nosso).

Dessa maneira, é possível distinguir o modo de produção – a organização específica da produção e das relações econômicas em determinado contexto histórico – da formação social (ou formação histórico-social ou econômico-social, como preferir), que compreende o conjunto mais amplo de relações sociais, políticas, culturais e econômicas de uma sociedade. Diante disso, a formação social “[...] se refere às sociedades historicamente dadas, nas quais não encontramos apenas um modo de produção em estado ‘puro’, mas, regra geral, uma combinação

específica de vários modos de produção” (Cueva, 2021, p. 66). Essa diferenciação é fundamental para situar o debate sobre a síntese histórica e econômica dentro da tradição do materialismo histórico, sem reduzir todas as dimensões sociais ao mero modo de produção.

Logo, diante dessas considerações conceituais, revela-se pertinente trazer a interpretação subsequente:

Econômico-social significa que se trata de uma formação com dois aspectos que não podemos separar nem confundir: *econômico* (forças produtivas, relações práticas dos grupos humanos com a natureza) – *social* (relação dos homens uns com os outros, relações de produção, classes e forças sociais). O problema que aqui se coloca consiste em determinar a relação exata entre o econômico e o social. [...] Quando Marx fala de “*formação econômico-social*”, de pronto trata-se de *uma* sociedade, de *uma* formação (por exemplo, da sociedade capitalista), como do *conjunto* da história e do desenvolvimento da sociedade. Inconsequência? Não. Para Marx, o desenvolvimento da sociedade e sua história constituem um *todo* (uma ‘totalidade’); mas cada momento da história, cada regime ou modo de produção constitui também um conjunto, um *todo* (ou uma ‘totalidade’) cujo estado se faz necessário em si mesmo, sem separá-lo do desenvolvimento total. [...] Esta noção de “todo” desempenha assim um papel “primordial”, tanto metodologicamente quanto teoricamente. Já sabemos o porquê. A realidade que temos de compreender, na natureza tanto como na vida social, apresenta-se sempre como um *todo*, que o pensamento (a análise) tem de quebrar para o poder apreender, antes de reconstituir o conjunto (Lefebvre, 2020, pp. 175-6, grifo do autor).

A partir do fragmento acima, pode-se dizer que as “formações sociais” são unidades concretas historicamente estabelecidas por um modo de produção predominante, bem como pelas forças produtivas e relações de produção a ele subordinadas (Amin, 1976, p. 12)¹⁴. Em outra passagem de *O capital*, no quinto capítulo (“O processo de trabalho e o processo de valorização”), Marx usa novamente a terminologia mencionada:

A mesma importância que as relíquias de ossos tem para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de *formações socioeconômicas* extintas. O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho” (Marx, 2017, p. 257, grifo nosso).

Aqui, é interessante que notemos outro aspecto de enorme relevância: a subsistência das relações de produção pré-capitalistas. Até antes de *O capital*, nos *Grundrisse* (1857-1858), Marx havia procurado a diferenciação das formações econômicas e sociais, identificando,

¹⁴ Para fins analíticos, a perspectiva da “longa duração” de Fernand Braudel (2014) pode ser empregada como instrumento de compreensão das conjunturas históricas e da evolução das sociedades, permitindo situar os acontecimentos em seu desenvolvimento estrutural, sem pressupor que Marx ou Sodré tenham adotado explicitamente esse enquadramento temporal.

então, as particularidades constitutivas do capitalismo. Nesse sentido, a subseção das “Formas que precederam a produção capitalista”¹⁵ explicita que o desenvolvimento histórico e social nunca se dá uniformemente. Estruturas (ou formas) anteriores podem tanto desaparecer quanto continuar coexistindo. Assim como nos estratos geológicos, a superfície aparente dos fatos oculta uma sucessão de camadas sobrepostas e misturadas pela ação do tempo; melhor dizendo, as continuidades e descontinuidades obscurecem e mistificam as possíveis ligações entre o presente e o passado:

Mas uma coisa está clara: o mesmo processo que separou uma multidão de indivíduos de suas relações afirmativas – de uma maneira ou de outra – anteriores com as condições objetivas do trabalho, que negou essas relações e, dessa maneira, transformou esses indivíduos em trabalhadores livres, esse mesmo processo liberou essas condições objetivas do trabalho – território, matéria-prima, meios de subsistência, instrumentos de trabalho, dinheiro ou tudo isso junto – da vinculação anterior com os indivíduos agora delas dissociados. Elas ainda existem, mas existem em outra forma: como fundos livres, nos quais foram apagadas todas as antigas relações políticas etc., e que só na forma de valores, que, autossuficientes, se defrontam com aqueles indivíduos isolados e privados de propriedade. O mesmo processo que contrapõe a massa, na qualidade de trabalhadores livres, às condições objetivas de trabalho, também contrapõe essas condições, na qualidade de capital, aos trabalhadores livres. O processo histórico foi o divórcio de elementos até então unidos – em consequência, seu resultado não é que um dos elementos desaparece, mas que cada um deles aparece em uma relação negativa com o outro –, o trabalhador livre (potencialmente), de um lado, o capital (potencialmente), do outro. Na mesma medida, o divórcio entre as condições objetivas e as classes que foram transformadas em trabalhadores livres tem de aparecer no polo oposto como uma autonomização dessas mesmas condições (Marx, 2011, p. 413).

Também, Milton Santos (1977, p. 84) assevera que a preocupação reservada aos “[...] estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução”. Na medida em que categoria de formação social – enquanto teoria e método marxista – “[...] diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro histórico e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso” (Santos, 1977, p. 81-82), a historicidade dos variados modos de produção estará submetida às demandas que os orientam, atendendo às suas

¹⁵ Costuma-se traduzir como “Formações econômicas pré-capitalistas”; porém, a tradução literal seria “Formas que precederam a produção capitalista” (*Formen die der kapitalistischen Produktion vorhergehen*), assim dizendo, formas que “vêm antes de” (*vorhergehen*). Optamos por traduzir literalmente, a fim de que seja evitado o sentido teleológico implícito no prefixo “pré”, o qual nunca esteve presente no título original em alemão.

próprias especificidades. Seja qual for o tipo de sociedade trazida à tona, para compreendê-la verdadeiramente, é imprescindível que se perceba os fatores particulares como componentes de um todo, o qual se refletirá em suas partes. Sendo assim, em outras palavras, “as formações econômicas e sociais não podem ser compreendidas senão no quadro de um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas à lei do todo” (Santos, 1977, p. 84).

À luz disso, ao considerarmos que a transformação é uma das leis da natureza, abrangendo o todo, observa-se que ela se manifesta igualmente nos modos de produção, que constituem uma parcela desse conjunto. Por consequência, a revolução não se apresenta como um recurso externo, mas como o processo histórico pelo qual se operam alterações profundas na estrutura social, refletindo as contradições internas das relações de produção – como será evidenciado a partir da síntese do autor discutido no próximo tópico.

2.2. O conceito de formação econômico-social em Lênin:

Emilio Sereni (2013, p. 315) e Henri Lefebvre (2020, pp. 173-4) garantem que nem Marx nem Engels foram os responsáveis por elevar o conceito de “formação econômico-social” ao corolário analítico e doutrinário do materialismo histórico-dialético. Foi por conta dos escritos do líder e revolucionário russo Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido pelo pseudônimo “Lênin”, que tal preceito recebeu um “significado duplo”, ou, para ser um pouco mais exato, de caráter metodológico e, concomitantemente, teórico.

O marxismo de Lênin é o marxismo que tem como meta apreensão das “formações econômico-sociais” – quer dizer, seu método traça as especificidades histórico-concretas na relação dialeticamente estruturada entre o “universal” e o “particular” (Fernandes, 2012, p. 230; Lefebvre, 2020, p. 188). Munindo-se com *O capital* de Marx, Lênin buscou as diversas particularidades históricas da Rússia, especialmente no que diz respeito aos seus quesitos econômicos e sociais (Lefebvre, 2020, p. 180). Com o término do século XIX e o começo do século XX, essa nação diferenciava-se do paradigma capitalista tido como “clássico”, estando em nítido contraste com o modelo da Inglaterra. No trecho abaixo, evidencia-se uma rápida descrição do panorama russo daquela época:

[...] uma imensa multidão de pequenos burgueses (artesãos, pequenos produtores) e múltiplas formas de exploração do solo, da posse e da propriedade, indo desde os restos da comunidade (do *mir*, criação administrativa do século XVIII, tendo por base a antiga comunidade camponesa) ao domínio feudal e à exploração do rico camponês capitalista. [...] Com efeito, a Rússia estava então, em relação aos grandes países capitalistas da época (Inglaterra, França, Alemanha), na situação de um país “subdesenvolvido”, em pleno desenvolvimento capitalista, mas invadido pelo capital dos países mais avançados e a estes subordinadas. Mas, mais profundamente ainda, a *formação econômica-social* estudada por Lênin na Rússia revelou-se análoga, e mesmo idêntica à realidade mundial. À escala mundial, a “formação” arrasta vestígios, arcaísmos, uma série de camadas e sedimentos, todos eles dominados pelo grande capital (Lefebvre, 2020, pp. 184-5, grifo do autor).

Nos seus textos, Lênin não se rendeu à tentação de aplicar mecanicamente o método de Marx e Engels; ao contrário, ele o aprofundou, ancorando-se em sua raiz revolucionária. Para tanto, a dinâmica material dos processos históricos foi o atributo direcionador que estimulou toda a sua trajetória – seja intelectual ou politicamente (Sánchez Vázquez, 2011, p. 179).

Em Lênin, desde suas primeiras indagações, a caracterização das formações econômico-sociais se funda em uma “[...] polêmica contra a dominante concepção idealista e subjetivista da história” (Sereni, 2013, p. 317), em especial frente aos revisionismos das ideias originais de Marx e Engels, promovidos por parte dos colaboradores da II Internacional Comunista (IC). Nesse cenário, o jovem Lênin, com apenas 24 anos, deparou-se com uma tarefa desafiadora: para que as insurreições revolucionárias atingissem o sucesso desejado, era necessário desenhar um quadro multifacetado dos antagonismos econômicos e sociais que permeavam a Rússia, abrangendo todos os seus aspectos. Por tal razão, no folheto *Quem são os “amigos do povo” e como lutam contra os social-democratas?*, publicado em 1894, Lênin, pela primeira vez, desvelou e, também, enriqueceu o conceito de “formação social”, mantendo-se constantemente atento às notas de Marx no decurso de sua exposição (Sereni, 2013, p. 315).

Dessa maneira, Lênin entendia que o materialismo histórico de Marx e Engels e suas categorias – especificamente a de “relações de produção” – permitiriam a aplicação dos padrões empíricos de reiterabilidade e regularidade nos estudos de caso das formações econômicas e sociais, como podemos observar logo adiante:

O materialismo oferecia um critério absolutamente objetivo, destacando as “relações de produção” como estrutura da sociedade, e tornando possível aplicar a essas relações aquele critério científico geral de recorrência cuja aplicabilidade à sociologia os subjetivistas negavam. Enquanto se confinassem a relações sociais ideológicas (isto é, tal qual, antes de tomar forma, passam pela consciência dos homens), não poderiam observar a recorrência e regularidade nos fenômenos sociais dos vários países, e sua

ciência era, na melhor das hipóteses, apenas uma descrição desses fenômenos, uma coleção de matéria bruta. A análise das relações sociais materiais (isto é, daquelas que tomam forma sem passar pela consciência do homem: quando trocam produtos, os homens entram em relações de produção sem querer perceber que há uma relação social de produção aqui) – a análise das relações sociais materiais pela primeira vez tornou possível observar a recorrência e a regularidade, e generalizar os sistemas dos vários países em um único conceito fundamental: *a formação social*. Foi somente essa generalização que possibilitou proceder da descrição dos fenômenos sociais (e sua avaliação do ponto de vista de um ideal) para sua análise estritamente científica, que isola, digamos, a título de exemplo, aquilo que distingue um país capitalista de outro, e investiga o que é comum a todos eles (Lênin, 2022a, p. 22-23, grifo do autor).

A questão que, portanto, se coloca, e à qual Lênin responde no segmento aqui exemplificado, nos anuncia explicitamente que “a teoria cumpre, pois, uma função prática, mas cumpre-a justamente como análise objetiva, fundada, da natureza dessa realidade, e de seu desenvolvimento” (Sánchez Vázquez, 2011, p. 180). É esta a razão pela qual, ao decorrer de *Quem são os “amigos do povo”?*, a teoria leninista das formações sociais transparece em plena sintonia com o cenário pré-revolucionário da Rússia, onde “a ênfase está no *social*. O social (as relações entre os homens) incluindo o *político*, que não pode separar-se dele, reage profundamente sobre o econômico” (Lefebvre, 2020, p. 189, grifo do autor). Ou seja, será somente por meio da interação entre, de um lado, o social e, de outro, o econômico, que despontarão as condições verdadeiramente capazes de superar todas essas contradições.

Levando em consideração o fato de que o marxismo-leninismo apurou as complexidades da formação social do modo capitalista de produção russo, vamos mencionar outro livro indispensável – formulado entre 1896 e 1899, período em que Lênin esteve preso em São Petersburgo e, em seguida, exilado em Chúchenskoie, na Sibéria – que se tornaria um marco crítico-analítico no panteão bibliográfico dos marxistas: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*.

Em síntese, a hipótese basilar de Lênin (2024a) é a de que as formações econômico-sociais que se sucedem ao longo da história não estão desassociadas do capitalismo predominante no presente, mas sim coexistem com ele. Segundo Tamás Krausz (2017, p. 107), dadas tais condicionantes, Lênin se defrontou com uma ambientação demarcada por estruturas de poder absolutistas, autocráticas, nas quais o proletariado emergente careceria tanto das tradições organizacionais quanto de experiência prática em assuntos políticos¹⁶. Na realidade,

¹⁶ Mesmo depois da Reforma Emancipadora de 1861 na Rússia – que foi uma das primeiras e mais significativas reformas liberais implementadas no reinado do czar Alexandre II, com a meta de abolir, institucionalmente, os

O desenvolvimento do capitalismo na Rússia sintetiza as perspectivas de Lênin sobre o movimento populista local e, além do mais, traz novos aportes estratégicos para a classe trabalhadora, na medida em que, efetivamente, do ponto de vista tático, ele chega nesta resolução: “a revolução será burguesa, mas justamente pelas particularidades russas, a força social dirigente será o proletariado” (Sánchez Vázquez, 2011, p. 180).

No desenvolvimento de uma economia mercantil, que vai evoluindo gradativamente em uma economia capitalista, “a “divisão social do trabalho” cria unidades comerciais heterogêneas, resultando em um aumento no número de ramos isolados e dispersos da economia. Com base em *O capital*, Lênin (2024a, pp. 45-6) argumenta que a expansão ininterrupta da “divisão social do trabalho” irá ser o ingrediente central do mercado interno para o capitalismo. Ao redimensionar o âmago das relações sociais e econômicas nas propriedades agrícolas camponesas e nos latifúndios – inferindo, assim, uma lei objetiva da formação social (russa) –, a decomposição e o empobrecimento dos pequenos e médios capitalistas agrários não constituem, de modo algum, barreiras ao capital financeiro e industrial em acelerada ascensão; pelo contrário:

A estrutura das relações socioeconômicas no campesinato (agrícola e comunitário) mostra-nos a existência de todas as contradições que são inerentes a qualquer economia mercantil e a qualquer capitalismo: concorrência, luta pela independência econômica, acúmulo de terras (compradas e arrendadas), concentração da produção nas mãos da minoria, deslocamento da maioria para as fileiras do proletariado, exploração da maioria pela minoria por meio do capital comercial e da contratação de assalariados rurais. Não há sequer um único fenômeno econômico no campesinato que não tenha essa forma contraditória especificamente característica da estrutura capitalista, ou seja, que não expresse a luta e o conflito de interesses, que não signifique mais para uns e menos para outros (Lênin, 2024a, p. 185).

Temos à disposição outra impressão valiosa: a industrialização aprofunda e acelera os antagonismos já existentes, carregando consigo atrasos e dinamismos. Em concordância com a visão de Lefebvre (2020, p. 194, grifo do autor): “A noção de *formação econômico-social*, retomada e aprofundada por Lênin, envolve, portanto, a de *desenvolvimento desigual*, assim como compreende também a de sobrevivências, na estrutura capitalista, das formações e estruturas anteriores”. Conceitualização também incipiente em Marx (2008; 2017), a tal “lei do

dispositivos de servidão impostos ao campesinato –, Lênin deparou-se com organismos econômicos e convenções sociais que ainda mantinham traços tipicamente feudais e, em paralelo, com os avanços da produção capitalista que começava a se firmar.

desenvolvimento desigual” está intimamente ligada ao surgimento de formações sociais capitalistas periféricas, por exemplo. Se respaldando nas formulações de Marx (2017) acerca da “lei geral da acumulação capitalista”, Lênin (2024a) realça que, enquanto em algumas nações os setores capitalistas estão apenas em estágio inicial, em outras já alcançaram estágios avançados das forças produtivas¹⁷. No último capítulo de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, denominado “A formação do mercado interno”, sinaliza-se a estrutura assimétrica das economias de mercado:

Em razão do desenvolvimento desigual, próprio do capitalismo, um ramo da produção supera os outros e tende a ultrapassar as fronteiras da velha região das relações econômicas. [...] Sabemos que a decomposição do campesinato, o crescimento da agricultura mercantil e o aumento da população industrial continuou e continua a ampliar o mercado interno também dessa velha região. Mas essa ampliação do mercado interno é retida por muitos fatores (principalmente a conservação de instituições caducas que retardam o desenvolvimento do capitalismo agrícola); e é claro que os fabricantes não ficam à espera de que os outros ramos da economia nacional alcancem a indústria têxtil em termos de desenvolvimento capitalista. Os fabricantes precisam do mercado imediatamente, e se o atraso dos outros aspectos da economia nacional restringe o mercado numa velha região, ele vai buscar mercado em outra região, em outros países ou nas colônias de um velho país (Lênin, 2024a, pp. 593-4).

De acordo com Tamás Krausz (2017, p. 125, grifo do autor), o dilema “[...] da particularidade surgiu no pensamento de Lênin em relação não apenas ao desenvolvimento russo, mas também ao desenvolvimento ocidental e à comparação entre ambos”. Nesse contexto, Lefebvre (2020, p. 206) observa que, por meio de sua “teoria do imperialismo”, Lênin (2021; 2024a) conclui que a universalização do capitalismo financeiro se estenderia a todos os domínios, incluindo as superestruturas políticas e culturais, alcançando assim as formações econômico-sociais dependentes e periféricas.

Verdade seja dita, em Marx, Engels e Lênin, o desenvolvimento das formações capitalistas parece orbitar em torno de uma das preocupações mais fulcrais dos movimentos emancipatórios e revolucionários na contemporaneidade: trata-se, na verdade, da temática que, doravante, os marxistas do século XX convencionaram-se a designar e reconhecer amplamente pelo nome de “questão nacional”. Esse tipo de síntese ajudou a ampliar o campo das

¹⁷ Henri Lefebvre (2020, p. 195) discerne que “à escala histórica e mundial, coexistem níveis de desenvolvimento muito diferentes, as mesmas diferenças (mais ou menos acentuadas), encontram-se também em cada país capitalista, por vezes até dentro do mesmo ramo de produção”.

interpretações marxistas além do contexto europeu, desencadeando a emergência de novas abordagens nas margens do modo de produção capitalista, entre as quais, no Brasil, a obra de Nelson Werneck Sodré se apresenta como paradigmática.

2.3. O conceito de formação econômico-social em Sodré

Com base em Louis Althusser (2022), podemos denotar que as formações sociais no modo de produção capitalista se encontram sob uma configuração bem específica: a da “formação”. Contudo, por que a sociedade capitalista estaria dividida dessa forma? Em última instância:

[...] a forma-nação é imposta pela existência do *mercado*, área geográfica de existência e de desenvolvimento da produção mercantil capitalista: não somente o mercado dos produtos fabricados (mercadorias), mas também o mercado dos meios de produção e também o mercado da força de trabalho. É o ponto de partida obrigatório, e não somente o ponto de partida, mas a base material obrigatória, inscrita no espaço geográfico, de toda formação social capitalista (Althusser, 2022, p. 186).

Seja em Althusser (2022) ou em Lênin (2021), a ascensão de um “sistema imperialista” não eliminaria as “formas” que estão subjacentes ao capitalismo; pelo contrário, as reforçaria. O imperialismo (fator externo) fomentou o surgimento de mercados nacionais capitalistas (fator interno) nas formações sociais dependentes (Althusser, 2022, p. 193), enquanto preservava e se beneficiava dos outros tipos de relações de produção, algumas das quais anteriores à introdução do capitalismo na América Latina, como foi elucidado desde Marx (2011) e Lênin (2024a) até Amin (1976), Sereni (2013), Lefebvre (2020), Cueva (2021) e assim por diante.

Nesse sentido, tendo a obra de Lênin como ponto de partida, uma teorização marxista das formações econômico-sociais permite examinar tanto os mecanismos essenciais quanto os superficiais que regem o funcionamento de um modo de produção preponderante. Conforme observa o economista Samir Amin (1976, p. 285), “se bem que diferentes em sua origem, as formações periféricas tendem a convergir para um modelo semelhante no essencial, fenômeno que traduz à escala mundial a força unificadora crescente do capitalismo”. Amin reconhece que, embora as formações periféricas apresentem origens históricas distintas, há uma tendência relativa de convergência estrutural sob o capitalismo global, sem que isso implique uma homogeneização absoluta. Todavia, paradoxalmente, a síntese “[...] duma formação social leva

necessariamente a colocar o problema da nação, da definição deste conjunto social de contornos definidos que constitui uma formação social dada” (Amin, 1976, p. 20, grifo nosso) indica a necessidade de considerar as especificidades concretas de cada sociedade ao investigar sua inserção no contexto global.

Para tanto, Agustín Cueva (2021, p. 213) reconhece que “dada a articulação particular das contradições estruturais na América Latina, o desenvolvimento cultural desta área apresenta certos alcances específicos que convém destacar”. Observa-se, portanto, que: “O problema da nação e da cultura nacional não pode ser estudado, portanto, à margem da estrutura e da história das formações econômico-sociais em que se desenvolveu e se desenvolve” (Cueva, 2021, p. 208). Assim, a posição da América Latina dentro do sistema imperialista global mantém funções determinantes. O funcionamento da dependência não apenas aprofunda as contradições em nosso (sub)desenvolvimento, mas também dificulta o estabelecimento de identidades plenamente nacionais. Pelo exposto, se o estudo das nações simboliza, em larga medida, uma reflexão sobre a fisionomia dos arranjos socioeconômicos e suas especificidades, “teríamos que concluir que, neste caso, nos deparamos com uma fisionomia tensa e incompleta, em constante busca de sua própria identidade” (Cueva, 2021, p. 212).

Sob esse prisma, no que tange à assimilação dos ideários de Marx, Engels e Lênin – tendo a América Latina, e o Brasil em particular, como foco da discussão –, as reais potencialidades do materialismo histórico vêm enfrentando, há várias décadas, os problemas e as limitações progressivamente impostas pelas classes dominantes (as burguesias) ao decorrer da luta de classes¹⁸. A coletânea organizada pelo sociólogo Michael Löwy, *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*, nos oferece mais indicações sobre os empecilhos à teoria e à prática marxianas em *Nuestra América*:

¹⁸ Para Michael Löwy (2016, pp. 11-2): “Muito esquematicamente, podemos distinguir três períodos na história do marxismo latino-americano: 1) um período revolucionário, dos anos 1920 até meados dos anos 1930, cuja expressão teórica mais profunda é a obra de Mariátegui e cuja manifestação prática mais importante foi a insurreição salvadorenha de 1932. Nesse período, os marxistas tendiam a caracterizar a revolução latino-americana como, simultaneamente, socialista, democrática e anti-imperialista; 2) o período stalinista, de meados da década de 1930 até 1959, durante o qual a interpretação soviética de marxismo foi hegemônica, e por conseguinte a teoria da revolução por etapas, de Stálin, definindo a etapa presente na América Latina como nacional-democrática; 3) o novo período revolucionário, após a Revolução Cubana, que vê a ascensão (ou consolidação) de correntes radicais, cujos pontos de referência comuns são a natureza socialista da revolução e a legitimidade, em certas situações, da luta armada, e cuja inspiração e símbolo, em grau elevado, foi Ernesto Che Guevara”.

Um dos principais problemas que o marxismo latino-americano teve de confrontar foi precisamente a definição do caráter da revolução no continente – definição que era ao mesmo tempo resultado de certa análise das formações sociais latino-americanas e o ponto de partida para a formulação de estratégias e táticas políticas. Em outras palavras, é um dos momentos-chave da reflexão científica e uma mediação decisiva entre teoria e a prática. Toda uma série de questões políticas fundamentais – as alianças de classe, os métodos de luta, as etapas da revolução – está intimamente ligada a essa problemática central: a natureza da revolução (Löwy, 2016, p. 11).

Os empecilhos discutidos por Michael Löwy acerca do marxismo latino-americano (em sua totalidade) têm implicações nos seus fragmentos individuais (as nações). Obviamente, o Brasil – por ser o maior país da América Latina – não seria exceção à regra aludida. Na obra *A derrota da dialética* (1988), o filósofo Leandro Konder descreve em detalhes as condições tremendamente adversas, mesmo já no começo dos anos 1930, associadas à recepção dos ideais marxistas na sociedade brasileira:

Além das deficiências da literatura marxista que se difundia em nosso país, devemos levar em conta a situação do principal agente da difusão das concepções marxistas – o Partido Comunista do Brasil –, que se achava às voltas com uma grave crise interna e submetido à pressão de poderosas injunções internacionais. O medo de uma convergência entre o *prestismo* e o *trotskismo* levava os dirigentes da agremiação, em sua maioria, a cultivarem o simplismo “obreirista” e a acolherem com alívio a doutrina codificada e tranquilizadora do “marxismo-leninismo”, que lhes era enviada pela direção estalinista da Internacional Comunista. O estalinismo, de resto, se combinava facilmente com os hábitos intelectuais da formação cultural de tipo positivista, comum a muitos intelectuais brasileiros e influente no meio dos militantes do PCB. [...] Na esteira das repercussões do movimento que em outubro de 1930 derrubou o presidente Washington Luiz e abriu caminho para a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a ideia de *revolução* se tornava menos abstrata, deixava de se referir a uma realidade longínqua e dava a impressão de indicar possibilidades mais concretas. Aumentou, então, a inquietação das classes dominantes em face dos discursos que falavam de uma “revolução comunista”. Desencadeou-se, assim, uma ofensiva da literatura crítica anticomunista entre nós. Por seu baixo nível teórico, entretanto, essa literatura facilitou o entorpecimento e a estratificação de fórmulas teóricas ineptas na consciência dos representantes do “marxismo” canhestamente criticado (Konder, 2009, pp. 207-8, grifo do autor).

Apesar desses obstáculos, “[...] se processava uma diversificação na sociedade brasileira; as camadas médias e a pequena burguesia emergiam para um papel mais significativo do que aquele que haviam desempenhado na década que precedera a Primeira Guerra Mundial” (Konder, 2009, p. 177). Sob as modificações das décadas de 1920 e 1930, testemunhamos o notável alargamento da população urbana em comparação com a população rural, implementando, “portanto, as condições favoráveis para que a pequena burguesia urbana interferisse mais energeticamente na vida política e cultural” (Konder, 2009, p. 177).

Nesse contexto, segundo Paulo Ribeiro da Cunha (2002, pp. 15-16; 2014, p. 85), o movimento tenentista, ao se constituir como a fração mais “radicalizada” da pequena-burguesia nacional e a vanguarda do avanço burguês, conferiu um sentido revolucionário às classes médias dos grandes centros urbanos e, simultaneamente, forneceu os suportes teóricos embrionários para a subsequente transição da intelectualidade pequeno-burguesa ao marxismo. Nesse contexto do chamado “utopismo tenentista”, emergiram na cena pública figuras influentes para o pensamento social brasileiro do século XX, destacando-se, particularmente, o historiador marxista, professor, jornalista, crítico literário e oficial legalista das Forças Armadas, Nelson Werneck Sodré.

Para os isebianos – tanto da esquerda como da direita –, o ideário nacional-desenvolvimentista objetivava, segundo Caio Navarro de Toledo (2001, p. 45, grifo nosso), “[...] convencer os setores modernos da formação social brasileira acerca da urgente necessidade de se proceder a uma reforma das instituições políticas, visando à criação de um Estado, racional e moderno, que alavancasse o desenvolvimento econômico e social do país”. Em síntese, na percepção dos nacionais-desenvolvimentistas do ISEB, a despeito das transformações socioeconômicas engendradas pela Revolução de 1930, a formação social brasileira permanecia caracterizada por seu subdesenvolvimento típico, ainda sem ter adquirido uma configuração plenamente nacional.

Ao mesmo tempo, e talvez não por mera coincidência, “[...] para os isebianos de esquerda, da mesma forma que para a principal força de esquerda do país, o PCB, uma aliança política desenvolvimentista se impunha para derrotar o latifúndio, a burguesia mercantil e as demais forças reacionárias caudatária do imperialismo” (Toledo, 2001, p. 47). Neste tempo, entre os anos de 1956 e 1964, “Sodré amadureceu sua postura de intelectual revolucionário e sua identificação com o marxismo e o comunismo, a partir de sua adesão ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde passou a dedicar-se à explicação da natureza da formação social brasileira” (Del Roio, 2007, p. 92, grifo nosso).

Dessa maneira, torna-se possível delimitar o projeto intelectual sodreano conforme a sequência que extraímos a seguir:

Toda a obra de Sodré centra-se sobre uma questão nuclear: a constituição da sociedade brasileira. Tirante as suas primícias literárias (peças de ficção, como o conto que marcou a sua estreia, desprovidas de maior valor), os interesses e as

preocupações fundamentais de Sodré, do seu primeiro aos últimos escritos, voltam-se para esclarecer a história da emersão do Brasil. Se se pudesse sintetizar o *problema* que mobilizou toda a energia, todo o esforço de Sodré, diríamos: o Brasil, *o Brasil como um enigma a ser decifrado*. [...] Ao longo da evolução de Sodré, variaram as ênfases, alteraram-se os recortes analíticos, modificaram-se os suportes teóricos e metodológicos da sua elaboração; mas a *unidade* da sua obra teve como base o rigoroso empenho, *valendo-se dos recursos do marxismo, para compreender a particularidade histórica da formação social brasileira*. É nisto que assenta a unidade da obra de Sodré: o objeto que imantou todo o seu trabalho (marxista) de pesquisa, por mais de meio século, foi a história do Brasil. Pensamos que o seu projeto intelectual pode ser resumido como *uma tentativa, sistemática e orgânica, à base do marxismo, de compreender os processos históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais que concorreram para estruturar a sociedade nacional brasileira*. Tentativa ambiciosa – e, acrescentaríamos, no essencial exitosa: ele nos ofereceu, na realização deste projeto teórico-analítico, uma *teoria do Brasil* (Netto, 2011, p. 44-45, grifo do autor).

Na vasta produção historiográfica de Nelson Werneck Sodré, destaca-se, em particular, o clássico *Formação histórica do Brasil* – obra originada em um curso ministrado no ISEB a partir de 1956 e que, posteriormente, foi publicada como livro (1962) –, assim como *Introdução à revolução brasileira* – texto lançado originalmente em 1958 que iria passar por algumas reordenações até chegar na sua quarta e última edição, em 1978 (Del Roio, 2007, p. 93; Gaio, 2015, p. 58). Esses dois escritos se complementam, mas, em outras publicações do mesmo período, o autor aprofunda problematizações específicas que enriquecem a sua leitura das particularidades (históricas) da formação econômico-social brasileira, como se vê em *Ideologia do colonialismo* (1961) e *História da burguesia brasileira* (1964), de acordo com Paulo Ribeiro da Cunha (2014, p. 92).

José Paulo Netto (2011, p. 53, grifo nosso) deixa bastante claro que as fundamentações da “teoria do Brasil” de Sodré foram nitidamente explicitadas entre 1956-1957 e 1962, derivando, “[...] essencialmente, da sua plena apropriação dos *fundamentos teórico-metodológicos marxistas* e das condições de *pesquisa, ensino e diálogo intelectual que a atividade nos marcos do ISEB lhe propicia*”. De maneira concreta, a fim de que isso se tornasse exequível, Sodré, “ademais de haver acumulado um conhecimento direto de Marx, Engels e Lênin, realiza uma leitura (pioneira entre os marxistas brasileiros) de Lukács e Mariátegui. São estes (novos) fundamentos teórico-metodológicos que abrirão o passo à formulação da *teoria do Brasil* de Sodré” (Netto, 2011, p. 51, grifo do autor), entre sua entrada no ISEB e a primeira metade dos anos 1960. Nesse processo de construção teórica, Willian do Nascimento Barbosa (1999, p. 172) complementa que *Formação histórica do Brasil*, em termos metodológicos,

retrata o escopo marxista de Sodré, “tornando-se talvez o único historiador da linha leninista na historiografia brasileira”, evidenciando a originalidade e a relevância de sua abordagem.

Essa ideia de uma “consolidação teórica” manifesta-se na própria reflexão de Sodré, que, em artigo publicado na revista *Novos Rumos* e intitulado “Lênin e a História”, enfatiza a importância do método crítico erigido por Marx, Engels e Lênin, ao afirmar que:

O marxismo, em História, vinha, portanto, e pela primeira vez, estudar com a precisão das ciências naturais as condições sociais da vida das massas e as modificações dessas condições. Marx, assim, abriu caminho ao estudo universal e completo do processo do nascimento, desenvolvimento e declínio das *formações econômico-sociais*, examinando o conjunto das tendências contraditórias e ligando-as às condições materiais da existência e das diversas classes da sociedade, sem cujo conhecimento era impossível entender as razões do desenvolvimento histórico. [...] Lênin não apenas fez, assim, o elogio preciso da concepção materialista da História, conforme a teoria marxista – na verdade, e em tudo o que escreveu, em tudo o que pensou, para ser mais exato, *foi o maior seguidor e praticante daquela concepção*, passando da teoria, do geral portanto, aos casos particulares, ao concreto de cada problema que apreciou ou que discutiu” (Sodré, 1986, pp. 53-4, grifo nosso).

A partir do método da crítica da economia política, em seus principais trabalhos – *Introdução à revolução brasileira* (1958), *Ideologia do colonialismo* (1961), *Formação histórica do Brasil* (1962) e *História da burguesia brasileira* (1964) –, Sodré (1967; 1978; 1984; 1990) parte do princípio de que “a formação social brasileira origina-se do empreendimento colonial encetado pelo ‘grupo mercantil’ português associado ao regime feudal monárquico” (Del Roio, 2007, p. 93). Tal formulação, característica de seu esforço de interpretação histórico-dialética, revela a leitura das permanências estruturais do passado feudal no interior do capitalismo mercantil nascente. Sob esse enfoque, a espinha dorsal de sua teorização sobre o processo de constituição do Brasil “[...] é a de uma formação social que se estrutura, do século XVI (sob o comando do capital mercantil) ao início do século XX, sem rupturas em face de sua original heteronomia econômica e em face da dominação política da grande propriedade fundiária” (Netto, 2011, p. 50). Assim, para Sodré (1967; 1978; 1990), a articulação entre dois fatores – o imperialismo, como determinação externa, e o latifúndio feudal, como determinação interna – explicaria os dualismos que sustentam, ao longo do tempo, as relações de produção de caráter pré-capitalista no Brasil.

Ao investigar a formação econômico-social do Brasil, Sodré tornou-se um dos principais expoentes da discussão sobre a presença de relações de caráter feudal no país, embora nem sempre tenha adotado integralmente essa perspectiva. Em *Introdução à revolução*

brasileira, contudo, ele até mesmo questiona a validade dessa leitura e, em contraposição, propõe o exame do processo colonial brasileiro pautado na lógica do capitalismo mercantil emergente:

Outra controvérsia evidentemente especiosa e que, sendo apropriada, alteraria essencialmente o estudo das classes sociais na época colonial, é a que se refere à vigência ou não, no início daquela época, de relações feudais que alguns afirmam terem existido na legislação circunstancial e específica do sistema das capitanias hereditárias. Oriunda de um país feudal, a legislação tem características feudais, naturalmente. A empresa das grandes navegações, as descobertas consequentes e o desenvolvimento mercantil pertenceram, pelas suas próprias características, a uma etapa anterior ao capitalismo, a etapa do capital comercial: os dispositivos legais aplicados ao sistema com que se iniciou entre nós, praticamente, a colonização são caracterizadamente feudais. É preciso considerar, entretanto, a realidade colonial, que se sobrepõe à legislação. Assim, a legislação é feudal, mas a realidade gera o escravismo (Sodré, 1978, p. 20).

Evidentemente, o Brasil possui traços distintos daqueles consolidados na Europa. Mesmo que a legislação colonial incorporasse alguma “característica feudal” herdada do universo lusitano, a estruturação da sociedade brasileira baseou-se em dois pilares fundamentais: o exercício das atividades mercantis e a exploração do trabalho escravo. Para Sodré (1978), desenvolveu-se, portanto, uma “forma colonial do mercantilismo”, na qual práticas comerciais adaptadas à realidade local conviveram com marcas do feudalismo, definindo tanto os arranjos produtivos quanto a posição relativa das classes sociais.

Para fundamentar uma produção desse tipo, complementar daquela que se processava em terras europeias o regime de trabalho escravo era uma necessidade. Mas, no quadro do mesmo processo, verifica-se que, como consequência, o mercantilismo que se gera nas zonas de produção subsidiária de ultramar, perfeitamente entrosado no desenvolvimento do sistema, é uma forma distinta, é a forma colonial do mercantilismo destinada, por sua vez, a servir e complementar o ritmo ascensional da acumulação que então se processa. Tais particularidades influem de maneira profunda na formação e na posição relativa das classes sociais em regiões de estrutura colonial, como o Brasil. Não se deve esquecer ainda, a propósito do trabalho servil, que o tráfico de escravos constitui um dos elementos mais importantes da atividade mercantil. O escravo africano é um produto valioso, colocado nos mercados de ultramar (Sodré, 1978, p. 28).

Nessa concepção de 1958, o capitalismo ter-se-ia iniciado no Brasil com as primeiras feitorias para escambo do pau-brasil. Todavia, alguns anos depois, Sodré modifica sua concepção. Em *História da burguesia brasileira*, de 1964, “Sodré retoma a questão da convivência entre escravismo e feudalismo no Brasil, da dialética entre essas formas sociais surgidas na história em tempos diferentes” (Del Roio, 2016. p. 94). Mas, em contraste com o

problema acerca da formação social colonial, Sodré (1967) confere maior destaque à dimensão ideológica da burguesia no Brasil, especialmente no que se refere à defesa da liberdade de comércio, princípio que consolidaria a aliança entre os grandes proprietários de terras e escravos e a burguesia inglesa. Para o autor, contudo, “a situação impossibilitava dentro da estrutura vigente, uma evolução econômica capaz de gerar relações capitalistas e, em consequência, uma evolução social suscetível de permitir o aparecimento da classe burguesa” (Sodré, 1967, p. 51).

Conforme percebe Del Roio (2016), a interpretação sodreana sobre a formação econômico-social brasileira apresenta implicações políticas profundamente delineadas. Assim, compreender a concepção de formação econômico-social em sua obra significa, em grande medida, compreender a gênese e o percurso histórico da burguesia brasileira – suas contradições internas, suas limitações estruturais e os condicionamentos que determinaram seu papel político e econômico. Nesse quadro, o latifúndio figura como elemento central e permanente na constituição da sociedade brasileira, representando tanto um legado histórico da colonização quanto um obstáculo persistente à transformação social. Como observa o próprio Sodré:

A existência do latifúndio no Brasil é histórica: data dos primeiros anos da colonização, vinculada ao regime a que a colonização obedeceu. O latifúndio atravessou séculos com um domínio incontestado; foi o aparecimento das relações capitalistas que colocou em dúvida esse domínio. Daí por diante, começou a ser discutido. Adiante, foi combatido, e o povo brasileiro tomou consciência de que isso constituía um problema e de que era preciso resolvê-lo – e essa consciência penetra, hoje, nas massas camponesas, trazendo o espetáculo das lutas de proporções já importantes que se travam no campo, alarmando tanto aqueles que supunham eterna a situação (Sodré, 1967, p. 345)

Na passagem em questão, observa-se que o latifúndio constitui o alicerce material e simbólico de uma formação social que, mesmo submetida à modernização capitalista, conserva elementos arcaicos profundamente enraizados. A “burguesia nacional”, ao emergir vinculada à estrutura agrária tradicional e subordinada ao capital estrangeiro, revelou-se incapaz de desempenhar a função transformadora que, na Europa, coube à burguesia durante a transição do feudalismo para o capitalismo. Inspirando-se em Lênin (2021; 2024a), Sodré (1967) sustenta que o desenvolvimento capitalista brasileiro não resultou de uma revolução burguesa nos moldes clássicos, mas de uma “via prussiana” – expressão que designa um processo de modernização conservadora, responsável por manter intactos os fundamentos agrários e a autoridade das antigas elites fundiárias. Nesse quadro, o autor observa que “os recuos a formas

ditatoriais e a regimes de tipo fascista são os recursos de que se vale a burguesia, pressionada pelo imperialismo, para assegurar a via prussiana e a exploração cômoda e pacífica da força de trabalho” (Sodré, 1967, p. 31).

Com o propósito de ultrapassar as barreiras que caracterizam a formação brasileira, Sodré (1967) sustenta que a revolução burguesa no país deveria articular-se ao aprofundamento da questão democrática, em consonância com o que Mao Zedong (2011) denominou “revolução democrática de novo tipo”. Em sua síntese sobre a configuração histórica do Brasil, o capitalismo local emergiu de maneira subordinada e mediante uma via prussiana, em que a classe burguesa consolidou sua hegemonia em parceria com a oligarquia rural de matriz feudal. Dessa convergência derivou o denominado “bloco feudal-burguês” (Sodré, 1967, p. 343–345), cuja continuidade refletia a lenta conversão do elemento feudal em burguesia agrária.

Assim, essa leitura evidencia os fundamentos metodológicos e a coerência interna de seu horizonte marxista-leninista: ao articular latifúndio, Estado e luta de classes dentro de uma mesma lógica de dependência estrutural, Nelson Werneck Sodré elaborou uma interpretação histórica que articula dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais na compreensão do desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro, abrindo espaço para a depuração dos caminhos a serem trilhados ao longo do processo revolucionário nacional.

2.4. O problema do dualismo estrutural e da regressão histórica: algumas considerações sobre Celso Furtado e Ignácio Rangel

Segundo Toledo (2001, p. 43) foi por meio de renomados intelectuais que possuíam algum tipo de ligação direta com o ISEB – como nos casos de Ignácio Rangel ou Raymundo Faoro – ou mais pontual e esporádico – como podemos ver com o caso de Celso Furtado – que a discussão ganha maior amplitude, sendo atestada pelo emprego da expressão “dualismo estrutural”¹⁹. Verdade seja dita:

¹⁹ As teses dualistas advogam a respeito da possibilidade de “coexistência” dos diferentes modos de produção – capitalista e pré-capitalista – no interior de uma mesma sociedade. O debate sobre as correlações do “modo de produção” com a “formação social” adquire significativa relevância no desenvolvimento da corrente teórica conhecida como “marxismo estrutural” ou “marxismo estruturalista”. A partir da década de 1960, essa vertente do marxismo acabou sendo amplamente difundida através das contribuições de filósofos europeus como Louis Althusser, Nicos Poulantzas, Étienne Balibar, Maurice Godelier etc. Em linhas mais gerais, os marxistas estruturalistas rejeitam a premissa de que uma formação social poderia ser adequadamente compreendida – na

O *dualismo* sempre esteve presente em nossa literatura como recurso discursivo a dar conta das diversidades da paisagem social, mas em Rangel é, pela primeira vez, tratado de forma sistemática, afastando-se do modelo de justaposição de arquétipos importados para construir, por outra via, a hipótese teórica de uma forma original de arranjo de modos de produção. [...] Na concepção de Ignácio Rangel, as relações internas ao latifúndio deviam e devem ser estudadas em função das leis que regem uma economia feudal. Apesar disso, entende que o latifúndio não é um instituto puramente feudal, de modo que a ele se aplicam todas as formas que regem uma economia capitalista. Essa ambivalência de leis que o regem deve ser momentaneamente abandonada para que possamos aprofundar outro aspecto crucial para o pensamento marxista em nosso país, relativo apenas a um dos termos da equação de Rangel: o *feudalismo* em nossa formação social (Dória, 2007, pp. 258-9, grifo do autor).

Para Ignácio Rangel – que, diga-se de passagem, foi um dos chefes do Departamento de Economia do ISEB entre 1955 e o golpe militar de 1964 –, a peculiaridade por excelência da economia brasileira, bem como de várias outras de formação análoga, principalmente na América Latina, é a faceta da “dualidade”, no sentido de referir a esse termo o fato de que “[...] todos os nossos institutos, todas as nossas categorias – o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e a nossa própria economia nacional – são mistos, têm dupla natureza, e se nos afiguram coisas diversas, se vistos do interior ou do exterior, respectivamente” (Rangel, 2012, p. 286). Aqui, para ele, o compromisso moral e político dos economistas deve consistir em averiguar “como essas construções dúplices se comportam uma frente às outras no complexo que é a economia nacional; e como esta se comporta em suas relações igualmente dúplices com o estrangeiro, pois confrontam formações heteronômicas” (Rangel, 2012, p. 286). Determinar as leis desse empreendimento, eis a missão que Rangel se propôs ao pensamento econômico nacional.

sua própria totalidade – mediante a existência de um único modo de produção em vigor. Indo pela rota contrária, enfatiza-se, historicamente, a complexidade das articulações e permanências entre as estruturas produtivas do passado (modos, relações e forças) com o presente (porém, mesmo assim, é necessário avisar que uma delas ainda desempenha a ação hegemônica, que dá nome à respectiva formação econômico-social). No caso da intelectualidade brasileira – mais especificamente entre os isebianos – tanto Rangel (2012) quanto Furtado (2007) fundamentam as bases do “dualismo estrutural” pela concepção de que existem setores, dentro da mesma territorialidade, voltados à maximização da produtividade do trabalho e dos lucros, contrastando com outros, onde ainda irá predominar, aparentemente, as condições sociais que antecedem o surgimento do capitalismo – isto é, a tal “acumulação primitiva” (Marx, 2017, pp. 785-7). Essa “dualidade” seria responsável por fomentar as disparidades entre regiões ricas (industrializadas) e pobres (rurais), em decorrência do chamado “desenvolvimento desigual” (Lênin, 2021; 2024a). Em Nelson Werneck Sodré, o conceito de “coetaneidade do não-coetâneo” (Sodré, 1978) fala sobre as dualidades estruturais da formação econômica e social do Brasil.

Tido como nacionalista e socialista²⁰, Rangel “[...] era um participante entusiasmado da vida intelectual de núcleos como o ISEB e o Clube dos Economistas” (Bielschowsky, 2004, p. 210). Durante sua passagem por essas duas instituições, construiu paradigmas teóricos originais, nos quais “sua teoria do desenvolvimento foi uma criativa adaptação do materialismo histórico marxista e um original arranjo de elementos das teorias econômicas de Smith, Keynes e Marx” (Bielschowsky, 2004, p. 211). No contexto do ISE – ao executar, em suas obras, um extenso diagnóstico da situação econômica dos anos 1960 –, “Rangel identificou pela primeira vez na crise agrária um obstáculo à dinâmica do desenvolvimento capitalista brasileiro” (Bielschowsky, 2004, p. 231), influenciando, assim, outros isebianos à esquerda.

No clássico *Dualidade básica da economia brasileira* (1957) – texto este publicado graças ao financiamento garantido pelo ISEB e que pautou, na época, os diálogos entre intelectuais sobre os modos de produção na história da formação econômica nacional –, o autor chega a afirmar que “a economia brasileira se rege basicamente, em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção” (Rangel, 2012, p. 298). Com efeito, essas duas formações econômicas básicas – cada uma regida por suas leis próprias – não se limitam à mera coexistência. Elas se pressionam mutuamente, daí fomentando tensões constantes e conflitos permanentes entre si:

A ideia da simultaneidade de dois modos de produção, ou de “duas formações econômicas dominantes”, constituía a peça central da tese da dualidade básica da economia brasileira, segundo a qual cada “formação” teria, por sua vez, uma dupla natureza, relativa, respectivamente, a suas relações “internas” e “externas” (Bielschowsky, 2004, p. 213).

²⁰ No que concerne ao seu método investigativo: “Rangel não discordava do materialismo histórico marxista. Entendia a história como uma sequência mais ou menos definida de etapas, cada uma correspondendo a um modo de produção. Admitia, ademais, que um modo de produção começa a transformar-se num outro, mais avançado, no momento em que as relações de produção deixam de estimular o desenvolvimento das forças produtivas e passam a entravá-lo. Considerava, porém, que a forma de inserção do Brasil na economia mundial, isto é, o fato de se ter constituído como economia complementar ou periférica, exigia uma assimilação crítica dessas teses. [...] Sua adaptação da visão marxista da história universal ao caso brasileiro é feita através do conceito de dualidade, que tem na obra um significado singular, inteiramente distinto das definições mais comuns atribuídas ao termo. A novidade analítica da conceituação de Rangel reside na subdivisão do conceito marxista de “relações de produção” em “relações internas” e “relações externas”. Com tal subdivisão, o autor enunciou a tese de que a história do país se dá numa sequência de pares de modo de produção simultâneos” (Bielschowsky, 2004, pp. 211-2).

Semelhante ao método que foi empregado por Marx (2011), em uma das subseções dos *Grundrisse* (os manuscritos econômicos de 1857-1858), intitulada “Formas que precederam a produção capitalista”, Rangel (2012, p. 306) também decompõe os fragmentos que criam o dualismo na infraestrutura, com sua atenção direcionada à formação brasileira: por um lado, denota-se uma “economia natural pré-capitalista”²¹, caracterizada pela produção direta ao mercado interno ou para o autoconsumo (lavoura de subsistência), com níveis de produtividade do trabalho excessivamente baixos, nos quadros institucionais do latifúndio (economia que, residualmente, sobrevive ainda as relações feudais de produção); pelo outro lado, observa-se uma “economia de mercado capitalista”, preeminente na indústria, nos serviços (comércio, governo, transportes etc.) e na agricultura comercial, que é organizada para suprir as exigências do mercado externo.

Tomando as fábricas como parâmetro, embora o mercado nacional seja, em essência, “capitalista”, “se comparado com o latifúndio, comporta-se como feudal” (Rangel, 2012, p. 301). Na visão deste isebiano de orientação marxista-leninista, o mercado nacional é capitalista nas suas relações internas e externas, “mas apenas no sentido em que o mercado francês era capitalista antes da Revolução. Resultava, em grande parte, da concorrência de produtores feudais. Esse capitalismo não é industrial, como o que Smith e Ricardo estudaram, mas *mercantil* (Rangel, 2012, p. 301, grifo do autor). Naturalmente, “isso quer dizer que coexistiam no país relações de produção feudais na agricultura (latifúndio), que Rangel chamava de ‘polo

²¹ As notas de Marx (1857-8) sobre as formas anteriores à produção capitalista (*Formen*) há pouco se tornaram acessíveis aos estudiosos do mundo ocidental. Até 1964, tais textos sequer haviam sido traduzidos para o inglês, circulando somente as edições em russo e alemão. Isso implica que, até essa data, a maioria dos marxistas latino-americanos não havia tomado pleno conhecimento de todas as anotações de Marx, como os *Grundrisse*. Então, como a ideia da “permanência de relações pré-capitalistas” se manifestou nos escritos de autores brasileiros como Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães? Para compreendê-la, é necessário considerar que esses termos faziam parte de uma “linguagem comum” do marxismo à época, cuja origem nos remonta às interpretações de Marx (2017) em *O capital*, além das reflexões de Lênin (2024a) a respeito das particularidades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Mas, quando se trata da história do marxismo na América Latina, essa chave interpretativa circulou sob a influência de José Carlos Mariátegui (2010), com o icônico *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, de 1928. A preeminência de Mariátegui está, “sobretudo, em nos ter legado o primeiro esquema marxista de interpretação das modalidades específicas de desenvolvimento do capitalismo na América Latina, em condições de dependência e articulação com outras formas produtivas (feudalismo, escravidão, comunidade primitiva); esquema que muitos de nós, seus discípulos, continuamos considerando válido. Ao fazê-lo, José Carlos Mariátegui conectou pela primeira vez o discurso marxista à nossa realidade, evitando que esse discurso flutuasse como uma substância etérea incapaz de se incorporar ao referencial empírico que pretende explicar. Nacionalização do marxismo? Se quiser, sim” (Cueva, 2021, pp. 239-40).

interno’ da economia, e capitalistas nos setores ligados ao comércio internacional” (Bielschowsky, 2004, p. 213). Os traços da dualidade sofreriam ajustes ao cruzarmos de um modo de produção para outro, seja no espaço ou no tempo; contudo, o dualismo em si ainda resistiria. O latifúndio, no Brasil, seria “internamente feudal e externamente capitalista” (Rangel, 2012, p. 309). Para tanto, o autor sugere que as relações de produção internas seriam feudais, enquanto, “nas relações com a outra formação dominante e com o resto do mundo, o latifúndio teria o comportamento de uma empresa comercial” (Bielschowsky, 2004, p. 213). É a partir dessa “dupla natureza” que se dá o contato entre as duas formações e, como consequência:

O desenvolvimento do capitalismo nacional age poderosamente no sentido da homogeneização da economia, mas esse resultado não pode ser alcançado a curto prazo. Assistimos, ao contrário, a um *desenvolvimento desigual* das diversas partes do país, caracterizando o fenômeno do subdesenvolvimento de umas regiões em relação às outras, o que representa nova fonte de dualidades (Rangel, 2012, p. 301, grifo nosso).

Como verificamos, para Rangel, as dualidades se delineiam porque o desenvolvimento periférico ocorreu como fator complementar das economias desenvolvidas, causando desequilíbrios internos e externos, conforme já havia sido previsto por Lênin (2021; 2024a) na “lei do desenvolvimento desigual”²². Seguindo a mesma linha isebiana de Rangel (2012), a questão da “dualidade” foi tida por Sodré (1967; 1978; 1990), “como a polaridade entre velho e novo; mas a essa dualidade ele acoplava outro limite vindo da inserção subordinada do Brasil à economia internacional” (Oliveira Filho, 2011, p. 251). Para ambos, depois da Revolução de 1930, a industrialização poderia inaugurar um espaço interno de produção voltado para a

²² Atenção: é importante que não se confunda a abordagem de Lênin com a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, formulada por Leon Trotsky. Ao se considerar a situação sociopolítica das décadas de 1950 e 1960, marcada pelo expressivo repúdio ao trotskismo e pela hegemonia dos “leninistas”, descobre-se que as inquietações que nortearam marxistas como Rangel e Sodré foram pensadas com base na “teoria do imperialismo” e, também, no debate em volta das “formações econômico-sociais”, partindo das concepções de Lênin acerca do que seria um “desenvolvimento desigual”. Embora existam pontos de convergência com a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, há que se fazer certas distinções. Entendemos que esta última opera em um nível de abstração mais generalizante, enquadrando os ritmos de desigualdade a uma ampla gama de acontecimentos. Por outro lado, a avaliação que foi explicitada por Lênin (2021; 2024a) acerca do conceito de “desenvolvimento desigual” focalizaria nos desdobramentos da “lei do valor” de Marx (2017), já em um contexto de constituição e expansão do mercado mundial, além do estudo da diferenciação das formações econômico-sociais, dando origem a fenômenos mais específicos. Isso permitiu a assimilação das leis gerais e/ou tendenciais do modo capitalista de produção e, por consequência, suas manifestações particulares nas economias dependentes e subdesenvolvidas.

economia nacional, superando o imperialismo e a dependência. Ora, nesta etapa, “à medida que se homogeneizavam as relações de produção, com a transformação do latifúndio feudal em unidade capitalista, aproximava-se a última fase da dualidade na economia brasileira” (Bielschowsky, 2004, p. 216). Eis a ideia comum na qual se articulam tanto a “dualidade estrutural” (teoria) como o “nacionalismo revolucionário” (prática), de cunho popular e democrático, dos isebianos à esquerda alinhados ao marxismo-leninismo: “a *contradição* fundamental que atravessaria a *formação social brasileira* seria aquela existente entre a *Nação* versus *anti-Nação*; ou seja, entre as forças ditas *modernizantes* versus *os setores retrógrados*, articulado, por sua vez, ao imperialismo comercial e financeiro” (Toledo, 2001, p. 46-47, grifo nosso).

Em um dos capítulos de *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*, Wasserman (2017, pp. 54-5) nos remete a determinadas mudanças que pontuaram o marxismo brasileiro nos anos 1960. Essas alterações foram motivadas pelos impasses políticos da Quarta República Brasileira (1945-1964) e, também, pela fragmentação do campo revolucionário após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956 (quando Nikita Krushev proferiu um discurso bombástico contra os desmandos de Stálin, cujas repercussões globais afetaram o próprio PCB, que, no período, ainda detinha, praticamente, o ‘monopólio da difusão’ do materialismo histórico entre nós). Nesse contexto, o marxismo brasileiro começou a se abrir, timidamente, para novas possibilidades interpretativas (Pécaut, 1990, pp. 141-2; Toledo, 2001, pp. 52-3). Consequentemente, teóricos que outrora eram enxergados como “heterodoxos”, “renegados” ou mesmo “revisionistas” – algo ilustrado nos exemplos de Antonio Gramsci, György Lukács, José Carlos Mariátegui, Louis Althusser, Rosa Luxemburgo, além de outros expoentes do universo marxista-leninista – começaram a obter, lentamente, uma recepção mais “favorável” e crescente “reconhecimento” entre os círculos intelectuais de esquerda no Brasil (Del Roio, 2011, p. 165). Temos exemplos disso no ISEB²³.

²³ Levando em conta os isebianos marxistas, destacamos as fontes bibliográficas selecionadas por Sodré: “Pouco se levou em consideração que Sodré fundamentou seus textos no conjunto da mais atual historiografia do seu tempo, marxista ou não, que era conhecedor exaustivo da produção historiográfica e teórica que tentou interpretar o Brasil, que buscou seus fundamentos teóricos na obra da Marx, em especial *O capital*, e de marxistas como Lenin, Rosa Luxemburgo e Lukács. Além disso, era conhecedor do debate entre historiadores hispano-

No final dos anos 1950, em razão dessa relativa difusão do marxismo e da renovação em torno do tópico da “revolução brasileira, as discussões sobre as nossas “raízes históricas” e os resquícios arcaicos na “forma social” do país tiveram um recrudescimento, ao passo que “destacaram-se os trabalhos de Raimundo Faoro e de Celso Furtado nas áreas liberal-democrática e progressista, enquanto no específico campo do marxismo a produção teórica e histórica de Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães, entre outros” (Del Roio, 2011, p. 166).

Apesar de que não estivessem em absoluto desacordo com a linha política que o PCB defendia, “Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães conceberam, tendo os olhos na realidade nacional, uma original dialética do desenvolvimento histórico que, contudo, se distancia desse mesmo marxismo hegemônico” (Aquino, 2023, p. 2).

Longe de abordagens unilineares acerca do desenvolvimento econômico e social do país, os marxistas do ISEB e de outras agremiações incorporaram as noções que permitiram ver os marcos da “regressão histórica” (da Colônia à República) e, “em consequência, *a unidade e não apenas a simples sucessão ou mesmo justaposição, numa mesma formação social, de formas econômicas distintas, até mesmo contrárias, baseadas em níveis historicamente muito desiguais de desenvolvimento das forças produtivas*” (Aquino, 2023, p. 2, grifo nosso). Alguns deles, ao se oporem à tese de que existiria uma sequência rígida e inevitável entre os modos de produção e as formações sociais, condicionada pelo progresso das forças produtivas, acabaram por adotar, mesmo que sem a intenção explícita, uma “teorização da história” que rejeitava a “unilinearidade”²⁴. Nesse postulado, duas concepções se revelam como essenciais: a de *regressão* e a de *coexistência do não-coetâneo*” (Aquino, 2023, p. 3, grifo nosso).

Nos ensaios de Nelson Werneck Sodré, publicados pelo ISEB, essas duas formulações conceituais (regressão e coetaneidade) servem como os alicerces historiográficos e metodológicos da sua contribuição mais densa e notória para o marxismo periférico, lançada em 1962: *Formação histórica do Brasil*. Com este planejamento:

americanos sobre a natureza das formações sociais do continente, que opunham interpretações da colonização entre um predomínio feudal e uma empresa já capitalista” (Del Roio, 2016, p. 86).

²⁴ Uma vez que os estudos de Sodré (1990), Furtado (2007) e Rangel (2012) se concentraram na compreensão da modernidade capitalista, quando o ideal do “agente histórico” passou a ser mais vinculado a indivíduos ou grupos capazes de promover transformações radicais, evidencia-se, por exemplo, que: “o conceito reflexivo, de história como tal, abre um espaço de ação em que os homens se veem forçados a prever a história, a planejá-la, a produzi-la, nas palavras de Schelling, e por fim a fazê-la” (Koselleck, 2006, p. 237).

Dando sequência à *Introdução à revolução brasileira* (1958), Sodré tenta mostrar na *Formação histórica*, entre outras coisas, a existência de relações sociais feudais e semif feudais no campo brasileiro (e, neste caso, estamos sem dúvida num terreno político bastante tradicional). Ela é escrita *após e em diálogo* com *Dualidade básica da economia brasileira* (1957), de Ignácio Rangel, e *Formação econômica do Brasil* (1958), de Celso Furtado. São nessas obras que esses conceitos são inicialmente encontrados – o de *coexistência do não-coetâneo* em Rangel e o de *regressão* em Furtado –, nelas constituindo determinidades da história econômica, quando não, de teoria econômica. Em Sodré, porque ele trata da *formação histórica brasileira*, ocupam o terreno da *concepção de história*, embora sem se afastar do objeto que tem em vista desde o início: *nossa formação social* (Aquino, 2023, p. 3, grifo nosso).

Na esteira do pensamento nacional-desenvolvimentista do ISEB, um dos economistas a quem Sodré (1967; 1978; 1990) mais vezes se apoiou nem sequer era marxista (Gaio, 2008, p. 111). A despeito de estar embasado no método materialista histórico-dialética de Marx, Engels e Lênin, Sodré não se restringiu nem ignorou outras correntes filosóficas; ao contrário – como historiador marxista –, “[...] Sodré entendia essas diretivas como *balizas metodológicas* e não como *camisas de força* nas quais a realidade deveria caber a qualquer preço” (Silva, 2011, p. 132, grifo nosso). Com essa linha de raciocínio, do início ao fim de *Formação histórica do Brasil*, Sodré (1990) recorreu a inúmeras citações, tanto diretas como indiretas, de *Formação econômica do Brasil*, do economista Celso Furtado. Ao aprofundar seus referenciais bibliográficos através de leituras que sondaram as particularidades históricas do Brasil – e, por consequência – as dimensões do (sub)desenvolvimento, acolhendo variados posicionamentos, que vão desde Furtado até os clássicos da tradição marxista –, “Werneck Sodré salienta dois aspectos importantes de seu trabalho: *a atenta e extensa preocupação com as fontes e a demarcação do método subjacente à concepção de história como processo de múltiplas determinações*” (Conte, 2010, p. 72, grifo nosso).

A operação intelectual de Celso Furtado – como economista keynesiano e nacional-desenvolvimentista do ISEB – “corresponde a um criativo exercício de refinamento, aplicação e divulgação do pensamento estruturalista” (Bielschowsky, 2004, p. 133). Nesse percurso, em 1958, escreve o livro seminal da literatura econômica brasileira do período que estamos analisando: *Formação econômica do Brasil*. Isso nos leva a ter que avaliar seus conteúdos, posto que “a publicação do livro exerceu uma influência sobre a intelectualidade brasileira até hoje sem similar na literatura de ciências sociais no Brasil” (Bielschowsky, 2004, p. 164).

Como o próprio autor prevê na introdução, “o presente livro pretende ser tão somente *um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira* (Furtado, 2007, p. 21,

grifo nosso), cujo propósito central consiste em “descortinar” uma perspectiva acessível aos leitores não especializados, bem como às pessoas “[...] desejosas de tomar um primeiro contato em forma ordenada com os problemas econômicos do país” (Furtado, 2007, p. 21). Portanto, seu objetivo seria “[...] simplesmente a análise dos processos econômicos, e não a reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos” (Furtado, 2007, p. 22).

De acordo com o que já fora sugerido, ao referenciar o artigo de Aquino (2023), Sodré apropria-se do conceito de “regressão” por intermédio de *Formação econômica do Brasil*. Sendo este um dos trabalhos de Celso Furtado que melhor sintetizaria as convicções político-ideológicas da Cepal, “a obra deve ser vista, na verdade, muito mais como um ensaio de interpretação histórico-analítica de orientação estruturalista e keynesiana do que uma pesquisa histórica em grande profundidade” (Bielschowsky, 2004, p. 164). Ao longo do nono capítulo (‘Fluxo de renda e crescimento’), Furtado (2007, p. 83) diz que “o que mais singulariza a economia escravista é, seguramente, o modo como nela opera o processo de formação do capital”. Dado que o “fluxo de renda” ocorria, basicamente, entre o conjunto das “unidades produtivas” e o “exterior”, “é evidente que o fluxo de renda se resumia na economia açucareira a simples operações contábeis, reais ou virtuais. Não significa isto que essa economia fosse de outra natureza que não monetária” (Furtado, 2007, p. 87). Logo, o autor questiona as interpretações controversas que atribuíram traços estritamente “feudais” à economia escravista-exportadora:

A natureza puramente contábil do fluxo de renda, no setor açucareiro, tem induzido muita gente a supor que era essa uma economia de tipo semifeudal. O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamento de uma estrutura econômica. Esse atrofiamento resulta do isolamento imposto a uma economia, isolamento que engendra grande diminuição da produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho que o nível da técnica já alcançado lhe permite (Furtado, 2007, pp. 87-8).

Vamos explicar o trecho acima. Na visão de Furtado, o que caracteriza o “feudalismo” como uma “regressão” é o fato de resultar do “atrofiamento de uma estrutura econômica”, que, previamente, havia experimentado níveis superiores de divisão do trabalho (especialização) e de desenvolvimento das forças produtivas (produtividade).

Em *Formação histórica do Brasil*, Sodré (1990) tomou emprestada essa conceituação de Furtado (2007) para classificar o fenômeno da “regressão feudal”. A formação brasileira se

distinguiria de outras “formações similares” por conta da “coexistência” (uma das ‘dualidades estruturais’) dos diferentes regimes/modos de produção (Sodré, 1990, p. 4). O termo “feudalismo”, pelo menos quanto está sendo anunciado no texto, “se desenvolve paralelamente ao escravismo ou, noutra hipótese polêmica, *apresenta-se como regressão a partir da decadência*, por exemplo, da economia mineradora” (Gaio, 2008, p. 112, grifo nosso). Assim, neste caso, não se observa qualquer indício de “dogmatismo” ou, então, de uma suposta “ortodoxia stalinista” – tal como no esquema de sucessão ascendente e etapista dos modos de produção²⁵; muito pelo contrário. Trata-se, a nosso ver, de apreciações criativas e instigantes que fomentaram novos desafios e suscitaram críticas – algumas delas plenamente justificáveis, outras nem tanto – nos balanços efetuados após 1964. Entretanto, convém explicitar que, no ISEB, o foco historiográfico de Sodré esteve voltado a uma “[...] *discussão do processo de desenvolvimento do capitalismo e seu impacto sobre a formação social brasileira*” (Gaio, 2008, p. 112, grifo nosso), como veremos na próxima seção.

2.5. A questão nacional e o ISEB

Nas décadas de 1950 e 1960 – período no qual a maior parte da obra sodreana foi produzida, ocorreram transformações significativas que impactaram o destino dos povos do chamado “mundo subdesenvolvido”, melhor dizendo: de um lado, as lutas de libertação nacional na Ásia e na África impulsionaram os processos de soberania e descolonização; de outro, a adoção de ideias desenvolvimentistas, em especial nas economias da América Latina, gerou formulações inovadoras que trouxeram discordâncias e revisões (Wasserman, 2017, p. 36).

Além de internalizar a teoria do “dualismo estrutural” de Rangel (2012) e, também, o sentido da “regressão econômica” de Furtado (2007), “Sodré, em que pese certo grau de independência, assimilou várias teses dos isebianos” (Oliveira Filho, 2011, p. 246). Dentre as diversas questões levantadas pela produção intelectual de Sodré, precisamos mencionar aquela que também se firmou como o “eixo estruturante” do próprio ISEB: “o nacionalismo” (Oliveira Filho, 2011, p. 248).

²⁵ No qual se resume que “a história conhece cinco tipos fundamentais de relações de produção: o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo” (Stálin, 2023, p. 46).

Anteriormente, comentamos que, no Brasil, os fundamentos materiais da “libertação nacional” já estavam sendo preparados desde 1930. Em *Ideologia e desenvolvimento nacional* – texto escrito em 1956, como parte de uma das aulas inaugurais do ISEB –, o filósofo marxista Álvaro Vieira Pinto, ao se embasar nas teses de Lênin em *O que fazer?* (1902), chega a evidenciar que “*sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional*” (Vieira Pinto, 1960, p. 29, grifo do autor). Contudo, para alcançarmos a “libertação nacional” por meio da *práxis*, é necessário, antes disso, uma “teoria” que pudesse desmontar o “quebra-cabeça” da formação socioeconômica do Brasil. Isso se daria através de uma “indigenização do marxismo” (Toledo, 2007, p. 313) nas obras da primeira fase do ISEB (1956-1960), momento durante o qual “nacionalismo” e “revolução” passariam a ser interpretados como “lados da mesma moeda”, sendo que, nesse ciclo, “dois eram os autores de orientação marxista: Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodr e”.

No ISEB, as publicações de Sodr e representaram a projeção mais elevada do nacionalismo popular e revolucionário (Moraes, 2007b; Netto, 2011; Oliveira Filho, 2011; Toledo, 2001). Assim, o objetivo de Sodr e, no que tange a explicações sobre a formação social brasileira, foi fornecer um “lastro histórico” para “[...] a análise das classes sociais existentes no país e à sua dinâmica, evidenciando que o surgimento de uma fração da classe burguesa, a chamada ‘burguesia nacional’, permitia ao país reatar o fio de sua história, avançando em direção à industrialização autônoma” (Madureira, 2011, p. 243). No entanto, surge a seguinte indagação: quais seriam, então, “as tarefas progressistas e revolucionárias” nesse estágio da história do Brasil?

Para responder a essa pergunta, Sodr e, “em 1958, reuniu num livro várias conferências, proferidas nos anos 1954-1956, que analisavam a evolução social, econômica, cultural, racial e militar do país, com o título de *Introdução à revolução brasileira*” (Segatto, 2008, p. 219). Nesta obra, já com inspiração do marxismo nacionalista de Vieira Pinto (1960), Sodr e (1978) dedica-se a reconstruir o Brasil historicamente, organizando-o em três marcos básicos: o da Independência, o da República e o da Revolução Brasileira. Calcado nesta “longa duração”, indo desde o século XVI até meados do XX, conclui-se que já é hora de “libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio”, afastando os poderosos “entraves” que se opõem violentamente ao progresso do país, permitindo o livre estabelecimento de “novas relações de produção”

(Sodré, 1978, p. 208). Portanto, “[...] o que significa, em suma, que existem agora, no nosso país, os fundamentos econômicos e uma repartição em diferentes classes suficientes para permitir aquele processo de renovação a que se convencionou chamar *Revolução Brasileira*” (Sodré, 1978, p. 58, grifo nosso).

Pelo que é dito por Sodré (1978, p. 208), as “tarefas progressistas e revolucionárias”, naquela cronologia – ou etapa da revolução brasileira – seriam “nacionais” e “democráticas”, levadas a cabo por uma frente pluriclassista, com o “povo”²⁶ na vanguarda deste processo histórico. É mediante os acontecimentos das décadas de 1950 e 1960 que as disputas ao redor da democracia se mesclaram à problemática revolucionária, visto que:

Foi o nacionalismo que forneceu, de fato, a trama da vida política, um nacionalismo sem nenhuma relação, à primeira vista, com o do período 25-40. Ninguém mais duvidava da existência de uma nação brasileira, e não era mais preciso buscar seus sinais no ‘caráter’ ou no ‘temperamento’ da população, nem apelar ao Estado para forjar a sociedade. A nação estava ali, constituída em torno de seus interesses econômicos, de sua cultura e de sua vontade política. Ela se experimenta a si mesma, afirmando-se dia a dia contra as nações dominantes. O sentimento de identidade é substituído pelo de confronto; o advento do povo como sujeito político liga-se à sua mobilização a serviço da soberania nacional (Pécaut, 1990, p. 99).

Com “o advento do povo como sujeito político”, era função do nacionalismo revolucionário arremessar uma aliança democrática responsável por denunciar as “antinomias” – ou dualismos – de uma estrutura socioeconômica remanescente do colonialismo (Sodré, 1978, pp. 57-8). Assim sendo, “Sodré segue os isebianos denunciando o caráter alienado e dependente de nossa formação econômica e social” (Oliveira Filho, 2011, p. 250). E, concretamente, isso pôde ser exequível porque “[...] romper com o passado colonial e constituir uma economia autonomamente inserida no contexto mundial era a meta que orientava a produção da intelectualidade latino-americana e brasileira” (Conte, 2010, p. 25).

Sodré (1978) possui o mesmo enfoque anticolonialista que Guerreiro Ramos (2024). Em *A redução sociológica* (1958), os antagonismos sociais à época estavam dados na polaridade “estagnação” e “desenvolvimento”, representados pela luta de classes, e, também, “nação” e “antinação”, isto é, “um processo coletivo de personalização histórica contra um processo de alienação” (Guerreiro Ramos, 2024, p. 80). Na visão deste sociólogo do ISEB, o

²⁶ O autor define este conceito na frase que segue: “Povo, no Brasil, hoje, assim, é o conjunto que compreende o campesinato, o semiproletariado, o proletariado; a pequena burguesia e as partes da alta e da média burguesia que têm seus interesses confundidos com o interesse nacional e lutam por este” (Sodré, 1978, p. 208).

Brasil atravessava por uma “fase de sua evolução” em que estaria superando o seu “antigo caráter reflexo”; mas, concomitantemente, ao agir como se fosse um tipo de “princípio configurador” (estrutural), o “centripetismo” – que, neste sentido, para Guerreiro Ramos, é a “dualidade” – se faz presente em todas as escalas da sociedade, “estabelecendo uma tensão dialética entre a estrutura anacrônica do país e sua estrutura em gestação. Em termos superestruturais, essa tensão traduz um conflito de duas perspectivas: a do país velho e a do país novo, a da mentalidade colonial, ou reflexa, e a da mentalidade autenticamente nacional” (Guerreiro Ramos, 2024, pp. 72-3). O “desenvolvimento” alavancado pela revolução, para ambos os isebianos, seja em Sodré (1978) ou em Guerreiro Ramos (2024), “precisava ser embasado em *um nacionalismo de massas*, apoiado por amplos setores da população e que sustentasse *uma nova identidade nacional, autêntica, não-colonial*” (Conte, 2010, p. 39, grifo nosso).

Ao se expressar essas (des)continuidades entre a colonização e o capital, a ideia de “revolução nacional” foi um dos grandes “elementos aglutinadores” do pensamento isebiano (Oliveira Filho, 2011, p. 246). Para a esquerda do ISEB – especialmente nas contribuições de Pinto (1960), Sodré (1978), Rangel (2012) e Guerreiro Ramos (2024) –, já que o imperialismo (força externa) e as elites agrárias (força interna) constituíam determinada dualidade, “cabia ao *nacionalismo* desencadear um processo de revolução, não antifeudal, como na Europa, mas de cunho *anticolonialista*” (Oliveira Filho, 2011, p. 253, grifo nosso). Ou seja, tratava-se de liquidar com “tudo o que reflete ainda o passado colonial”, como disse Sodré mais acima. Sinônimo de “libertação”, aqui, “o nacionalismo não era, assim, uma especulação ou criação artificial de ideólogos; ele estava inscrito na própria face da realidade subdesenvolvida” (Toledo, 2001, p. 50), devido à sua propensão revolucionária. Neste movimento de caráter nacional-democrático, fundar-se-ia um “bloco histórico” na batalha pela hegemonia do poder político, tal qual havia proposto Gramsci (2022) para a Itália, só que com o “povo brasileiro” como protagonista da revolução:

O Nacionalismo nasce da necessidade de compor um novo quadro, conjugando interesses de classe, reduzindo-os a um denominador comum mínimo, para a luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o Nacionalismo como expressão oportuna de uma política. É a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe que fornece o trabalho, e que ganha em consciência cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela

capitalização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos subsistir como nação que apresenta o Nacionalismo como solução natural e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra (Sodré, 1978, p. 181).

À luz do que discutimos até agora, de modo análogo a outros isebianos, especialmente Vieira Pinto, Sodré – no itinerário que se estende de *Introdução à revolução brasileira* (1958) a *História da burguesia brasileira* (1964) – “conferiu ao nacionalismo virtudes desmesuradas: *verdade* do quadro histórico, *solução natural* para a libertação das nações oprimidas pelo imperialismo. Verdade que impunha a sua realização histórica” (Toledo, 2007, p. 322, grifo do autor). Com efeito, o que está em jogo é corroborar a tese de que, “ao invés de amedrontar a burguesia nacional com palavras de ordem inconsequentes, era preciso, pois, conquistar todas as forças políticas em condições de integrar a frente anti-imperialista e antifeudal” (Toledo, 2001, p. 52). Por mais que o nacional-desenvolvimentismo opusesse os blocos “modernos” e “atrasados”, fatalmente, “haveria uma inequívoca confluência de interesses entre as classes sociais mais dinâmicas de nossa *formação social* que justificava o nacionalismo industrializante” (Toledo, 2001, p. 46, grifo nosso). No final das contas, em termos estratégicos, parecia mais vantajoso garantir o amparo da burguesia brasileira do que atacá-la diretamente: ou melhor, o ideal deveria ser convencê-la dos benefícios decorrentes da conclusão “[...] de uma *revolução democrático-burguesa*, mas de tipo novo, em que a componente burguesa não terá condições para monopolizar os proventos da revolução” (Sodré, 1978, p. 210, grifo nosso).

Coincidentemente ou não, tanto nas obras de Sodré quanto para aqueles que faziam parte da direção do PCB, “o objetivo central e imediato de todas as forças progressistas e populares consistiria na realização da chamada Revolução nacional e democrática” (Toledo, 2001, p. 51). Seja para o bem ou para o mal, como se viu em relação à sua “defesa intransigente” do ISEB, “Werneck Sodré parece ter sido um fiel defensor da linha política do PCB” (Toledo, 2001, p. 53). Nesse contexto, o tópico na sequência irá abordar os possíveis vínculos entre as teorizações de Sodré no ISEB e a linha programática do PCB.

2.6. Apontamentos para o debate

A noção de “formação econômico-social”, desde sua formulação por Marx (2011) até sua reelaboração por Nelson Werneck Sodré (1967; 1978; 1984; 1990), permite identificar um conjunto de questões teóricas e metodológicas que seguem centrais para o debate contemporâneo nas ciências sociais e na historiografia marxista. Mais do que um exercício de reconstrução conceitual, a reflexão sobre esse percurso evidencia o modo como Sodré apropriou-se do materialismo histórico para pensar a especificidade do desenvolvimento brasileiro, conferindo-lhe alcance político. Seu legado ultrapassa a mera descrição de uma estrutura econômica dual: constitui-se como uma contribuição decisiva à compreensão da formação capitalista em contextos periféricos, abrindo novas perspectivas para o estudo das contradições que caracterizam as sociedades dependentes (Gaio, 2015, p. 56; Del Roio, 2016, p. 101).

Nesse sentido, um dos pontos mais instigantes que emergem dessa trajetória é a tensão entre o universal e o particular na sua teorização da formação social. Marx (2010; 2011; 2017) havia estabelecido categorias fundamentais – modo de produção, forças produtivas, relações de produção – que visam apreender o movimento histórico das sociedades em sua totalidade. Lênin (2024a), ao aplicá-las à realidade russa, demonstrou que o método marxista só alcança concretude ao ser historicizado, isto é, ao ser confrontado com as condições específicas de um país determinado. Sodré (1967; 1978; 1984; 1990), por sua vez, propõe uma estrutura histórica que parte da linearidade evolutiva do desenvolvimento capitalista europeu, formulando a tese da “coetaneidade do não-coetâneo” como característica essencial da formação brasileira. Para ele, o capitalismo e o latifúndio coexistiam como formações dominantes que se entrelaçavam, revelando um tipo particular de sociabilidade em que a herança colonial continuava a desempenhar papel estruturante.

Essa perspectiva suscita um problema teórico de grande relevância: em que medida a particularidade histórica do Brasil impõe uma revisão das categorias universais do materialismo histórico? Ao sugerir que o latifúndio não era um mero resquício arcaico, mas uma estrutura viva e funcional ao capitalismo latino-americano, *Formação histórica do Brasil* introduz uma inflexão metodológica que amplia o próprio conceito de “formação social”. A coexistência entre o moderno e o arcaico, entre o capital industrial e a economia agrária, deixa de ser

interpretada como anomalia e passa a constituir um traço orgânico da estrutura econômica periférica. Essa formulação convida à reflexão sobre o sentido do desenvolvimento desigual, conceito que ressoa nas obras de Lênin (2021; 2024a), mas que, no caso da experiência brasileira, ganha contornos particulares nos escritos de Sodré (1978) e Rangel (2012).

Apesar desses méritos, ao propor tal leitura, Sodré não se afastava completamente das interpretações etapistas e mecanicistas que marcaram parte do marxismo do século XX. Em verdade, ele concebia a formação social brasileira como uma transição inacabada rumo ao capitalismo, interpretando-a como um campo de forças em permanente conflito, no qual modos de produção distintos coexistem e interagem sob determinações políticas e econômicas específicas. Essa ausência de ruptura com o determinismo etapista distancia Sodré das leituras posteriores que buscaram compreender as sociedades latino-americanas a partir de outras perspectivas, como as formuladas por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e, em certa medida, André Gunder Frank, no âmbito dos princípios analíticos da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Porém, nas primeiras linhas do célebre ensaio “Dialética da dependência” (1973), escrito por Ruy Mauro Marini, encontra-se – ainda que de modo implícito, sem “dar nome aos bois” – uma das principais ressalvas às teses do PCB, em especial àquelas defendidas por marxistas como Sodré. Logo no parágrafo inicial, Marini (2022, p. 167) levanta a seguinte provocação: “Em sua análise da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura”. Para Marini (2022, p. 167-168), no primeiro caso, trata-se dos estudos marxistas denominados “ortodoxos”, nos quais se rompe a relação entre o concreto e o abstrato, resultando em descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico. No segundo, os estudiosos de orientação marxista recorrem a um “ecletismo” metodológico e teórico – uma falta de rigor diante da dificuldade de adaptar categorias formuladas em outros contextos às especificidades latino-americanas. Esse procedimento, que se pretende um “pretenso enriquecimento do marxismo”, constitui, na realidade, sua “negação”.

Esses desvios, contudo, decorrem de uma dificuldade concreta. Como observa Marini (2022, p. 168), frente ao desenvolvimento do modo capitalista de produção das nações

imperialistas, a economia latino-americana possui singularidades, “que às vezes se apresentam como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras –, como deformações. Não é acidental, então, a recorrência, nos estudos sobre a América Latina, da noção de “pré-capitalismo”. Essa constatação evidencia os impasses teóricos em torno da caracterização do capitalismo dependente na região. Diante disso,

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá se desenvolver jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em âmbito nacional, quanto, e principalmente, em âmbito internacional (Marini, 2022, p. 168).

As considerações de Marini (2022), portanto, apontam para a necessidade de compreender a formação econômico-social latino-americana como um produto histórico particular do capitalismo mundial, rejeitando tanto a aplicação mecânica das categorias do marxismo europeu quanto sua diluição sob o pretexto de adaptá-las a realidades “excepcionais”. Isso permite repensar interpretações como a de Sodré (1990), cuja leitura da formação econômico-social brasileira, embora pioneira no âmbito do leninismo, permanecia vinculada a uma concepção de transição linear entre modos de produção, não inteiramente compatível com a lógica estrutural da dependência delineada pela TMD.

A despeito disso, outro aspecto central para o debate em Sodré (1967; 1978; 1984; 1990) é o papel do Estado e da burguesia na manutenção das dualidades estruturais. Se a sociedade brasileira se organizava em torno de duas formações econômicas dominantes, torna-se inevitável questionar de que modo o Estado atuava como mediador dessas esferas. Sodré (1967; 1984), por exemplo, compreende o Estado brasileiro como expressão das contradições entre o capital industrial e o latifúndio, funcionando ora como agente de modernização e integração, ora como instrumento de conservação e subordinação das forças produtivas ao capital externo. Essa ambivalência também se manifesta na natureza da “burguesia nacional”, cindida entre um setor industrial, voltado à expansão produtiva, e outro agrário, comprometido com a preservação das relações fundiárias e com a dependência estrutural do capital internacional (Sodré, 1967, p. 128). A compreensão dessas tensões é decisiva para elucidar as dinâmicas

políticas da época e as dificuldades históricas de consolidação de um projeto de desenvolvimento autônomo.

Além disso, deve-se reiterar o fato de que as publicações de Sodré no ISEB representam, caso tidas como um todo, sua interpretação marxista-leninista da “formação econômico-social” deste país, a qual, resumidamente, pode ser definida como a análise e “o estudo das formas de exploração sobre o Brasil (colonialismo, dependência, imperialismo), das relações assimétricas entre as classes sociais nos modos de produção historicamente organizados no Brasil e o penoso processo de constituição do capitalismo” (Gaio, 2015, p. 71). Na obra sodreana, tal teorização acerca da “formação social” brasileira percebe, de um lado, as evoluções da superestrutura nacional (os modos de produção) e, do outro, os dinamismos entre temporalidades que, aparentemente, já deveriam ser há muito antagônicas e, logo, superadas – a “heterocronia”, que, desde Sodré (1978), com inúmeras menções aos trabalhos de Furtado (2007), Prado Jr. (2011) e Rangel (2012), evidencia as simultaneidades entre o “velho” e o “novo” em cada uma das instâncias da nossa sociedade.

Por fim, a relevância do pensamento sodreano ultrapassa os limites de seu tempo histórico e continua a oferecer instrumentos para compreender as transformações recentes do capitalismo brasileiro. Suas formulações, elaboradas a partir das contradições estruturais da formação nacional, convidam a refletir sobre o modo como o avanço do agronegócio globalizado, a financeirização da economia e a precarização do trabalho reatualizam, sob novas formas, os impasses já identificados em sua obra. Pergunta-se, assim, se o latifúndio, hoje metamorfoseado em agronegócio, teria se tornado plenamente capitalista ou se preserva traços de sua natureza dual, evidentes na concentração fundiária e nas formas de exploração do trabalho rural. Essa leitura permite reconhecer a atualidade da tese da dualidade como ferramenta crítica para compreender a refuncionalização de estruturas arcaicas dentro da lógica do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, ao se voltar à reconstituição do desenvolvimento das relações capitalistas de produção – conforme formulado em *Introdução à revolução brasileira*, *A ideologia do colonialismo*, *Formação histórica do Brasil* e *História da burguesia brasileira* —, Sodré delinea aquilo que se poderia denominar, em nosso entendimento, de uma verdadeira “teoria geral da história do Brasil”. À luz das contradições formativas do capitalismo, tanto internas quanto externas, o autor esboça “uma visão global do Brasil

moderno” (Gaio, 2015, p. 55), cuja função era indicar os caminhos – e os limites – da etapa histórica a ser inaugurada: a chamada “Revolução Brasileira”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por finalidade analisar, de modo introdutório e integrado, a produção historiográfica de Nelson Werneck Sodré no âmbito do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) entre 1956 e 1964, articulando uma leitura teórico-metodológica centrada na categoria de “formação econômico-social”. A investigação partiu da hipótese de que Sodré, a partir de recursos conceituais do materialismo histórico e do leninismo, formulou uma interpretação singular da formação brasileira – marcada pela coexistência e interação entre formas arcaicas e modernas de produção – que procurou explicar as contradições estruturais e as possibilidades de transformação nacional. As evidências analíticas e documentais reunidas ao longo dos capítulos sustentam essa hipótese e permitem tirar conclusões provisórias sobre o alcance, os limites e a atualidade da reflexão sodreana.

Para chegar a esse balanço mobilizamos fontes primárias do próprio autor (entre as quais *Introdução à revolução brasileira*, *A ideologia do colonialismo*, *Formação histórica do Brasil e História da burguesia brasileira*) e um conjunto selecionado de referências teóricas que situam sua obra no diálogo com Marx, Lênin e com os debates isebianos e latino-americanos. A análise em duas frentes – teórica (reconstrução conceitual) e contextual (vínculo com o ISEB, o PCB e as lutas políticas da época) – mostrou que Sodré não apenas apropriou categorias canônicas do marxismo, mas também as reelaborou para dar conta das especificidades brasileiras: a heterocronia, a persistência de formações semifeudais no campo e a articulação dessas formações com dinâmicas imperialistas e de dependência.

Sodré texto em anexo

Entre os resultados centrais desta dissertação, destacam-se três pontos. Primeiro, Sodré produziu uma formulação analítica da “formação econômico-social” que atravessa o diagnóstico da dependência e da dualidade estrutural, oferecendo um instrumento conceitual capaz de captar simultaneidades históricas e contradições sociais; segundo, sua obra revela um esforço explícito de vincular teoria e ação política, ao pensar a história como subsídio para um projeto nacional-democrático; terceiro, as tensões internas da sua proposta – sobretudo a permanência de traços etapistas e a ambivalência frente ao papel da “burguesia nacional” – colocam limites heurísticos que exigem leitura crítica e complementação por outras matrizes

interpretativas. Esses elementos são discutidos ao longo dos capítulos e sistematizados nos “Apontamentos para o debate”.

Do ponto de vista metodológico, este estudo sublinha a fecundidade de combinar a exegese textual com a análise institucional: examinar os textos de Sodré em diálogo com as práticas e as redes do ISEB torna possível compreender não apenas o conteúdo das suas teses, mas também as condições sociais e políticas que as tornaram plausíveis e influentes. Ao mesmo tempo, a leitura comparada com interlocutores contemporâneos (Furtado, Rangel, os debates cepalinos, correntes do marxismo estrutural) permite avaliar em que medida a originalidade sodreana foi produto de sínteses criativas ou de continuidades problemáticas dentro do campo marxista brasileiro.

Reconhecendo a importância do legado sodreano, este trabalho propõe ainda várias linhas para investigação futura. Entre as mais urgentes, salientam-se: (a) pesquisas empíricas que confrontem a tese da dualidade com estudos de caso regionais e de base social (para testar a plasticidade do conceito frente à diversificação do latifúndio e do agronegócio); (b) estudos comparativos entre a interpretação sodreana e correntes da teoria da dependência e do desenvolvimento desigual e combinado, visando mapear convergências e divergências analíticas; (c) investigações sobre a circulação das ideias isebianas no período posterior a 1964 e sua ressonância em novas gerações de historiadores e cientistas sociais; (d) análises das implicações políticas das formulações sodreanas para estratégias populares e reformistas no Brasil do século XX e XXI. Essas pistas apontam como a obra de Sodré pode continuar a informar debates contemporâneos sobre nacionalismo, soberania e projetos de desenvolvimento.

Quanto às limitações deste estudo, cabe assinalar que sua natureza introdutória implicou escolhas de recorte – cronológico, temático e bibliográfico – que não esgotam a vasta produção sodreana nem as múltiplas interações entre ISEB, PCB e os campos intelectuais nacionais e internacionais. Ademais, a dependência de edições e fontes secundárias para contextualizar certos trechos impõe a necessidade de pesquisas arquivísticas adicionais, sobretudo em acervos pessoais, periódicos e documentos institucionais do ISEB, que podem iluminar dimensões ainda pouco exploradas da biografia intelectual de Sodré. Essas restrições, porém, reforçam a

natureza programática do trabalho: tratar-se de um ponto de partida que abre mais perguntas do que pretende encerrar.

Em termos conclusivos, pode-se afirmar que a contribuição principal deste estudo é dupla: oferecer uma reconstrução crítica da concepção sodreana de formação econômico-social e demonstrar a relevância dessa concepção para compreender tanto o Brasil de meados do século XX quanto continuidades estruturais que persistem na contemporaneidade. Ao reabilitar a tensão entre universal e particular – entre categorias gerais do marxismo e as especificidades históricas brasileiras – a obra de Nelson Werneck Sodré revela-se como um instrumento analítico salutar, ainda que sujeito a revisões e críticas. Em última instância, este trabalho pretende ter ampliado o mapa das questões teóricas e metodológicas que cercam a plena compreensão da formação social brasileira, oferecendo pistas e agendas para pesquisas futuras que aprofundem e problematizem a herança sodreana no campo da historiografia e das ciências sociais.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA (NELSON WERNECK SODRÉ)

SODRÉ, Nelson Werneck. *As classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957a.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O tratado de Methuen*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957b.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Quem é o povo no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. Lênin e a História. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 33-54, jul./set. 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

ALTHUSSER, Louis. *Escritos sobre a história: 1963-1986*. Texto estabelecido e anotado por G. M. Goshgarian; tradução Diego Lanciote. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Contracorrente, 2022.

AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Tradução de Francisco Rego Chaves Fernandes. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

AQUINO, João Emilio Fortaleza de. Regressão histórica e coexistência do não coetâneo em N. W. Sodrê: notícias sobre o passado recente do materialismo histórico entre nós. *Kalagatos – Revista de Filosofia*, v. 20, n. 1, p. 1-22, 2023.

BARBOSA, Willian do Nascimento. Nelson Werneck Sodrê e o “marxismo ocidental”. *Revista de História*, São Paulo, v. 141, p. 169-173, 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Tradução J. Guinsburg e Tereza Cristiana Silveira da Mota. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 41-78.

CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964), vol. II*. São Paulo: Difel, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

CONTE, Daniela. *Nelson Werneck Sodrê e as interpretações do Brasil moderno (1958-1964): análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro*. Orientadora: Prof. Dra. Claudia Wasserman. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CUEVA, Agustín. *A teoria marxista: categorias de base e problemas atuais*. Tradução Fernando Savella. São Paulo: LavraPalavra, 2021.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodrê*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Nelson Werneck Sodrê. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira (org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 79-98.

- DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma Revolução Burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (org.). *História do marxismo no Brasil, vol. 4: Visões do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 73-134.
- DEL ROIO, Marcos. Sodr e e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualiza o do problema. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (org.). *Nelson Werneck Sodr e: Entre o Sabre e a Pena*. 2^a ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 165-196.
- DEL ROIO, Marcos. Sodr e e a dialética da forma o social brasileira. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 42, p. 85-102, 2016.
- DOBB, Maurice. O debate sobre a transi o: uma réplica. In: SWEEZY, Paul *et. al.* *A transi o do feudalismo para o capitalismo*. Tradu o Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 71-84.
- D RIA, Carlos Aberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolu o brasileira. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil: Teoria. Interpreta es*, vol. 3. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 245-298.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradu o Ligia Fonseca Ferreira. Regina Salgado Campos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FERNANDES, Florestan. *Marx, Engels, Lênin: história em processo*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FURTADO, Celso. *Forma o econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GAIO, André Moysés. Forma o histórica do Brasil. In: SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodr e*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 110-113.
- GAIO, André Moysés. *Uma interpreta o do Brasil: a obra de Nelson Werneck Sodr e*. Curitiba: Editora CRV, 2015.
- GUERREAU, Alain. *O feudalismo – um horizonte teórico*. Tradu o de Ant nio José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edi es 70, 1980.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A redu o sociológica: introdu o ao estudo da razão sociológica*. 4. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2024.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, vol. 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GRESPLAN, Jorge. Nelson Werneck Sodré, intelectual engajado. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 195-208.

HIPPOLITO, Regina. Enfoques de uma vida militante. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (org.). *Nelson Werneck Sodré: Entre o Sabre e a Pena*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 197-214.

HOBBSBAWM, Eric J. *Sobre história*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual*. Tradução de Baltazar Pereira, Pedro Davoglio e Artur Renzo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEFEBVRE, Henri. *O pensamento de Lênin*. Tradução de Luís Salgado de Matos e Gabriel Landi Fazzio. 1. ed. São Paulo: LavraPalavra, 2020.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público*. Tradução Edições Avante!; revisão de tradução por Paula Vaz de Almeida. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Quem são os “amigos do povo” e como lutam contra os socialdemocratas?*. Tradução de Gabriel Landi Fazzio e Gabriel Varandas Lazzari. 1. ed. São Paulo: LavraPalavra, 2022a.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*. Tradução Edições Avante!; revisão da tradução por Paula Vaz de Almeida. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022b.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Tradução Paula Vaz de Almeida. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024a.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Esboço inicial das teses sobre os problemas nacional e colonial (Para o II Congresso da Internacional Comunista). In: SILVA, Pedro (org.). *Lênin anticolonial: as lutas dos povos colonizados contra o imperialismo*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2024b. p. 326-334.

LÖWY, Michael. Introdução. In: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução Cláudia Schilling, Luís Carlos Borges. 4. ed., ampl. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. p. 11-68.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução Rodnei Nascimento; revisão da tradução Karina Jannini. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

MADUREIRA, Maria de Anunciação. A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré: seu lastro filosófico. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (org.). *Nelson Werneck Sodré: Entre o Sabre e a Pena*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 215-244.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 167-216.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Supervisão editorial de Mario Duayer; tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Supervisão editorial de Leandro Konder; tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola; tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Tradução de Felipe José Lindoso. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Clacso, 2010.

MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (org.). *História do marxismo no Brasil, vol. 1: O impacto das revoluções*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a. p. 109-160.

MORAES, João Quartim de. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (org.). *História do marxismo no Brasil, vol. 4: Visões do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b. p. 161-227.

NETTO, José Paulo. *Nelson Werneck Sodré, o general da história e da cultura*. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Eder Renato de. Nelson Werneck Sodré: um historiador militar no Iseb e a gênese da teoria da revolução brasileira. *Princípios*, São Paulo, v. 40, n. 162, p. 115-138, 2021.

OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. A participação de Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (org.). *Nelson Werneck Sodré: Entre o Sabre e a Pena*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 245-263.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Marxismo e Nacionalismo no Brasil – teses do V Congresso. In: PINSKY, Jaime (org.). *Questão nacional e marxismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. p. 286-293.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PINSKY, Jaime. Prefácio. In: PINSKY, Jaime (org.). *Questão nacional e marxismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. p. 9-16.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Entrevista Chico de Oliveira; posfácio Lincoln Secco e Rubem Murilo Leão Rêgo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas/Ignácio Rangel*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. p. 285-353.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RODRIGUES, Theófilo Machado. A recepção de Lênin no pensamento social e político brasileiro. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 12, n. 2, p. 277-288, out. 2020.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SEGATTO, José Antonio. O PCB e a revolução nacional e democrática. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Editora Cortez, 2003. p. 123-134.

SEGATTO, José Antonio. Introdução à revolução brasileira. In: SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 218-222.

SERENI, Emilio. De Marx a Lênin: a categoria de “formação econômico-social”. Trad. Nathan Belcavello de Oliveira. *Meridiano - Revista de Geografia*, Buenos Aires, n. 2, p. 297-346, 2013.

SILVA, Ligia Maria Osório. O tratado de Methuen. In: SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 409-414.

SILVA, Ligia Maria Osório. A “herança colonial” e as lições da história em Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (org.). *Nelson Werneck Sodré: Entre o Sabre e a Pena*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 103-134.

SPILIMBERGO, Jorge Enea. *A questão nacional em Marx*. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2002.

STÁLIN, Joseph Vissarionovich. *Sobre os fundamentos do leninismo*. 2. ed. São Paulo: Edições Nova Cultura, 2018.

STÁLIN, Joseph Vissarionovich. *O Marxismo e a questão Nacional*. 1. ed. São Paulo: Edições Nova Cultura, 2019.

STÁLIN, Joseph Vissarionovich. *Materialismo histórico e materialismo dialético*. 2. ed. São Paulo: Edições Nova Cultura, 2023.

SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios da economia política marxista*. Apresentação de Helga Hoffmann; tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TOLEDO, Caio Navarro de. Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré. In: SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001. p. 41-54.

TOLEDO, Caio Navarro de. Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil: Teoria. Interpretações*, vol. 3. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 299-336.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua*, vol. 1 Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960.

WASSERMAN, Claudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Tradução Denise Bottmann; prefácio Rafael de Bivar Marquese. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Tradução Vera Ribeiro; apresentação Emir Sader. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ZEDONG, Mao. Sobre a democracia nova. In: ZEDONG, Mao. *Obras Escolhidas de Mao Tse-Tung*, vol. 2. Tradução pela equipe de Edições em Línguas Estrangeiras da Editora do Povo de Pequim. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2011. p. 559-584.

ZEDONG, Mao. Sobre a contradição. In: ZEDONG, Mao. *Cinco teses filosóficas*. 2. ed. São Paulo: Edições Nova Cultura, 2018. p. 41-97.